

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PATRÕES E MUTUALISMO OPERÁRIO EM CACHOEIRA NA
PASSAGEM ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX: O CASO DAS
SOCIEDADES BENEFICENTES LIGA OPERÁRIA INTERNACIONAL
CACHOEIRENSE E UNIÃO OPERÁRIA 1º DE MAIO**

Icaro Bittencourt

Dissertação de mestrado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul como requisito para
obtenção do Grau de Mestre em
História.

PROFESSORA DOUTORA SILVIA REGINA FERRAZ PETERSEN
Orientadora

Porto Alegre
Janeiro de 2011

Patrões e mutualismo operário em Cachoeira na passagem entre os séculos XIX e XX: o caso das sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio.

Icaro Bittencourt

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

Aprovada por:

Profa. Dra. Silvia Regina Ferraz Petersen (UFRGS)

Profa. Dra. Evangelia Aravanis (ULBRA)

Prof. Dr. Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Profa. Dra. Beatriz Ana Loner (UFPEL)

AGRADECIMENTOS

A trajetória dessa pesquisa sobre duas associações operárias cachoeirenses começou em 2003 e, nestes quase 8 anos de trabalho (os 3 últimos com mais intensidade) e nas idas e vindas entre arquivos, livros e eventos acadêmicos, as dívidas de gratidão são inúmeras.

O primeiro agradecimento especial é destinado à Professora Dra. Sílvia Regina Ferraz Petersen que, mesmo antes de se tornar minha orientadora, incentivou (com dicas e compartilhando fontes) minha pesquisa sobre o movimento operário em Cachoeira. Depois disso, já no mestrado, me guiou pelos caminhos tortuosos das discussões acadêmicas e dos desafios da elaboração de uma dissertação. Mesmo naqueles momentos mais difíceis, nos quais minha esperança e esforço reduziram-se consideravelmente, as palavras sábias e ponderadas da Sílvia injetavam-me novo ânimo para seguir em frente. Assim, pela competência profissional e pela amizade e confiança que depositou em mim e no meu trabalho dedico a ela um sonoro (embora escrito) muito obrigado!

Um agradecimento especial ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que, a partir de uma estrutura acadêmica e de uma bolsa de mestrado, proporcionaram as condições estruturais e financeiras para que essa dissertação fosse realizada.

Em relação ao PPG, é necessário lembrar aqui de todos os professores que auxiliaram nessa trajetória de mestrado, com seu conhecimento acadêmico e com suas dicas imprescindíveis, em especial Céli Pinto, Cláudia Wasserman, Helen Osório, Regina Xavier e Benito Schmidt, meus professores de fato durante a trajetória do curso. Também agradeço aos professores Adhemar Lourenço da Silva Jr., Evangelia Aravanis e ao jornalista João Batista Marçal que contribuíram

consideravelmente para este trabalho de maneiras diferentes e especiais e aos colegas de mestrado pelos debates instigantes, caronas e demais parcerias nestes dois anos.

Desde o início da pesquisa foram fundamentais as assessorias prestadas pelas funcionárias do Núcleo Municipal de Cultura de Cachoeira do Sul, especialmente aquelas do Museu e do Arquivo Municipal. Assim, agradeço à Mirian Ritzel e à Márcia Patel em nome de todas as prestativas funcionárias daquele Núcleo, ao qual recorri desde 2003. Em relação às fontes da pesquisa, meu agradecimento também vai para as diretorias da Liga e da União Operária que facilitaram o acesso ao acervo das duas associações.

Agradecimentos indispensáveis dedico aos meus queridos amigos que compartilharam as angústias e benesses do mestrado e da vida em Porto Alegre: Chico Cougo, Jaisson, Paula Rafaela, João Júlio, Fabrício, Bibiana, Lívia, Luiz Fernando e Dani Conte.

Saudações de gratidão a outros amigos, importantes durante toda a trajetória do mestrado, como Grasi Toledo, Cristian Barbosa, Marcelo Corsetti, Carlos Dias, Cirilo, André Jobim, Nielle, Viviane, Alexandre Maccari, Fernanda Gabriela, Márcio e aos professores Vicente Kramer Lima, Diorge Konrad e André Fertig.

E, para concluir, um agradecimento amoroso à minha família: pai Geanoni, mãe Dorotéia Cristina, irmã Aline e cunhado Anderson, sem os quais inúmeras adversidades e obstáculos poderiam ter obstruído a conclusão deste trabalho. Obrigado pela paciência e pela confiança! Por fim, dedico esta dissertação ao meu avô Valter Costa (*in memoriam*), com quem compartilhava uma personalidade peculiar, a qual costumo chamar de melancolia feliz, e que me deu, no início da faculdade, o principal conselho para ser um bom historiador (leia muito e, depois disso, leia mais ainda!). Espero não ter decepcionado...

Eu despedi o meu patrão/ desde o meu primeiro emprego/ trabalho eu não quero não/ eu pago pelo meu sossego/ ele roubava o que eu "mais-valia" / e eu não gosto de ladrão/ ninguém pode pagar nem pela vida mais vazia/ eu despedi o meu patrão.

Zeca Baleiro (Eu despedi o meu patrão. *Pet Shop Mundo Cão*, 2002)

RESUMO

Esta dissertação aborda a história de duas associações de socorros mútuos operárias na cidade de Cachoeira (RS) na passagem entre os séculos XIX e XX: as sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio, fundadas respectivamente em 1897 e 1900.

O principal aspecto da história dessas associações problematizado neste texto é a presença significativa de patrões (donos de oficinas e fábricas da cidade) nos quadros das diretorias da Liga e da União Operária. São apresentados também o contexto histórico e associativo de Cachoeira nas primeiras décadas da República, as características das mutuais (como perfis dos sócios, socorros prestados, comemorações do 1º de Maio, entre outras) e as diferentes interfaces das relações entre trabalhadores e patrões na história das entidades.

Na tentativa de explicar a referida presença patronal nas associações, são tematizadas as ideias sobre “trabalho” e “trabalhadores” mobilizadas durante a Primeira República, que muitas vezes incluíam não só os operários, mas também os patrões e a contribuição dos sócios patronais na manutenção de uma estrutura associativa sólida e longa, além da interferência desses aspectos nas estratégias associativas operárias no município.

ABSTRACT

This essay discourses about the history of two mutual benefit societies from Cachoeira (RS) during the XIX and XX centuries: beneficent societies Liga Operária Internacional Cachoeirense and União Operária Primeiro de Maio, respectively founded in 1897 and 1900.

The main historic aspect of these groups treated on this text is the significant presence of bosses (owners of car shops and factories of the city) as members of the boards of directors. This study also presents Cachoeira's historic and associative context in the first decades of the Republic, the societies benefits (as associate profiles, services provided, May First celebrations, among others) and the different interfaces of relations between workers and owners of these entities history.

Attempting to explain this fore mentioned presence of bosses at the associations, the ideas about "work" and "workers", displayed during the First Republic are referred to; most of them included not only employees, but also chiefs and contributions received from employer associates used to maintain a solid and long-lasting associative structure, as well as the interference of these aspects on the associate worker strategies used in this town.

SUMÁRIO

Introdução	6
1 - Associações, patrões e trabalhadores em Cachoeira.....	48
1.1 - Contexto associativo e industrial.....	57
1.2 - A experiência associativa caixeiral.....	67
1.3 - O jornal <i>O Commercio</i>	72
1.4 - A fundação das associações mutualistas operárias.....	77
1.5 - Conclusão parcial.....	82
2. As associações mutualistas por dentro: organização e socorros.....	85
2.1 - O modelo organizativo.....	88
2.2 - Os socorros.....	104
2.3 - Conclusão parcial	113
3. Outros caminhos: patrões e trabalhadores além das mutualistas operárias.....	117
3.1 - O 1º de Maio em Cachoeira.....	118
3.2 - As sociedades étnicas, dramáticas e recreativas.....	130
3.3 - Conclusão parcial	134
4. Considerações finais.....	136
5.Referências.....	141

INTRODUÇÃO

Desde 2003, ainda no primeiro ano da graduação em História, interessei-me pela pesquisa de duas associações operárias fundadas em minha cidade natal: Cachoeira do Sul. Curiosamente, soube da existência das associações nos livros sobre história operária no Rio Grande do Sul e não como habitante da cidade durante 15 anos. A partir daí, visitei as sedes das ainda existentes Liga Operária Cachoeirense e União Operária 1º de Maio. Localizadas no centro da cidade, para minha surpresa, ambas as associações conservavam uma parte da documentação produzida nas suas primeiras décadas de existência.

A Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense, fundada em 1º de novembro de 1897, preserva em sua sede uma quantidade considerável de livros de atas, inclusive aquele no qual está registrada sua fundação. Sua atuação em Cachoeira estendeu-se durante o século XX, sendo que um de seus presidentes, José Nicolau Barbosa, membro também do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), participou ativamente da política municipal como vereador. Além disso, a construção de um hospital pela Liga na década de 1970 consolidou na época uma imagem de força da luta de seus membros pela assistência aos trabalhadores da cidade.¹

Já a Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio, fundada em 25 de fevereiro de 1900, doou boa parte de sua documentação ao Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul e, após a década de 1930, parece ter tido atuação menos destacada que a Liga. Nas últimas décadas, as duas associações desenvolveram principalmente atividades recreativas (com comemorações esporádicas do 1º de maio), a exemplo de outras entidades deste caráter localizadas em outros lugares do Brasil.

¹ Atualmente, o hospital faz parte do Sistema Único de Saúde, mas o prédio continua sendo patrimônio da associação.

Na combinação entre a pesquisa da documentação preservada por essas associações e a leitura da historiografia sobre o movimento operário na Primeira República, nasceu um projeto de pesquisa que resultou numa monografia de conclusão de curso (defendida em 2008), na qual caracterizei as duas sociedades operárias acima citadas, desde os seus modelos organizativos, passando pela caracterização dos sócios e pelas atividades promovidas por elas ao longo de quase toda a Primeira República.²

Muitos problemas e dúvidas que não foram sanados com as poucas conclusões inferidas na monografia, a partir da caracterização inicial que fiz das duas mutuais cachoeirenses, permaneceram nesta dissertação. Um dos problemas principais refere-se à explicação dos motivos da convivência entre operários e patrões dentro de associações formalmente identificadas apenas como “operárias”, característica que perdurou ao longo das histórias da Liga e da União.

De todo modo, os problemas que enfrentei no desenvolvimento da pesquisa provavelmente serão cada vez mais comuns, na medida em que dissertações e teses se voltem para objetos pontuais, cujas fontes se encontrem em estágio lacunar e fragmentário. Esse aspecto dificultou, no meu caso, uma conclusão mais substantiva sobre as interrogações iniciais formuladas no projeto de pesquisa. Como veremos ao longo dessa dissertação, muitas dessas interrogações não puderam ser respondidas e as possíveis razões disto indicaremos no decorrer da explicação.

Sem o talento e os recursos de Carlo Ginzburg para produzir algo como um “paradigma indiciário”, este trabalho revelará ao leitor o esforço por explorar ao máximo indícios e fontes limitadas sobre a natureza das relações entre patrões e operários fora do âmbito

² Ver: BITTENCOURT, Icaro. *O mutualismo operário em Cachoeira (1897-1923): o caso das sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio*. Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Maria: UFSM, 2008.

estritamente do trabalho. Tomando emprestada a metáfora do caçador, utilizada pelo historiador italiano, tentei perseguir e reconstruir pistas em um emaranhado de relações que muitas vezes pareciam clareiras cheias de ciladas.³ Assim, se algumas pistas foram recuperadas, outras tantas acabaram perdendo-se no caminho ou tornaram-se apenas outros indícios a serem reorganizados em momentos futuros.

Partindo do pressuposto que as associações Liga Operária e União Operária fossem mutuais apenas de trabalhadores, a presença dos patrões nessas entidades intrigou-me desde as primeiras consultas às notícias sobre as mesmas no jornal *O Commercio*, no qual diversos nomes que eu poderia tomar como sendo de operários, já que na maioria da documentação das associações isso não era especificado, eram, no entanto, de patrões dos diferentes estabelecimentos industriais e oficinas da cidade. Além deles, também eram freqüentes entre os associados nomes de diversos profissionais liberais, como advogados, médicos e militares.

Este tipo de participação de patrões em sociedades de socorro mútuo operárias e não em associações e caixas de socorros de iniciativa patronal não é muito freqüente nos casos estudados pela historiografia brasileira, apesar de aparentemente ter sido uma situação recorrente, como veremos mais adiante. Poucos casos semelhantes encontrei nos estudos de Beatriz Loner, José de Souza Martins e Aldrin Castellucci.

Em relação à Liga Operária de Pelotas, Loner destacou a convivência no interior dessa associação de patrões e operários e acrescentou que essa: "conseguiu manter-se pelas condições especiais da formação das classes no país [...] no qual os interesses entre as

³ GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: Idem. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 151.

classes, ainda não claramente delimitados, permitiam a criação de um discurso unificador [...]”.⁴

Em um estudo posterior, analisando a relação entre trabalhadores e cidadania na emergente sociedade liberal brasileira, a autora referiu-se a uma situação “criada no final do século XIX, com a disseminação do trabalho livre, que levou setores não operários a tentar apresentar-se como tal”. Continuando a explicação, Loner enfatizou que:

No final do século XIX, todos os setores participantes do grande grupo daqueles que sobreviviam do próprio trabalho, o que necessariamente incluía assalariados e pequenos patrões, tinham um grande problema a resolver: a afirmação do trabalho manual como um valor, frente à posição humilhante que seus agentes ocupavam anteriormente na sociedade. Era necessário estabelecer e implantar a dignidade do trabalho e de seu executor, perante uma sociedade aristocrata, discriminatória, alicerçada em valores tradicionais e na qual, até há muito pouco, os agentes do trabalho confundiam-se com os próprios instrumentos do trabalho. [...] E para cumprir essa tarefa, num primeiro momento, todos se declaram operários. “Operário” era um termo que possuía, naquela conjuntura, uma conotação relacionada ao progresso e a modernidade. [...] enquanto, para a Europa, o termo “operário”, invariavelmente, remetia a uma realidade dura e mesquinha e a condições de vida praticamente insuportáveis, no Brasil, tal palavra, embora também remetesse a uma realidade árdua e difícil, ao mesmo tempo lembrava uma sociedade urbana e moderna, o progresso consubstanciado em grandes fábricas e vapores, em circulação de capital e também a questão da representação de interesses. Dessa forma, sua mensagem era dupla: de um lado, trazia à mente trabalho e sofrimento; de outro, significava o esforço necessário, o ônus a pagar para ingressar na moderna sociedade industrial, que tanto fascinava as elites urbanas do país⁵.

A presença de patrões em sociedades “operárias”, a partir dessa perspectiva, relacionava-se, portanto, com a tentativa de consolidar a ordem urbano-industrial, agregando um valor positivo ao mundo do trabalho.

⁴ LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Ufpel/Unitrabalho, 2001, p. 169.

⁵ LONER, Beatriz Ana. Trabalhadores e cidadania: a recusa á segregação. In: *História: debates e tendências*. V. 4, n.1 (VI Encontro Estadual de História da Anpnh-RS), julho 2003, p. 55-6.

Sobre o mutualismo em São Caetano, no início do século XX ainda um subúrbio do município de São Paulo, José de Souza Martins destacou a convivência de patrões e operários na Sociedade Beneficente União Operária, na qual para o autor ficou evidente “a tentativa de envolvimento e instrumentalização do mútuo socorro por parte dos industriais”.⁶

Aldrin Castellucci, por sua vez, analisando o Centro Operário da Bahia, identificou a dependência da entidade em relação aos recursos do Estado e às relações políticas oligárquicas, chegando a se referir à mutual baiana como uma “máquina política operária”.⁷

Deste modo, baseando-se nesses três exemplos, a presença patronal, direta ou indireta, em sociedades mutualistas operárias poderia ser explicada, majoritariamente, pelos seguintes argumentos: o caráter mais ou menos indiferenciado das classes sociais na passagem do século XIX para o século XX; a identificação de alguns empregadores com a palavra “operário”, na tentativa de valorizar o trabalho manual e o esforço despendido na construção de uma sociedade urbana moderna e industrial; a estratégia patronal de angariar vantagens econômicas e garantir a obediência dos trabalhadores ao “ajudá-los” na luta contra as adversidades e, em alguns casos, a participação eventual dos trabalhadores e de suas associações na política eleitoral e oligárquica da Primeira República.

Não obstante, boa parte dos estudos sobre sociedades operárias de socorro mútuo durante a Primeira República não identificaram a convivência entre operários e patrões no ambiente associativo. Mesmo assim, a pouca frequência dessa característica pode estar relacionada,

⁶ MARTINS, José de Souza. O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002, p. 196-197.

⁷ CASTELLUCCI, Aldrin A. S. Centro Operário da Bahia: Mutualismo e Jogo Oligárquico. In: XXI Simpósio Nacional de História. Niterói, 2001. Publicado em *Orbis: Ciência-Cultura-Humanidades*, n.4, set. 2002. Capturado em 11 set. 2007. Online. Disponível na Internet: <http://www.orbis.ufba.br/artigo2.htm>. Para uma visão mais aprofundada ver a tese do mesmo autor: CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008.

também, à escassez de fontes que possibilitem ao pesquisador relacionar o nome dos sócios de diversas associações às suas respectivas atuações profissionais.

Para tentar compreender essa composição heterogênea de sócios dentro das mutuais em Cachoeira, especialmente a presença dos patrões, e dialogar com algumas explicações presentes na historiografia (como as três exemplificadas acima) elaborei uma problemática, apresentada como projeto de pesquisa na seleção de mestrado, que procurava relacionar a constituição, consolidação e desenvolvimento das duas mutuais com o processo de formação do mercado de trabalho livre no município. O recorte cronológico da passagem do século XIX para o século XX tentava distanciar-se dos marcos políticos da Primeira República, levando em conta uma temporalidade imbricada com as relações de trabalho que se transformavam naquele contexto histórico.

Porém, aprofundando as leituras, as pesquisas e os diálogos com os colegas do GT Mundos do Trabalho da Anpuh-RS percebi que a relação das mutuais com a “formação do mercado de trabalho livre” era muito restrita e questionável, já que a constituição de um “mercado de trabalho livre” pode ter sido anterior à fundação das mutuais em Cachoeira e que as possíveis interferências das associações no mundo do trabalho da cidade poderiam ser percebidas melhor em outras esferas, como as relações de trabalho mais amplas entre operários e patrões e não especificamente na formação de um mercado de trabalho.

Assim, o foco da pesquisa acompanhou este indício e passou a se concentrar na análise das principais características das referidas associações beneficentes operárias em Cachoeira e estabelecer os possíveis vínculos entre estas mutuais e as diversas facetas do mundo do trabalho (especialmente as relações de trabalho entre operários e patrões) durante os últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

No entanto, após a qualificação do texto prévio desta dissertação, foram percebidos alguns problemas também neste enfoque. A tentativa de demonstrar a influência nos locais de trabalho das relações entre operários e patrões desenvolvidas no ambiente associativo das mutuais, um dos eixos daquela proposta, acabou revelando-se infrutífera, já que as fontes coligidas não possuem informações suficientes para sustentar a argumentação nesse sentido, embora a hipótese pareça adequada. Este foi um daqueles casos com os quais o historiador às vezes se depara: uma possibilidade explicativa que parece promissora acaba sendo provisoriamente abandonada pela escassez de fontes.

Avaliando os possíveis rumos que poderia tomar a abordagem, optei pela análise das relações entre operários e patrões em Cachoeira na passagem do século XIX para o XX, a partir das associações Liga e União Operária. A questão da relação dos ambientes associativos mutualistas com os locais de trabalho (e vice-versa) não foi ignorada, mas perdeu sua centralidade. Esse direcionamento deveu-se principalmente a que a curiosa convivência entre patrões e operários dentro de associações mutualistas ainda não foi suficientemente estudada pela historiografia do movimento operário, muitas vezes, como já foi salientado, pela escassez de fontes. No entanto, no caso desta dissertação, são justamente as fontes relacionadas à presença não operária (especialmente a patronal) nas mutuais as mais significativas⁸.

Desenvolver essa linha analítica implica associar um conjunto de aspectos: as características institucionais das referidas mutuais (tais como modelo organizativo, socorros prestados, quadro de associados) e ao mesmo tempo atentar para a presença dessas características nas relações entre operários e patrões. Para alargar o foco de análise, estas relações serão examinadas em outras associações, como sociedades

⁸ Esse aspecto tornar-se-á mais evidente ao longo do texto quando aparecer de forma predominante entre o conjunto das fontes de pesquisa, notícias e demais trechos do jornal *O Commercio*, cujos redatores e proprietários foram sócios e membros das diretorias da Liga e da União Operária.

dramáticas, clubes recreativos, mutuais étnicas, entre outras. Finalmente, não será perdido de vista o contexto geral de Cachoeira como o local específico destas relações entre patrões e trabalhadores.

Em relação à periodização das sociedades de socorros mútuos na história operária é necessário afirmar desde já que discordamos das abordagens que entenderam as sociedades mutualistas como um período “embrionário” de organização da classe operária, como se fossem uma “pré-história” do sindicalismo. Para interpretações baseadas nesse argumento, as organizações fundamentadas no auxílio mútuo e não na luta de classes seriam expressões de um contexto no qual as relações de trabalho capitalistas ainda não teriam se desenvolvido de forma plena e, por causa disso, a consciência de classe dos trabalhadores ainda seria incipiente.

Diferenciando-se de interpretações desse tipo, a pesquisa de Tânia Regina de Luca sobre sociedades de socorros mútuos em São Paulo e Santos demonstrou que além destas não desaparecerem após a abolição, já que inúmeras associações mutualistas foram criadas nas primeiras décadas do século XX, seria justamente a construção de relações de trabalho sob o capitalismo e a emergência de uma “nova questão social” os elementos explicativos das origens dessas mutuais.⁹

Procurando escapar da vinculação mecânica entre relações de trabalho e movimento operário (atento para os problemas de uma definição simplista das mutuais de trabalhadores como fazendo parte de um “movimento operário”), procurei desenvolver uma análise mais minuciosa dos vínculos entre estes elementos (como já indicados pelo trabalho pioneiro de Tânia Regina de Luca) debruçando-me especificamente sobre as mutuais operárias de Cachoeira e sobre as

⁹ LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990, p. 173.

relações de trabalho entre patrões e operários nesta cidade, durante boa parte da Primeira República.

Contudo, o principal objetivo da pesquisa tornou-se a investigação dos motivos e dos desdobramentos de uma situação específica: o caso de que os membros das diretorias das duas associações mutualistas operárias pesquisadas eram, em sua grande maioria, proprietários de fábricas ou oficinas artesanais.

Além disso, as fontes consultadas preservaram quase que exclusivamente a atuação dos patrões na vida associativa, colocando à margem uma eventual presença de trabalhadores operários.

A partir dessa constatação, em um primeiro momento pensei mesmo em analisar a plausibilidade da expressão de uma consciência de classe operária sociedades mutualistas com quadro social heterogêneo, aparentemente sem critérios de fechamento, e que possuíam, por ter como principal atividade a prestação de socorros, discursos de ajuda mútua que podem ser diferenciados do discurso classista de proteção dos trabalhadores frente aos riscos do trabalho e da exploração patronal.¹⁰

É importante ressaltar aqui que a “consciência de classe” a qual me refiro não é aquela identificada como uma “invenção intelectual”, como criticou Edward Thompson no Prefácio de seu famoso estudo¹¹, mas sim uma consciência que é relacionada intimamente com uma construção identitária específica, como afirmou Isabel Bilhão:

[...] a dinâmica do fazer-se classe e, ao mesmo tempo, ir se percebendo como tal é perpassada por um processo de construção identitária dos operários que estabelecem critérios e estratégias de reconhecimento e distinção, o que significa dizer que a construção da consciência de pertencimento a uma

¹⁰ Uma discussão interessante sobre esse tema é feita em GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. Welfare State. *Studies in American Political Development*. V. 15 (Fall 2001), p. 220-233. Neste artigo, o autor problematiza a tese consagrada na historiografia estadunidense sobre sociedades de socorros mútuos de que a veiculação por parte delas de uma “retórica fraternal” mitigaria a consciência de classe de seus membros.

¹¹ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. A árvore da liberdade (vol. 1). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 11.

classe é indissociável da percepção identitária que os operários constroem entre si e em relação às outras classes sociais.¹²

No entanto, com a escassez de indícios sobre as atividades operárias nas mutuais, esta dissertação versará, além das abordagens sobre o contexto histórico e das características das mutuais, sobre quais seriam as razões da “apropriação” de uma identidade operária (inclusive no mundo associativo), de indivíduos proprietários de fábricas e oficinas.

Apesar de correr o risco, nesse tipo de abordagem, de ser acusado de pensar apenas a ação dos patrões, como se os operários tivessem assistido passivamente esse processo ou mesmo deixado de contribuir pra ele, não temos outra saída, já que as fontes sobre o assunto dão conta, na imensa maioria das vezes, da ação patronal.

As sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio, fundadas respectivamente em 1897 e 1900, fazem parte de um contexto de grande explosão associativa na história brasileira e sul-rio-grandense, não apenas da classe operária, mas de diversos setores sociais que procuravam representar seus interesses políticos, ajudarem-se mutuamente ou apenas encontrar formas de sociabilidade.¹³

Sobre esta proliferação de associações, típica da história do mundo associativo em geral no final do século XIX, e as classificações possíveis sobre o fenômeno, tomo emprestadas as palavras de Anne Marie Wautier:

¹² BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: EDUEL, 2008, p. 4-5.

¹³ LONER, Beatriz Ana. O movimento operário. In: HEINZ, Flávio; AXT, Gunter (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República Velha (1889-1930). V. 3. Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, vol. 1).

É, pois, muito difícil classificar um mundo associativo que se apresenta como um verdadeiro mosaico. O que parece importante guardar aqui é a característica fundamental que diferenciou as associações ao longo de sua história. Algumas manifestam o interesse dos indivíduos de, juntos, se sentirem bem. São uma espécie de refúgio em que se pode, de uma forma ou outra, dar um certo grau de satisfação pessoal. Outras, ao contrário, desenvolvem atividades que se inscrevem na lógica da ação coletiva militante e da historicidade. Isto é: sua finalidade é a ação sociopolítica que busca a construção de um mundo que lhes parece melhor, mediante a mobilização dos participantes, baseadas num ideal de justiça e solidariedade¹⁴.

A consolidação das sociedades liberais em diversos países do mundo no final do século XIX provocou a fragilização ou mesmo a extinção de laços tradicionais de sociabilidade. Esta, por sua vez, foi reconfigurada com o amadurecimento, nas sociedades contemporâneas, de uma esfera pública e com o surgimento de inúmeros grupos na sociedade civil que, motivados pela representação de interesses, defesa de uma identidade específica ou mesmo pela prática do lazer coletivo, criaram diversas estratégias de associação para atender seus objetivos.

Sobre o vínculo entre o conceito de sociabilidade e a vida associativa, vale destacar a análise de Maurice Agulhon:

A idéia de que a vitalidade das associações é um bom índice da sociabilidade geral de uma coletividade humana não deveria quase receber objeções. Quanto mais as relações interpessoais são numerosas e diversas, mais grupos elas colocam em jogo: a família, a paróquia, a comuna, a profissão ou o grupo etário são um tipo de enquadramento mínimo aos quais virão - ou não - se juntar o partido político, o clube esportivo, a sociedade beneficente ou qualquer outra coisa que se possa ainda imaginar. Uma evolução progressiva da sociabilidade consistirá, assim, por um lado, da aparição de associações *voluntárias* (partido, clube, em oposição à família, ao atelier, ao Estado) cada vez mais numerosas e diversificadas e, por outro lado, na passagem dessas associações do estado *informal* (jovens jogadores num terreno baldio) ao estado *formal* (clube esportivo)¹⁵ [grifos do autor].

¹⁴ WAUTIER, Anne Marie. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Ijuí (RS): Unijuí, 2001, p. 31.

¹⁵ AGULHON, Maurice. *Le cercle dans la France bourgeoise (1810-1848): étude d'une mutation de sociabilité*. Paris: Armand Colin, 1977, p. 6.

Considerando este tipo de sociabilidade originada nas associações como “um dos meios da história da civilização na época chamada ‘contemporânea’ (de fim do século XVIII até nossos dias)”, Agulhon reforça a importância do fenômeno associativo baseado nas idéias de A. Cuvillier:

A criação de associações é um processo de complicação social que permite que o indivíduo seja não o homem de seu grupo social único, mas um homem situado no entrecruzamento de círculos sociais diversos, permitindo assim que escolha uma personalidade e uma independência. E além disso, ele nota que as associações livres (em geral) são normalmente o contrapeso do Estado e as garantias da liberdade do cidadão¹⁶.

A fundação de associações, portanto, foi um dos meios utilizados pelos grupos integrantes da sociedade civil contemporânea, em processo de consolidação e diferenciação, para concretizar sua participação nos rumos da vida social em geral e garantir que a reprodução e sobrevivência do próprio grupo estivessem boa parte sob suas mãos.

Mesmo em sociedades onde o liberalismo foi acompanhado por formas mais expressivas de mecanismos de exclusão, como na Primeira República brasileira, o mundo associativo presenciou uma ampliação sem precedentes. Essa situação, muitas vezes, esteve relacionada justamente à tentativa de garantir alguma participação social que, na prática, os princípios da república liberal, apesar de prometerem, não a proporcionaram.

Caso destacado, nesse sentido, foi o dos trabalhadores urbanos, como salientou Beatriz Loner:

Numa sociedade que, durante quase quatro séculos, manteve seus trabalhadores como cativos, pode-se pensar que a identificação política e social como operário não resultasse em nenhuma vantagem óbvia no espectro sociopolítico,

¹⁶ Ibid, p. 7.

especialmente em períodos como o da República Velha, no qual a sociedade ainda aprendia a conviver com as novas regras de tratamento para os trabalhadores. Estes, por sua vez, apresentavam tamanha diferenciação, em termos de etnias, línguas e culturas e grau de relacionamento com os instrumentos de trabalho, que formavam um conjunto por demais polimorfo, dificultando qualquer arregimentação baseada na comunhão de interesses¹⁷.

Desse modo, o processo de transformação da sociedade brasileira a partir do capitalismo liberal, engendrou um contexto no qual os trabalhadores poderiam optar pelo caminho associativo, por pelo menos duas razões: para sedimentar a solidariedade entre grupos não identificados imediatamente com o mundo do trabalho (como as etnias) ou, quando a condição de trabalhador era o aspecto privilegiado, para melhorar suas condições de vida, tanto na esfera privada (com a sobrevivência individual e da família) quanto na pública, garantindo participação mais significativa nas decisões políticas, especialmente naqueles assuntos que diziam respeito à situação e aos problemas dos próprios trabalhadores.

Essas características, como veremos no primeiro capítulo, também estiveram presentes em Cachoeira. Apesar de ter como atividades econômicas principais na passagem entre os séculos XIX e XX a pecuária e a lavoura de arroz, as importantes atividades comerciais desenvolvidas no município contribuíram também para a criação de diversas fábricas e oficinas, principalmente voltadas para a manufatura de gêneros agropecuários. Assim, as indústrias de médio e pequeno porte, ao lado das casas comerciais, garantiram o desenvolvimento de uma ordem urbana na qual patrões e trabalhadores enfrentariam no contexto local os dilemas apontados anteriormente em relação à representação de interesses e à construção de uma imagem positiva sobre o mundo do trabalho. Desse contexto emergem a criação

¹⁷ LONER, op. cit., 2003, p. 55.

das duas associações mutualistas objetos deste estudo, as sociedades Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio.

A partir disso, abordo agora especificamente os estudos que relacionam o associativismo com o mundo do trabalho e, portanto, com as iniciativas e motivações dos grupos de patrões e operários na esfera das associações.

É inegável que a maioria da produção historiográfica sobre o associativismo na Primeira República concentrou-se nas experiências organizativas dos trabalhadores e, de forma mais específica, nos sindicatos e ligas de resistência. Alguns estudos que se preocuparam em esboçar uma periodização para o movimento operário no Brasil acabaram identificando as associações mutualistas como uma espécie de “pré-história” daquelas que seriam as principais expressões organizadas dos operários na Primeira República, as ligas de resistência e sindicatos inspirados pelo socialismo e, mais acentuadamente, pelo sindicalismo revolucionário¹⁸, de inspiração anarquista. Ou mesmo afirmaram a extinção das sociedades de socorros mútuos após a abolição da escravatura, indicando uma idéia de evolução entre abolição, constituição da classe operária e sindicatos.¹⁹

Não há, porém, motivo para deslegitimar *a priori* essas interpretações, cabendo-nos, em um trabalho acadêmico como este, contextualizar seus pressupostos e resultados, para daí sim explicitarmos nossa leitura crítica a elas. Segundo Cláudio Batalha, tais interpretações fariam parte de uma literatura com um forte viés sociológico, próprio das primeiras produções acadêmicas sobre o

¹⁸ TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*. Campinas: Unicamp, 2004, já que para as obras que caracterizam essa tendência o sindicalismo revolucionário fora conceituado como “anarco-sindicalismo”. Sobre o assunto, ver também: SILVA Jr., Adhemar Lourenço da. Anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico. In: D’ANGELO, Ana Lúcia Velinho (org.). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: UE, 1995.

¹⁹ RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968 e VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

movimento operário brasileiro a partir, principalmente, da década de 1960.²⁰

O caráter generalizante dessas interpretações sociológicas prescindiu de pesquisas empíricas de fôlego na maioria dos estudos representantes dessa tendência. Além disso, a compreensão de que só existiria movimento operário numa sociedade fortemente industrializada acabou desconsiderando a diversificada experiência associativa e os modos de vida da classe operária e, também nesse sentido, desconsiderou grande parte da história operária de outras regiões do Brasil além de São Paulo e do Rio de Janeiro. As conclusões sobre a procedência das lideranças operárias, destacadamente imigrante e anarquista, além de uma cronologia arbitrária em relação ao caráter das associações operárias, completaram o quadro de modelos explicativos dessas análises sociológicas.

A partir desses pressupostos, o mutualismo, por privilegiar a assistência aos operários em detrimento da luta de classes representaria um estágio "embrionário" da consciência de classe, sendo o seu fim uma consequência previsível, portanto, da maturação da classe operária brasileira.

Esses estudos acadêmicos acabaram corroborando por outras vias uma interpretação depreciativa sobre as sociedades de socorros mútuos que lhe era anterior, representada por estudos e discursos políticos da própria militância operária, seja socialista ou anarquista.

Segundo Alexandre Fortes, as atividades mutualistas foram objeto de discussão já no Congresso Operário Brasileiro de 1906, que decidiu por priorizar a resistência nas formas organizativas operárias.

A resolução adotada pelo Congresso a respeito aconselhava "sobretudo, resistência, sem outra caixa a não ser a destinada a esse fim". Os argumentos utilizados para sustentar esse

²⁰ BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

ponto de vista enfatizavam que essas obras secundárias, embora trazendo ao sindicato grande número de aderentes, quase sempre sem iniciativa e sem espírito de resistência, servem muitas vezes para embaraçar a ação da sociedade que falta inteiramente ao fim para que fora constituída – a resistência.

A reiteração do termo resistência e sua sobreposição a qualquer outro objetivo da organização operária indica a opção por uma estratégia centralmente conflitiva e o receio do envolvimento com mecanismos organizativos e institucionais que signifiquem ordem estabelecida. Nesse sentido, a recusa à mutualidade está articulada à rejeição à legislação de proteção ao trabalho e à participação na política partidária. Por outro lado, a alusão aos “aderentes sem iniciativa e sem espírito de resistência” liga-se à aposta na ação sindical a partir de uma minoria militante organizada [...].²¹

Assim, o privilégio dado pelas mutuais ao caráter previdenciário na sua organização era interpretado como um conservadorismo, como a defesa do *status quo*, aspecto que contribuía para a fragilidade política dos associados, pouco afeitos ao enfrentamento com o patronato.

Esse duplo desprestígio da experiência mutualista operária, pelas militâncias socialistas e anarquistas coetâneas e pelos estudos acadêmicos, só começou a ser questionado de forma mais veemente nos anos 1990, principalmente a partir do trabalho pioneiro de Tânia Regina de Luca.²²

Ao estudar o caso de associações mutualistas em São Paulo e Santos entre o final do século XIX e início do XX, Luca observou a presença marcante e difundida das sociedades de socorros mútuos nas duas cidades, contrariando os estudos anteriores que identificavam o fim das mutuais após a abolição da escravatura, já que o surgimento de inúmeras mutuais se deu no século XX, convivendo com os sindicatos por várias décadas.²³ Além disso, como ressaltou Adhemar da Silva Jr., entre a população urbana, o número de indivíduos mutualizados

²¹ FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 246-247.

²² LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

²³ LUCA, op. cit., p. 10-11.

excedeu àquele dos sindicalizados, entre o final do século XIX e início do XX.²⁴

A partir dos resultados de sua pesquisa, Luca dirigiu uma crítica importante às abordagens citadas anteriormente:

[...] as sociedades de auxílios mútuos foram tomadas como representantes de uma fase inicial e curta, logo seguida pelo aparecimento dos sindicatos. [...] Subjacente à maior parte das abordagens citadas está a concepção de que existe uma evolução contínua nos padrões organizatórios da classe operária. Seja de forma explícita, ou com matizes suaves, vemos desfilar sucessivamente o estágio de pré-consciência, onde a preocupação fundamental residiria na sobrevivência; os sindicatos, tomados como instrumentos de luta; e o partido, ápice da hierarquia, condutor esclarecido da classe em direção à Revolução e ao Estado Proletário. Em consequência desse teleologismo, que adquiriu status de verdade evidente, o mutualismo tem sido encarado como algo estanque que simplesmente teria dado margem ou preparado o advento dos sindicatos. Em suma, ainda que se admita a existência das sociedades de auxílios, elas não são tomadas como objeto de análise distinto e dotado de especificidade.²⁵

Defendendo, portanto, a especificidade da experiência associativa mutualista, a autora entende que a origem da mesma vincula-se ao surgimento das relações capitalistas de produção e o advento de uma nova “questão social”, com todos os desdobramentos previdenciários que essa situação teria para as condições precárias da vida dos trabalhadores. Assim, os mesmos optaram, em alguns casos, pela reunião de esforços no sentido do auxílio mútuo e na tradução institucional da preocupação com a manutenção da sobrevivência e com o amparo das famílias operárias.

A partir daí, outras pesquisas passaram a estudar as especificidades das sociedades de socorros mútuos, problematizando suas relações com os sindicatos e até mesmo com as corporações de ofício e as irmandades, sempre no sentido de estabelecer as

²⁴ SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas* (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940). Tese de doutorado. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2005, p. 51-67.

²⁵ LUCA, op. cit., p. 8.

peculiaridades das associações mutualistas. Um exemplo dessa abordagem foi a edição de 1999 dos Cadernos AEL (do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP), intitulada "Sociedades operárias e mutualismo", na qual historiadores como Alexandre Fortes, Cláudio Batalha, Artur Vitorino, Fabiane Popinigis e Benito Schmidt expuseram seus resultados de pesquisa sobre o tema.²⁶

Para citar um exemplo, em seu artigo Cláudio Batalha demonstra, para o caso do Rio de Janeiro, a combinação complexa, por vezes contraditória, por vezes complementar, entre as práticas de resistência e de previdência no interior do movimento operário.

Além dessa contribuição, segundo Ronaldo Pereira de Jesus (que em parte de sua tese de doutorado investigou o mutualismo durante o Segundo Reinado), o artigo de Batalha e dos demais historiadores presentes nesse volume dos Cadernos AEL fez consolidar a noção de classe como fenômeno histórico dentro dos estudos sobre o movimento operário no Brasil, destacando, ainda, a importância das experiências associativas do século XIX para o entendimento do movimento operário no século XX.²⁷

Dentro desses pressupostos também foram importantes os inúmeros trabalhos efetuados pela historiografia do Rio Grande do Sul que, se em alguns casos, não se concentrou no estudo das organizações operárias como objetivo principal, auxiliou justamente no desmantelamento das interpretações mecanicistas sobre a classe e o movimento operários. Percebia-se, deste modo, as complexas configurações da formação da classe operária brasileira e sul-rio-grandense, com a experiência mutualista desempenhando importante papel neste processo.²⁸

²⁶ *Cadernos do AEL*. Campinas, IFCH, Unicamp, v. 6, n. 10/11, 1999.

²⁷ JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006, p. 297.

²⁸ Dentre alguns exemplos, podemos destacar: BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: Eduel, 2008;; PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "*Que a União Operária seja nossa pátria!*": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas

Destarte, nos últimos anos, desenvolveram-se pesquisas que tem por foco as associações mutualistas ou que pelo menos fazem delas parte importante de seus argumentos e objetos de estudo.²⁹

Provavelmente, uma das mais importantes é a tese de doutorado de Adhemar Lourenço da Silva Jr., que se debruçou sobre as diversas manifestações do fenômeno mutualista no Rio Grande do Sul, entre 1854 e 1940, comparando suas características com associações de socorros mútuos de outros países, como Estados Unidos da América, Inglaterra, França, Holanda, entre outros.³⁰

O autor procura, nesse estudo, evidenciar as possíveis relações entre estratégias privadas e públicas dos sócios no surgimento e desenvolvimento das sociedades de socorros mútuos, atentando precisamente para as condições nas quais a satisfação dos objetivos das primeiras poderiam desencadear a promoção das segundas.

Segundo Adhemar, baseado nos argumentos de Marcel van der Linden e Jan Lucassen, a distinção entre as referidas estratégias seria a seguinte:

As estratégias privadas, tais como o recurso a parentes e vizinhos em relações horizontais ou o recurso ao paternalismo em relações verticais, supõem a análise da ação de um agente individual principalmente interessado em sanar os efeitos de risco social, ao passo que as estratégias públicas supõem a análise da ação de um agente coletivo, podendo ser uma classe, categoria profissional, grupo étnico, etc., interessado na promoção de certos interesses relacionados a terceiros. São essas estratégias públicas aquelas mais abordadas pela bibliografia, principalmente quando se institucionalizam em sindicatos ou, por exemplo, como mencionado por esses autores, sociedades de socorros mútuos³¹.

organizações. Porto Alegre: UFRGS, Santa Maria: UFSM, 2001; SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa*: a história de dois líderes socialistas. Porto Alegre: Palmarinca/FUMPROARTE, 2004.

²⁹ Alguns exemplo são: BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe*. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920). Campinas: IFCH/Unicamp, 2002 (Tese de doutorado); MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres*: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008; NOMEINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas* (1906-1930). Campinas: IFCH/Unicamp, 2007 (Dissertação de mestrado).

³⁰ SILVA JR., op. cit., 2005.

³¹ SILVA Jr., op. cit., 2005, p. 11.

Nesse sentido, Silva Jr., em sua definição mais genérica sobre o mutualismo (diferente da abordagem usual da bibliografia sobre o tema), argumenta que a origem das associações estaria na estratégia privada de seus membros de garantirem proteção contra o descenso social, isto é, contra a possibilidade iminente de perda parcial ou total do trabalho e dos meios de subsistência, sendo que os objetivos públicos, que extrapolassem os benefícios privados para os sócios, como, por exemplo, a construção de uma identidade para a classe ou para uma categoria, não seriam uma explicação generalizável para o fenômeno.³²

Esses pressupostos defendidos por Silva Jr. podem auxiliar na problematização da dicotomia relacionada aos vínculos entre mutualismo (ação histórica) e relações de trabalho (determinação estrutural). No caso das estratégias privadas, relacionadas ao interesse pelos serviços de socorro das mutuais, podemos inferir que essa estratégia possui uma dimensão estrutural, além da ação privada, pois a busca de socorros é motivada pelo contexto histórico que priva os trabalhadores da estabilidade financeira e do amparo frente à enfermidade e à morte, características das relações sociais, inclusive de produção, que se construíram na passagem do século XIX para o XX.

Ao mesmo tempo, as estratégias públicas, entendidas como interesses e/ou identidades defendidos em relação a terceiros ou projetos de criação ou reestruturação de relações sociais, como as relativas ao mercado de trabalho, são elaboradas também por uma combinação complexa de motivações privadas que se aglutinam numa associação e que, no desenvolvimento específico dessa, propiciam a implementação de projetos de identidade e/ou outras estratégias que interferem nas relações sociais que extrapolam o nível organizativo inicial, ou seja, que poderiam também interferir nas relações de trabalho nas fábricas e oficinas.

³² Ibid, p. 17-68.

Uma síntese desse raciocínio é produzida por Adhemar, quando se baseia em Claus Offe, inferindo que a análise de mutuais deve levar em conta os interesses materiais das estratégias privadas, as possibilidades e limitações dadas pelo contexto histórico e institucional e a combinação efetuada entre esses elementos no interior da experiência organizativa que, em certos contextos, pode desencadear estratégias públicas de características diversas.³³

A partir dessa argumentação de Offe, Silva Jr. matiza a distinção entre estratégias privadas e públicas, adotando como aspectos respectivos a elas os *interesses materiais* e os *interesses espirituais* dos membros de uma associação, sendo os primeiros relacionados à securitização e os segundo às formulações identitárias³⁴.

A despeito da formulação diferenciada, até mesmo partindo de alguns pressupostos diferentes, a interpretação de Silva Jr. parece acompanhar uma linha historiográfica que atribui à situação de “insegurança estrutural” dos trabalhadores no capitalismo um papel crucial na iniciativa dos mesmos (ainda que seja uma atitude “privada”) de organizarem-se para socorrerem-se mutuamente.³⁵

Apesar das contribuições importantes desta interpretação feita por Silva Jr. sobre a origem e os objetivos das sociedades de socorros mútuos, as estratégias privadas não serão objetos de análise na minha abordagem sobre as mutuais de Cachoeira. Assim como a maioria da bibliografia sobre o assunto, concentrarei a análise nas motivações e ações coletivas dos agrupamentos sociais (aqui especificamente patrões e operários). Ao desconsiderar as estratégias privadas, não quero dizer que não reconheço a importância desse aspecto ou mesmo a sua

³³ SILVA JR. op. cit, 2004, p. 48-49.

³⁴ Ibid, p. 49.

³⁵ Para a noção de “insegurança estrutural”, ver: SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 25-48. Interpretações semelhantes, mas com formulações diversas, estão presentes em: PETERSEN, op. cit., 2001; FORTES, op. cit., 2004; MARTINS, José de Souza. O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002.

centralidade no entendimento da origem e desenvolvimento de associações mutualistas, mas sim que esse enfoque dependeria de uma qualidade e de uma diversidade de fontes históricas da qual não disponho. Além disso, alguns desdobramentos da abordagem baseada em estratégias privadas podem redundar em interpretações muito próximas ao individualismo metodológico, cujos problemas, na nossa visão, serão tratados logo adiante.

Outros estudos recentes importantes sobre sociedades de socorros mútuos são aqueles desenvolvidos por Claudia Viscardi e Ronaldo Pereira de Jesus. Centrando-se na análise das experiências mutualistas em Minas Gerais, Viscardi elabora um detalhado perfil das organizações de socorros mútuos, principalmente na cidade de Juiz de Fora, destacando as diversas relações entre mutualismo e filantropia.

Combinando alguns pressupostos de abordagens antropológicas, como a teoria dos jogos, a antropologia econômica de Karl Polanyi e os estudos de Marshall Sahlins, a autora identifica como motivadoras para o surgimento das sociedades de socorros mútuos a confiança dos indivíduos nas relações de reciprocidade e, nesse sentido, a convicção de que os interesses privados só poderiam ser atingidos através da organização coletiva. Nesse sentido, estabelece uma vinculação diferenciada entre interesses privados e públicos, em relação aos argumentos antes citados de Silva Jr. Segundo Viscardi:

Karl Polanyi nos informa que, em sociedades caracterizadas pela ausência de um mercado formal, as relações de troca expressam princípios alternativos ao comportamento econômico capitalista de tipo competitivo, pois a reciprocidade – que pode ser entendida como atos isolados de dar e receber – requer aceitação de regras (não necessariamente escritas) e existência de confiança mútua, sentimentos que obliteram a bipolaridade das relações sociais de troca, amenizando a luta competitiva.³⁶

³⁶ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006, p. 317.

Essas condições seriam ainda mais evidentes no momento em que as relações capitalistas de troca e produção não haviam se consolidado, atentando a autora para a relação entre mutualismo e formas capitalistas ainda não consolidadas de relações sociais.

Em relação a Marshall Sahlins, a autora dialoga com os dois modelos de reciprocidade (balanceada e generalizada) conceituados pelo antropólogo.

A balanceada opera no ambiente onde as trocas são iguais. A generalizada prepondera nas relações onde alguém contribui mais do que recebe, sabendo que, em algum momento, receberá de volta o valor contribuído anteriormente. Mesmo que não receba, manterá aquele que a recebeu sob seu controle (dependência). Ambos os modelos ocorrem nas mutuais. O indivíduo contribui o tempo todo sem saber quando e quanto receberá em troca. Para quem contribui, e raramente usufrui, o ganho é a manutenção da dependência dos outros em relação a ele e o conseqüente reforço de seu status, principalmente se tratar de um sócio benemérito (generalizada). Para quem usufrui daquilo com que contribui (balanceada), a relação de dependência está mantida.³⁷

Acompanhando essas duas abordagens sobre a reciprocidade, Viscardi ainda utiliza-se de argumentos da "teoria dos jogos", já que segundo ela, este enfoque:

também nos ajuda a entender porque a reciprocidade é tão fundamental para a manutenção das associações. As regras de reciprocidade se apóiam no espírito de confiança mútua, que, ao prevalecer entre os jogadores, oferece bons resultados para ambos [...]. Nos jogos, os custos para o transgressor são muito altos. Nas mutuais, também. Todos perdem. No âmbito da teoria dos jogos, as pessoas escolhem confiar nas outras não porque sejam naturalmente altruístas e cooperativas, mas porque aspiram por ganhos individuais só obtidos coletivamente. [...] Associar-se implica numa decisão estratégica que envolve o risco da perda e do ganho. Como sócio, você confia que, no leque de opções disponíveis aos demais sócios, a escolha pelo bem da associação seja a mais natural, não porque ele seja honesto e trabalhador, mas porque, no êxito do empreendimento, está o ganho individual de cada um.³⁸

³⁷ VISCARDI, op. cit., p. 317.

³⁸ VISCARDI, op. cit., p. 318-19.

Apesar da coerência dessa abordagem feita por Cláudia Viscardi, tomando como referências pressupostos e conceitos antropológicos, não é meu objetivo aqui aprofundar e desenvolver uma interpretação nesse sentido. Contudo, se, como vimos anteriormente, uma das explicações na historiografia sobre a presença de padrões em associações operárias é justamente o caráter incipiente das relações sociais capitalistas na sociedade brasileira entre o final do século XIX e início do século XX, que tornava pouco nítidos os limites entre os grupos sociais, ou mesmo aproximava-os na defesa de uma idéia comum (como, por exemplo, a atribuição de um valor positivo ao trabalho), será importante destacar, eventualmente, a possibilidade de que essas relações de reciprocidade tenham se configurado entre os membros das associações.

No caso da abordagem inspirada em Polanyi, pensar na experiência de associar-se buscando ajuda mútua como um comportamento vinculado a um conjunto de relações de trocas ainda não identificadas com o capitalismo competitivo remete justamente à importância de pensarmos a dinâmica das relações de trabalho capitalistas que estão em processo de consolidação nos meios urbanos brasileiros do final do século XIX e início do século XX.

Comentando a abordagem inspirada em Sahlins, a reciprocidade generalizada poderia auxiliar no entendimento da participação dos padrões nas associações operárias, garantindo status e dependência em relação aos operários em outro espaço além da fábrica. Deste modo, o investimento de recursos por parte dos padrões nas mutuais operárias, que provavelmente dependiam daqueles para sua sobrevivência, poderiam garantir para estes certa legitimidade frente aos seus empregados.

No entanto, nos parece demasiada a racionalidade "individualizada" imputada aos agentes históricos no caso da abordagem inspirada na teoria dos jogos, pois mesmo levando em

conta, como na interpretação de Adhemar da Silva Jr., as estratégias privadas dos indivíduos ao se associarem em uma mutual, não podemos desconsiderar o processo de construção de interesses coletivos por parte dos operários e dos patrões neste contexto. Assim, pretendemos levar em conta na constituição das mutuais interesses que se não podem ser conceituados como *classistas*, se tomarmos as classes como algo em construção ainda nesse período, podem ser identificados como *coletivos*.

Já as pesquisas de Ronaldo Pereira de Jesus, direcionadas para as associações mutualistas da Corte no tempo da Monarquia, revelam outros aspectos importantes na interpretação das origens das sociedades de socorros mútuos.³⁹

Para o autor, o caráter definidor das experiências mutualistas no Rio de Janeiro entre 1860 e 1887 seria o estabelecimento de relações horizontais entre “a gente comum da corte”, desdobramentos da crise da dominação senhorial na segunda metade do século XIX.

No entanto, mesmo partindo do espectro estabelecido pela hegemonia do paternalismo, podemos caracterizar as práticas que agrupavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão – materializadas nas sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais) erigidas na capital do Império – como práticas de solidariedades horizontais. Para tanto, devemos observá-las como portadoras de uma “cultura emergente” na sociedade monárquica escravista brasileira, e analisá-las a partir do conceito de “experiência”, de acordo com o sentido atribuído por E. P. Thompson a esta categoria. Ou seja, devemos entender, de modo mais amplo, as ações dos homens e mulheres que erigiram as sociedades beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), no Rio de Janeiro entre 1860 e 1887, como “experiência humana”. Como respostas mentais e emocionais e/ou não-formalizadas, sustentadas por grupos ou indivíduos, diante de muitos acontecimentos inter-relacionados.⁴⁰

³⁹ JESUS, Ronaldo Pereira de. *O povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. Tese de doutorado. PPGH-USP, 2001.

⁴⁰ JESUS, op. cit., 2007, p. 301.

Para Ronaldo Pereira de Jesus, mesmo reforçando que seu trabalho seja especificamente sobre a cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas do Império, a atribuição da origem das experiências mutualistas a relações horizontais entre seus protagonistas pode implicar o redimensionamento dos estudos sobre sociedades de socorros mútuos.

[...] dois desafios se colocam para o estudo das associações beneficentes, de ajuda mútua, profissionais, de classe e étnicas (ou regionais), erigidas na capital do Império entre 1860 e 1887, que agregavam ex-escravos, homens livres pobres, artesãos, artistas, operários, pequenos comerciantes, militares de baixa patente e funcionários públicos de baixo escalão. Primeiro, a necessidade de se observarem as associações independentemente da atração que sobre este tema exerce a questão da formação da classe trabalhadora e do movimento operário e sindical, ou seja, a partir de um referencial teórico-metodológico e histórico próprios. E, segundo, conseqüentemente, traçar o esboço de uma periodização específica para o fenômeno associativo, especialmente para o período monárquico.⁴¹

É de especial importância pensarmos a configuração peculiar das sociedades de socorros mútuos como proposta por Ronaldo Pereira de Jesus, já que nos orienta a observar de forma mais clara até que ponto e em que sentido as relações de trabalho modificam a constituição e desenvolvimento de mutuais que possuem características que estão além da relação com o movimento operário, apesar de seus fortes vínculos com ele.

Mesmo se não podemos, no nosso caso, deixar de analisar as sociedades beneficentes de Cachoeira através de referenciais da formação da classe operária e da história do sindicalismo, dado o contexto diferenciado com relação às mutuais pesquisadas pelo referido autor (da Corte no Segundo Reinado), podemos incorporar a problemática da sua proposta de pensar as especificidades do

⁴¹ Ibid, p. 298.

mutualismo para além dessa vinculação com a formação da classe operária.

Para o nosso problema de pesquisa, que é investigar a presença de patrões em sociedades mutualistas teoricamente “operárias”, o diálogo com os estudos sobre o mutualismo difundidos pela história da formação da classe trabalhadora e do movimento operário é inevitável e carrega essa dificuldade quanto às referências que poderiam orientá-lo, questão que será retomada em outros momentos da dissertação.

Além disso, será indispensável comparar com os argumentos de Pereira de Jesus se aquelas relações de solidariedade horizontal identificadas pelo mesmo entre a gente comum da corte (que incluía operários e pequenos patrões) pode ser extrapolada para o contexto das primeiras décadas da República. Ou seja, se a possível identificação de patrões e operários com a valorização do trabalho construtor do progresso urbano implicava também certa “horizontalidade” e “solidariedade” entre os membros das associações que, especificamente no mundo do trabalho, estavam em lados diferentes.

É por isso que pretendemos analisar as sociedades beneficentes operárias estudadas não como um modelo típico de organizações mutualistas, a despeito de sua disseminação considerável em vários contextos, mas, entre vários exemplos que historicamente se configuraram, como sociedades de socorros mútuos imbricadas com o mundo do trabalho e, portanto, investigar como essa imbricação também imprime características distintivas a uma organização mutualista.

Para concluir essa revisão historiografia, antes de passar ao primeiro capítulo, situaremos a abordagem analítica deste trabalho dentro de um debate importante na história social, a partir das críticas formuladas ao modelo tradicional de pesquisas dessa área por integrantes do *linguistic turn* e do individualismo metodológico.

Em muitos casos, os críticos da história social, tanto aqueles ligados à história cultural quanto aqueles influenciados pelo giro lingüístico e o pós-estruturalismo, foram oriundos da chamada história social clássica⁴² ou pelo menos compartilharam fortemente da herança dela.

Se uma das principais críticas dos historiadores da cultura era a utilização em larga escala da grade socioeconômica para explicar as práticas sociais e culturais, os historiadores sociais que se aproximaram da linguagem questionaram as próprias categorias até então utilizadas, como as de classe e experiência.

No caso da história do trabalho um dos estudos pioneiros nessa reflexão foi o de Gareth Stedman Jones sobre o cartismo na Inglaterra. Em seu livro *Languages of class*, Jones problematiza o viés predominantemente classista na interpretação do cartismo, afirmando que a hegemonia da análise classista desenvolvida pelo marxismo, principalmente na interpretação do contexto histórico inglês, prejudicou o reconhecimento de especificidades em diversas experiências históricas, além de ignorar a importância da linguagem política na articulação da experiência social, no sentido que a primeira atribuiria à segunda.

Assim, para o autor, o cartismo teria que ser compreendido muito mais pelo seu caráter político do que social, já que teria sido a linguagem do radicalismo do século XIX (que identificava os males sociais como consequência do monopólio do poder político e da corrupção do Estado) a responsável pela aglutinação do movimento cartista e não uma suposta experiência unificada da classe operária que teria gerado um comportamento político.

Nas palavras de Stedman Jones, citado por Paulo Fontes:

⁴² Natalie Zemon Davis definiu a “história social clássica” como aquela que se caracterizou pela relação intrínseca com a sociologia e com a economia, pela preocupação com a definição, criação e relação dos grupos sociais, sobretudo das classes. As explicações teriam como eixo as mudanças estruturais da sociedade e o modelo socioeconômico. Além disso, em momento posterior, interessou-se pela investigação das mentalidades, da consciência e das ideologias. Para isso, ver: DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. In: *Historia social*, 10:177-182, primavera/verão 1991.

A simples dialética entre consciência e experiência não pode explicar a forma precisa que assumiu a ideologia cartista.(...) Não era uma simples experiência, mas também uma determinada ordenação lingüística da experiência, o que podia levar as massas a crer que "sua exclusão do poder político é a causa de nossas anomalias sociais" e que o "poder político" era a causa da "opulência". A consciência não pode se relacionar com a experiência a não ser que se interponha entre ambas uma determinada linguagem que organiza a compreensão da experiência e é importante sublinhar que um mesmo conjunto de experiências pode ser articulado por mais de uma linguagem⁴³.

Deste modo, ainda segundo o historiador inglês, não devemos

decifrar a linguagem política para conseguir uma expressão primeira e material do interesse, já que é a estrutura discursiva da linguagem política que concebe e define o interesse em primeira instância. Assim, pois, o que devemos fazer é estudar a produção do interesse, a identificação, a ofensa e a aspiração dentro das próprias linguagens políticas⁴⁴.

Assim, a classe seria muito mais uma realidade discursiva do que ontológica, sendo o estudo da linguagem fundamental para a compreensão da dinâmica da relação entre experiência e ação política, evitando assim a idéia de que a primeira determinaria a segunda.

Muitas críticas foram dirigidas à argumentação de Stedman Jones e, segundo Paulo Fontes, uma das principais foi feita por Dorothy Thompson, que apontou vários problemas na argumentação do historiador inglês, como uma definição bastante precária do que seria linguagem, a utilização de apenas dois jornais classistas como fontes e a extrapolação das idéias políticas de algumas lideranças cartistas para todo o movimento.

Mesmo assim, apesar das ressalvas importantes que podemos fazer em relação à argumentação de Stedman Jones, a interpretação que o autor propôs a partir da linguagem e dos discursos políticos afetou os

⁴³ STEDMAN JONES apud FONTES, Paulo. Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of class* de Stedman Jones. In: *Revista de História*. FFLCH-USP, 140 (1999).

⁴⁴ STEDMAN JONES apud FONTES, Paulo. Op. cit., p. 98.

estudos da história social e estimulou um debate bastante frutífero na área.

De outro modo, uma das críticas mais contundentes à história social foi feita por Joan Scott, problematizando o conceito de experiência. Para ela, não podemos dissociar o estudo das "experiências" das formas discursivas que dão sentido a elas e as classificam, chamando a atenção, assim, para o caráter multifacetado das experiências sociais elaboradas discursivamente e não compreendendo essas experiências como absolutamente determinantes da linguagem e das práticas discursivas.

É importante, para Scott, questionar o conceito de experiência como sendo auto-evidente e que legitima indiscutivelmente a veracidade da interpretação histórica (o que muito fundamentou os trabalhos de história social), alertando para a necessidade de escrutinar a construção discursiva das "experiências".⁴⁵ A partir desses questionamentos, dois conceitos muito importantes para o surgimento e para a renovação da história social, como os de classe e experiência, passaram a ser revistos e discutidos nas interpretações e não mais naturalizados.

Em sentido diferente, outros intelectuais passaram a questionar os pressupostos da história social, principalmente aquelas interpretações marxistas mais influenciadas pelo estruturalismo. Uma das principais críticas adveio dos chamados "marxistas analíticos". Para os representantes dessa corrente, o marxismo deveria ser renovado a partir da influência de pelo menos três áreas de conhecimento: a ciência social empírica, a economia neoclássica e, a principal delas, a filosofia analítica. Nesse sentido, o que se propõe como centro de sua perspectiva teórico-metodológica é o esclarecimento rigoroso dos conceitos e dos pressupostos fundamentais da investigação sobre a sociedade, abandonando qualquer tipo de modelo de análise e

⁴⁵ SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. In: *Projeto História*, PUCSP, 16: 297-326, 1998.

conteúdos programáticos baseados em conceitos vagos. Por essa razão, rejeitam até mesmo a dialética, entendida como uma noção obscura que na verdade apenas disfarça a semelhança que o marxismo tem e deve ter com a metodologia científica clássica.⁴⁶

Essa distinção metodológica em relação às outras tradições do marxismo fica bem marcada com a aproximação e a defesa de alguns marxistas analíticos de um "individualismo metodológico":

O exemplo mais marcante, talvez, da rejeição das afirmações da distintividade metodológica marxiana provém dos marxistas analíticos que se declaram explicitamente proponentes dum "individualismo metodológico", endossando, dessa maneira, uma posição metodológica por eles associada a uma boa ciência social, mas que tem sido virtualmente rejeitada, tradicionalmente, por todos os marxistas. [...] Além disso, até recentemente os proponentes do individualismo metodológico tratavam com igual desdém o marxismo. Alguns deles, como Hayek e Popper, entre outros – chegaram mesmo a propor expressamente o individualismo metodológico como uma alternativa às práticas explanatórias do marxismo.⁴⁷

No entanto, os representantes dessa tendência não se furtam de dialogar com esses "aparentes" paradoxos entre individualismo metodológico e marxismo. Entre eles está Jon Elster, que formulou uma tipologia em relação às abordagens dos indivíduos dentro das ciências sociais. Segundo o autor, seriam quatro os paradigmas: 1) individualista; 2) funcional fraco; 3) funcional principal e 4) funcional forte.

Os paradigmas funcionais, segundo Elster, admitem em graus diferentes as conseqüências inesperadas das ações dos indivíduos. No "funcional fraco" essas conseqüências existem e eventualmente podem ter um efeito institucional que extrapola o indivíduo. No entanto, elas

⁴⁶ WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. *Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993. Ver também: ROEMER, John E. O marxismo da escolha racional: algumas questões de método. In: *Lua Nova*. N. 19, 23-36, 1989.

⁴⁷ WRIGHT et. al., op. cit., p. 189-190.

nunca determinam e, portanto, não explicam, o comportamento individual.

Para o “paradigma funcional principal” (ao qual estaria vinculado Karl Marx), ainda é o indivíduo o sujeito da ação, no entanto, os efeitos inesperados desta ação, se transformados em instituições e estruturas sociais, devem explicar a origem e as razões da atividade do ator histórico.

Por último, o “paradigma funcional forte”, identificado com o holismo, explicaria absolutamente o comportamento do indivíduo pelas estruturas sociais, negando aos atores históricos a capacidade de uma agência significativa, pelo menos do ponto de vista explicativo, no funcionamento e na mudança das sociedades.⁴⁸

Mas o que seria então o paradigma individualista? Jon Elster o define desta maneira :

Chamo de individualismo metodológico a doutrina segundo a qual todos os fenômenos sociais (sua estrutura e sua mudança) são explicáveis, em princípio, apenas em termos de indivíduos: de suas características, fins e crenças. Essa doutrina não é incompatível com nenhuma das proposições verdadeiras que se seguem: (a) indivíduos freqüentemente têm fins que envolvem o bem-estar de outros indivíduos; (b) eles freqüentemente acreditam em entidades supra-individuais não redutíveis às crenças que têm sobre os indivíduos; [...] (c) muitas características dos indivíduos, tais como “autoridade” ou “poder”, são irredutivelmente relacionais, de modo que uma descrição precisa de um indivíduo deve ser feita por referência a outros indivíduos.⁴⁹

Dessa maneira, Elster atribui o potencial explicativo dos fenômenos sociais à intencionalidade do indivíduo e a alguns aspectos de suas relações intersubjetivas. No entanto, sua proposta não é uma aproximação com a análise de redes sociais, e sim com a teoria dos jogos:

⁴⁸ ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. In: *Lua Nova.*, n.17, p. 163-1204, 1989.

⁴⁹ *Ibid.*, p. 164.

O paradigma adequado para as ciências sociais é uma explicação causal-intencional mista – *compreensão intencional das ações individuais e explicação causal de suas interações*. [...] Os indivíduos também interagem intencionalmente. E é aqui – no estudo das interações intencionais entre indivíduos intencionais – que entra a teoria dos jogos. A necessidade da teoria dos jogos surge à medida que os atores individuais cessam de ver os outros como obstáculos dados para suas ações e começam a considerá-los como seres intencionais.⁵⁰ [grifo do autor]

Portanto, não seria nem a classe nem mesmo uma experiência coletiva que demarcaria os limites e as causas das ações humanas e sim as motivações individuais, oriundas de estratégias específicas e da interação dos indivíduos na sociedade.

Retomei esta discussão mais genérica e abrangente sobre aspectos metodológicos na história social contemporânea justamente para delinear com mais clareza a postura teórico-metodológica que delineará as interpretações dos próximos capítulos desta dissertação. O debate sobre explicações que privilegiam o individual ou o coletivo (ou mesmo coadunam ambos) é de fundamental importância para tornar nítidos os limites e as possibilidades das interpretações históricas em geral, e das interpretações específicas que serão feitas neste trabalho.

A partir desse debate, podemos concluir que interpretações recentes da historiografia sobre sociedades de socorros mútuos, como as de Adhemar Lourenço da Silva Jr. e Cláudia Viscardi dialogam com as propostas metodológicas de viés individualista, mesmo que não compartilhem de todos os pressupostos do marxismo analítico.

A noção de estratégias privadas incorporada por Silva Jr. e a atenção dedicada por Viscardi às relações interpessoais (seja influenciada pela teoria das relações de reciprocidade ou pela teoria dos jogos) direcionam o trabalho analítico e interpretativo para um aspecto pouco trabalhado na historiografia do mundo do trabalho e do movimento operário, que é o interesse e a ação individual.

⁵⁰ Ibid, p. 181-2.

Mesmo considerando pertinentes as considerações destes autores, a abordagem que farei nos capítulos seguintes dialoga muito pouco com o paradigma influenciado pelo individualismo metodológico. Essa situação advém tanto da dificuldade, já salientada anteriormente, de coligar fontes numerosas e diversificadas que sustentassem interpretações relacionadas àquele paradigma, quanto de algumas divergências teóricas que explicito agora.

A situação de convivência entre operários e patrões dentro e fora das associações e das fábricas impossibilita, a nosso ver, valorizar apenas a escolha individual dos agentes neste processo, já que desempenha papel fundamental o grupo e os interesses do grupo ao qual pertencem esses agentes, sejam eles operários ou patrões.

A experiência no local do trabalho, incluindo a experiência da exploração certamente é uma condição que interfere nas ações dos trabalhadores, pensando neles coletivamente. Sobre esse aspecto, Robert Castel afirmou que:

Não nos esqueçamos de que a condição de assalariado, que hoje ocupa a grande maioria dos ativos e a que está vinculada a maior parte das proteções contra os riscos sociais, foi, durante muito tempo, uma das situações mais incertas e, também, uma das mais indignas e miseráveis. Alguém era um assalariado quando não era nada e nada tinha para trocar, exceto a força de seus braços.⁵¹

A aglutinação dos trabalhadores em uma associação mutualista, como demonstrado largamente pela historiografia sobre o tema, é originada em boa parte dessa necessidade de lutar contra as péssimas condições de trabalho e que traria mais frutos se compartilhada com seus companheiros de infortúnio.

Mesmo que a alternativa mutualista tenha características determinadas também na luta política e discursiva entre os indivíduos e grupos sociais (como ficou evidente no debate entre assistência e

⁵¹ CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998, p. 21.

resistência), ela dissemina-se no contexto que estudamos a partir de uma situação concreta de exploração do trabalho e de fragilidade dos trabalhadores no contexto de reconfiguração das relações de trabalho no final do século XIX.

Portanto, a motivação do “associar-se” nos parece muito mais influenciada pela experiência conjunta dos trabalhadores, num processo de configuração/consolidação de novas relações de trabalho e de formação de classes, do que por escolhas individuais dotadas de uma racionalidade quase que instrumental. Como se os sujeitos optassem pela luta comum apenas como um meio mais eficaz para obter vantagens privadas, sem levarmos em conta as experiências partilhadas e o contexto histórico específico que possibilitou essas ações.

Nesse sentido, os casos das duas sociedades beneficentes de Cachoeira suscitam estes questionamentos, já que as fontes sobre elas indicam a já mencionada presença de patrões e operários dentro das associações. Abordar os sócios das mutuais apenas como “indivíduos” sem dimensionar a diferença importante entre ser patrão e ser operário no contexto estudado e a influência disso na participação desses sujeitos numa associação que presta socorros justamente para os operários não nos parece ser uma boa escolha.

Para esses objetivos será fundamental recorrer às abordagens institucionais das sociedades de socorros mútuos, naqueles aspectos que podem ser generalizados para suas diferentes modalidades. Nesse sentido, trabalhos importantes vêm se preocupando com a análise da retórica fraternal nas associações mutualistas, além de estudos sobre a regulação das contas das associações, aspecto importante relacionado à sobrevivência da prestação dos socorros e, portanto, para a manutenção mesma da mutual.⁵²

⁵²GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. Welfare State. *Studies in American Political Development*. V. 15 (Fall 2001), p. 220-233. ----- Postmodernism: the basis of insurance. *Risk Management and Insurance Review*. V.6, n. 2, 2003, p. 131-143. ----- The shifting rhetoric of insurance denial. *Law & Society Review*. V. 34, N. 3, 2000, p. 779-808. EDWARDS, John Richard,

Sobre o estudo da relação entre classe e discurso no mutualismo incorporamos as contribuições do historiador estadunidense Brian Glenn que analisou as relações entre retórica fraternal e consciência de classe em algumas sociedades de socorros mútuos dos Estados Unidos da América e seus vínculos com a formação do Estado de bem-estar social no país.

Do que nos interessa aqui da argumentação do autor, ele contesta principalmente a idéia de que a retórica fraternal das mutuais, ou seja, os discursos de ajuda mútua entre os membros das associações mitigariam a consciência de classe e que, portanto, exerceriam influência decisiva sobre a leitura dos associados sobre suas experiências coletivas.

Esse argumento, segundo Glenn, teria sido formulado baseado em dois pressupostos: o de que a heterogeneidade dos membros das mutuais impediriam um discurso estritamente classista e, segundo, que a retórica fraternal substituiria, portanto, um discurso de confronto classista, gerando um trabalhador politicamente dócil. Nas palavras de Glenn:

The prevailing interpretation by those studying the history of mutual benefit societies is that they served to mitigate class consciousness on the part of their working-class members. This is based on a combination of two elements. First, fraternalism brought together members of different classes, which reduced animosity and distracted workers' time and energy from organizations that might have directly pursued their class interests. Second, the self-help rhetoric of fraternalism was not conducive to thinking in terms of class, and created a worker who labored hard on the factory floor but was docile politically.⁵³

No entanto, para o autor, a composição de sócios de uma mutual estaria ligada à própria formação social e composição de classe na qual

CHANDLER, Roy. Contextualizing the process of accounting regulation: a study of nineteenth-century british friendly societies. *Abacus*. V. 37, n. 2, 2001, p. 188-216.

⁵³ GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. welfare state. In: *Studies in American Political Development*, 15 (Fall 2001), p. 222-23.

ela estaria inserida, sendo que se a ajuda mútua fosse o discurso predominante era porque esse era o discurso *possível*. Não haveria como existir um discurso classista quando a própria noção de classe era difícil ou impossível de se expressar num determinado contexto. Para Brian Glenn:

[...] lodges, "tended to reflect the communities they served," suggesting a high correlation between the makeup of a neighborhood and the membership in the local lodge. If lodges shared equally between white- and blue-collar workers in composition, their neighborhoods most likely did as well, and thus the influence on class consciousness of being in a lodge that mirrored the makeup of the neighborhood was probably slight. Lodge member-ship most likely reflected fairly accurately the greater socioeconomic environment in which workers lived, reinforcing lived experiences rather than contradicting them. To say that the lodges mitigated class consciousness, therefore, is to ignore the broad context of the workers' daily existence.⁵⁴

A partir desse argumento, percebemos que, mesmo utilizando-se de uma análise que leve em conta a retórica fraternal das associações mutualistas, Glenn não dissocia desta a experiência comum partilhada pelos trabalhadores e/ou os demais associados de uma sociedade de socorro mútuo.

Esse viés interpretativo será um dos fundamentos da análise sobre as duas mutuais cachoeirenses nessa dissertação, a partir da qual tentarei estabelecer as características do contexto sócio-histórico que tornaram possível e duradoura a participação de patrões em sociedades de socorro mútuo formalmente operárias.

Assim, com este panorama sobre diferentes interpretações da história de associações mutualistas operárias, percebemos que não podemos mais falar em um grande programa de história social, um grande esquema de explicação que a unifique, mas sim em diferentes abordagens que se preocupam em explicar a experiência e a ação de

⁵⁴ Ibid., p. 225-26.

indivíduos e coletividades na história, sendo muito mais rico para essa história social os debates que resultam dessa diversidade, do que a adoção de modelos teóricos estabelecidos *a priori*.

Assim, um estudo de associações mutualistas operárias, como é o nosso, não conta atualmente com referências analíticas unívocas, que adviriam de um modelo ideal de organização operária ou mesmo de um modelo explicativo sobre o mutualismo.

Os aspectos históricos considerados “típicos” das mutuais pela historiografia (como prestação de socorros) serão relacionados com a afirmação ou não de uma posição classista e de uma consciência de classe pelos membros das associações, principalmente no caso da retórica fraternal, isto é, em que medida essa retórica limitou ou estimulou discursos e práticas classistas.

Já que se trata de associações operárias, uma análise que leve em conta também os aspectos institucionais do movimento operário faz-se necessária. Se os estudos preocupados com essa abordagem muitas vezes confundiram associações e militância com toda a classe, os mesmos ainda tornam-se indispensáveis para o conhecimento aprofundado sobre as diferentes formas de organização dos operários e suas peculiaridades, que influenciam os rumos das experiências condensadas nessas relações institucionais de alguns setores da classe trabalhadora.

O que está em jogo aqui, portanto, é um aprofundamento das características institucionais específicas das associações de socorro mútuo e de suas complexas relações com o caráter classista das organizações de tipo operárias, já que a referência ao trabalho e aos operários pelas associações nem sempre redundava numa política classista e de combate aos patrões, como nestes casos das mutuais cachoeirenses.⁵⁵

⁵⁵ PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. In. *Anos 90*, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997; BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. Vida associativa. In. *Anos 90*, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997.

Assim, para entendermos como as associações pesquisadas se inscrevem nesse emaranhado de experiências históricas e identificar suas especificidades nesse contexto, consideramos pertinente vinculá-las, sempre que possível, com as relações de trabalho da época e contemplar eventualmente a hipótese da possível inter-relação entre estas e o ambiente associativo das mutuais, dois espaços nos quais operários e patrões conviviam e, possivelmente, viviam aproximações e conflitos.

Descartando a suposta obviedade de que a origem das mutuais estaria na peculiaridade das relações de trabalho, defendemos, no entanto, a importância de problematizar a relação de ajuda mútua entre trabalhadores urbanos, deixando de percebê-la como algo evidente ou isenta de uma explicação mais aprofundada. É imprescindível para essa explicação que se dê atenção tanto às especificidades do contexto no qual a articulação entre mutualismo e mundo do trabalho aconteceu quanto àqueles aspectos que se tornaram recorrentes em diversos espaços, quando da combinação entre socorro mútuo e relações de trabalho.

Deste modo, as relações de trabalho também devem ser entendidas a partir desses pressupostos, pois devem incluir o nível organizativo de trabalhadores e patrões, agentes primordiais do processo, os socorros que interferem nas relações cotidianas da fábrica, assim como a luta pelas definições do que é o trabalho e do que é ser trabalhador. Mais explícita ainda seria a percepção das relações entre os patrões e operários que, além de serem sócios nas mutuais, se relacionavam no cotidiano das fábricas.

Para evidenciar essas diferentes e complexas relações contamos com o seguinte repertório de fontes: livros de atas, excertos de

estatutos, listas de sócios, jornais, fotografias, legislação municipal, arquivos da polícia, relatórios da intendência, estatísticas, contratos de trabalho, entre outros indícios que nos auxiliam no entendimento da dinâmica da associação e como as atividades que ela objetivava desenvolver dialogavam com os interesses presentes entre o quadro diversificado de sócios.

Mesmo que essas fontes sejam diversificadas, elas não são numerosas, e essa característica dificultou a elaboração de análises e interpretações mais complexas e totalizantes sobre o objeto de pesquisa.

No entanto, uma fonte em especial é numerosa e, por isso, foi utilizada amplamente durante os capítulos e mesmo tornou-se a principal referência empírica deste trabalho: o jornal *O Commercio*.

Criado em 1900, o jornal foi editado em português e alemão até 1905, sendo extinto apenas na década de 1960. Portanto, cobre quase todo o período da pesquisa (exceto os anos iniciais da Liga Operária e os anos 1908, 1909 e 1914, ausentes na coleção). Seus fundadores foram Henrique Möller Filho e Guilherme Antônio Möller. Ainda no decorrer dos anos, João Antônio Möller assumiu a redação do jornal.⁵⁶ Os irmãos Möller podem ser considerados como patrões nesse caso, pois o jornal foi um dos primeiros jornais comerciais de Cachoeira, empregando alguns tipógrafos. Além disso, os redatores, ligados ao PRR incluíam-se entre a “classe conservadora” do município.

O periódico veiculava diversas notícias da cidade, inclusive das associações operárias. Nesse caso, devem ter sido imprescindíveis a colaboração de Emiliano Alves da Silva, tipógrafo do jornal e membro da Liga Operária, sendo por muitos anos orador da mesma. Mas as relações do jornal com as sociedades operárias não paravam por aí, pois Guilherme Antônio Möller foi secretário e membro da União Operária e João Antônio Möller membro da Liga. Além disso, apoiadores

⁵⁶ SILVA, Jandira M. M. da; CLEMENTE, Elvo; BARBOSA, Eni (orgs.). *Breve história da imprensa sul-rio-grandense*. Porto Alegre: Corag, 1986, p. 232.

do jornal, como Augusto Brandão, também eram sócios desta sociedade.

Portanto, a relação dos redatores do jornal com as sociedades operárias era muito expressiva, especialmente durante as comemorações de 1º de Maio, em que relatavam com detalhes as mesmas. Isso era acompanhado por um discurso de forte apoio ao governo borgista e por um reconhecimento de certas dificuldades pelas quais passava o operariado na cidade e no estado.⁵⁷

Devido a essa característica do jornal ser, ao lado dos livros de atas das associações, a principal fonte da pesquisa, tentei tomar o cuidado para, durante a explicação e a interpretação das notícias, não incorporar o discurso e as interpretações do jornal como sendo um reflexo da história das associações.

Mesmo assim, em diversos momentos, o caráter rarefeito das fontes impossibilitou o cruzamento de informações, ficando o texto do jornal como a única referência empírica para a análise (o que pode eventualmente ter se tornado uma armadilha para minhas análises).

Além disso, ao longo dos capítulos, deixarei claros os diferentes limites interpretativos impostos pelo caráter esparso das fontes, já que diversas especificações de conceitos ou mesmo a clarificação de alguns fatos e características dos sócios foram prejudicados pelas limitações das fontes. Outro aspecto frágil da argumentação, como ficará perceptível, é a especificação das mudanças no desenvolvimento das associações durante o largo recorte temporal da pesquisa, que envolve duas décadas e meia.

Para desenvolver a problemática da dissertação, dividi a mesma em três capítulos. O objetivo do primeiro (*Associações, patrões e operários em Cachoeira*) é explicitar e tornar inteligível a fundação e o

⁵⁷ Segundo Aurélio Porto existiu um jornal da “União Operária 1º de Março” [sic], possivelmente sendo da União Operária 1º de Maio, mas que, até o momento, não foi possível localizar nenhum exemplar. Ver PORTO, Aurélio. Cachoeira: resumo histórico. In: CAMOZATO, Benjamin. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Porto Alegre: Escola de Engenharia, 1922, p. 20.

desenvolvimento das associações pesquisadas dentro do contexto histórico geral da cidade. Além disso, pretendo analisar as poucas informações sobre alguns sócios da Liga e da União Operária, mapeando algumas características do contexto social no qual a alternativa mutualista envolvendo patrões e operários tornou-se possível.

Através dessas informações mesmo lacunares, pretendo explicar as escolhas possíveis de operários e patrões dentro do contexto histórico estudado, tentando esclarecer os significados das relações entre eles nas associações operárias e fora delas.

No segundo capítulo (*As associações por dentro: operários e patrões na Liga e na União*) a preocupação é detalhar as características das duas associações pesquisadas (Liga e União), como modelo organizativo, perfis dos sócios e socorros prestados, justamente indicando as características gerais e específicas destas sociedades em relação ao mutualismo em geral e ao mutualismo operário em particular e como as relações entre operários e patrões eram configuradas a partir desses aspectos.

Já no capítulo 3 (*Outros caminhos: patrões e trabalhadores além das mutuais operárias*) o objetivo é analisar as atividades dos operários e patrões sócios da Liga e da União, tanto aquelas feitas a partir das agremiações (como as comemorações do 1º de Maio) quanto aquelas feitas fora do ambiente, como na atuação em outras associações, procurando evidenciar as possíveis interferências dessas atividades nas relações entre operários e patrões internamente às duas mutuais citadas.

1 - ASSOCIAÇÕES, PATRÕES E OPERÁRIOS EM CACHOEIRA

Neste capítulo analisarei o contexto de fundação das associações mutualistas Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio a partir das características gerais da cidade de Cachoeira entre o final do século XIX e início do século XX. Na medida do possível, algumas dessas características serão exemplificadas com informações sobre os sócios (patrões e trabalhadores) das duas associações citadas.

Cachoeira, localizada na região central do Rio Grande do Sul, era uma das cidades mais proeminentes do estado na passagem entre os séculos XIX e XX, contando com a terceira maior população do estado em 1900 (32.510 habitantes), atrás apenas de Porto Alegre e Pelotas. No entanto, dados de 1920 constataam que apenas 18% dessa população (porcentagem que deveria ser ainda menor em 1900) habitava o núcleo urbano do município.⁵⁸



(Figura 1: Mapa da localização de Cachoeira do Sul)

⁵⁸ Fundação de Economia e Estatística. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950*, 2. ed. Porto Alegre: FEE, 1986. Essa consideração sobre a distribuição da população urbana e rural do município é necessária para que fique claro do que estamos falando (em termos quantitativos) quando nos referimos a uma história (que é essencialmente urbana) das associações mutualistas e da relação entre trabalhadores e patrões nestas sociedades. Se pensarmos que esses 18% representavam aproximadamente 6 mil habitantes e que Liga e União tinham aproximadamente, somadas, 300 sócios nesta época, então o contingente populacional abordado nessa dissertação deve variar ao redor de 5% dos habitantes que viviam no núcleo urbano do município (sem contar os membros das famílias dos associados).

Parte da importância histórica da cidade deve-se ao fato de que o município foi uma das primeiras povoações do Rio Grande do Sul, importante na defesa das fronteiras do Império Português e, posteriormente, da Monarquia brasileira. Além dos indígenas, bandeirantes, tropeiros e açorianos foram os principais habitantes do local durante o final do século XVIII e início do século XIX.

Para se ter uma idéia da extensão territorial de Cachoeira nos seus primórdios, basta lembrar que apenas em 1832 Alegrete (com Livramento) e Caçapava (com São Gabriel) foram elevados a vilas, emancipando-se de Cachoeira, cuja extensão territorial cobria de Rio Pardo até a fronteira com Uruguai e Argentina.⁵⁹ Quando da constituição do núcleo de povoamento, foi de grande importância a chegada de imigrantes açorianos, que aproveitaram as terras férteis nas margens do Rio Jacuí. Nestes primeiros tempos, o cultivo de trigo e a pecuária foram as atividades econômicas mais relevantes da localidade.

Apesar de a cultura tritícola ter enfrentado uma grande crise já na terceira década do século XIX, a pecuária se manteve forte em Cachoeira por muito tempo. A criação de gado remontava ao desmantelamento das comunidades missionárias e até pelo menos a segunda década do século XX, a população de gado bovino do município era muito significativa, sendo a 9ª do estado, segundo dados de 1920, perdendo apenas para as principais cidades da região da Campanha⁶⁰.

A produção agrícola que substituiria o trigo só se consolidou no final do século XIX com o cultivo do arroz, principalmente a partir da modernização garantida com a lavoura irrigada e os engenhos a vapor. A partir desse contexto, ao lado da pecuária, a cultura orizícola seria a principal atividade produtiva do município.

⁵⁹ PORTO, Aurélio. Cachoeira (resumo histórico). In: CAMOZATO, Benjamin C. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira, 1922.

⁶⁰ Cf. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 43.

Não obstante a importância fundamental da agropecuária, a localização geográfica da cidade também proporcionou o desenvolvimento precoce de significativas trocas comerciais. Na época em que foi elevada à Vila (5 de agosto de 1820), a localidade foi visitada pelo viajante Auguste de Saint-Hilaire que, mesmo salientando a modesta estrutura da vila, destacou seu papel de entreposto comercial:

A Vila de Cachoeira, sede de dois juizes ordinários e cabeça de extensa paróquia, fica em situação agradável, à vertente de uma colina, dominando o Rio Jacuí. É uma vila de criação recente, ainda pequena, sendo a praça pública indicada por algumas casas esparsas.

Entre a vila e o rio, sobre a vertente da colina, existem diversas míseras palhoças, separadas uma das outras, lugar esse que tem o nome de *Aldeia*. As palhoças são habitadas por índios mandados vir da aldeia de S. Nicolau, vizinha de Rio Pardo, para lançar as fundações desta vila e que aqui permaneceram após terminadas suas tarefas.

Deve-se o nome da vila a rochedos, existentes em lugar pouco distante, que abraçavam o curso do rio, impedindo o trânsito de pirogas fora do tempo das chuvas.

Até ao presente momento, não fizeram obra alguma além de uma picada para facilitar a descarga das mercadorias que vêm de Jacuí, e nem mesmo a estrada ligando a vila ao rio é conservada.

De qualquer modo, sendo a vila de S. João da Cachoeira a primeira povoação que se encontra na Estrada das Missões, tornou-se uma espécie de entreposto, onde os negociantes e estancieiros que não querem fazer longas viagens deixam o produto da região e adquirem, de volta, as mercadorias de que necessitam⁶¹.

Desde os primórdios da organização urbana da cidade, a importância do caráter de trânsito das terras de Cachoeira, das regiões da fronteira oeste e das Missões para a capital, tornou a vila uma referência comercial do estado, que aproveitava para o transporte de mercadorias a rota fluvial oferecida pelo Rio Jacuí.

Anos depois, em 1834, também Arsène Isabelle destacou a potencialidade comercial do território:

⁶¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1820-1821). Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 184-85.

A situação de Cachoeira é assaz aprazível e muito favorável ao intercâmbio comercial, pois sua proximidade do Jacuí permite-lhe comunicar-se por água com a capital da província. Não há mais de oito léguas por terra desse lugar a Rio Pardo. Elegantes barcos vão e vêm continuamente de Porto Alegre até Cachoeira, passando por Rio Pardo⁶².

Na segunda metade do século XIX, a diversificação econômica e populacional do município foi incrementada, assim como em outras cidades do Rio Grande do Sul, com a chegada de imigrantes, principalmente alemães e italianos.

As primeiras migrações oficiais de colonos alemães para a região pertencente ao município de Cachoeira datam da segunda metade do século XIX, embora o cadastro imobiliário já registrasse propriedades urbanas de pessoas com sobrenome teuto: Hölz, Rachfitte, Jüntze, Heintze, Pohlmann, Borowsky, Koch e Wagner. Em 1857, o governo da Província enviou o agrimensor Frederico Guilherme Waedlestäedt para demarcar e medir lotes em terras devolutas na margem esquerda do rio Jacuí – lugar denominado Agudo – e construir galpões para acomodar os primeiros colonos. Os imigrantes provinham da Pomerânia, Silésia, Saxônia, Bohemia, Província do Reno e ducados de Holstein e de Birkenfeld. Muitos eram ex-soldados da legião alemã chamados Brummer, como o mais importante diretor da colônia, Barão von Kahlden, angariados na Europa para a guerra contra o ditador argentino Don Juan Manuel Rosas. A colônia foi chamada de Santo Ângelo. O médico alemão Robert Avé Lallemand visitou a região em março de 1858, registrando que “enquanto Rio Pardo retrograda, Cachoeira desenvolve-se cada vez mais”. Além dos colonos alemães, a região de Cachoeira fez parte da migração oficial de italianos em 1880, embora também registrasse no município estrangeiros com sobrenome ítalo antes desse período: Calcagno, Ambauer, Brandi, Scordillia, Aldronda, Curto, Montano, Alário. Os primeiros imigrantes desta etnia foram direcionados para a chamada Quarta Colônia, atual Silveira Martins⁶³.

Quando estudou as características da imigração européia na região de Ijuí, Regina Weber salientou alguns aspectos que podem

⁶² ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul* (1833-1834). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 44.

⁶³ SELBACH, Jeferson. *Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul*, pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945. Cachoeira do Sul/RS: Ed. do Autor, 2007, p. 115-16.

servir também para o caso de Cachoeira. Sobre a formação do que seria uma “Babel do Novo Mundo”, a autora lembra que a diversidade étnica e cultural dos imigrantes extrapolava as referências generalizantes das classificações baseadas apenas na dualidade entre alemães e italianos.

No entanto, a formação das colônias de imigrantes e a posterior inserção dos mesmos na vida urbana dos municípios engendraram um contexto interétnico, no qual a distinção dos grupos étnicos foi sendo construída a partir da interação entre os mesmos. Além desse aspecto, a disputa por recursos entre os grupos formadores da população também contribuiu para a cristalização de determinadas identidades, sendo as mais proeminentes, nesse contexto da imigração europeia no século XIX, aquelas identificadas como a dos alemães e italianos⁶⁴.

Com o povoamento imigrante, a produção agrícola diversificou-se em gêneros como milho, feijão, amendoim e linho, além do arroz, uma das principais bases da refeição dos imigrantes alemães. A suinocultura também se tornou significativa na vida rural das comunidades recém-formadas.

Além da cultura do arroz, que se tornou a principal atividade econômica de Cachoeira a partir do final do século XIX, os imigrantes contribuíram para o desenvolvimento do comércio e da indústria da região. Muitos deles e de seus descendentes tornaram-se patrões e operários nas fábricas da cidade, compondo boa parte dos indivíduos que se envolveriam na vida associativa do município, incluindo aí as duas sociedades beneficentes operárias.

Assim, embora a maioria da população estivesse ligada às atividades agropecuárias, setor no qual a cidade destacou-se desde o período colonial, através das estâncias de criação de gado, no final do século XIX, foram as atividades comerciais e a lavoura mecanizada de arroz que imprimiram um dinamismo mais acentuado à economia do município. Era destes setores a principal origem do capital empregado

⁶⁴ WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí (RS): Unijuí, 2002, p. 169-70.

na construção da ordem urbana de Cachoeira na passagem do século XIX para o século XX.

Assim, numa região cuja economia baseava-se na agricultura, o arroz seria o grande produto cachoeirense. Diferente de outras *commodities* tradicionais, a orizicultura irrigada foi a primeira a surgir em bases capitalistas, usando maior mão-de-obra assalariada, arrendamento de terras, tecnologia e, principalmente, produzindo para o mercado ao invés de limitar-se a exportar o excedente. [...] Dessa forma, num processo semelhante ao que ocorria na capital do Estado, o dinamismo da acumulação de capital que serviu de base para a emergência da ordem urbano-industrial em Cachoeira do Sul proveio de setores coloniais e não do complexo da pecuária tradicional. O acúmulo da riqueza na região cachoeirense se daria por conta muito mais dos alemães e italianos e demais migrantes do que propriamente pelos estancieiros de origem luso-brasileira. A força da economia teria por base a cadeia produção-comercialização-industrialização dos gêneros alimentícios das pequenas e médias propriedades familiares: criação de aves, porcos e gado confinado; plantio de vários produtos; casas comerciais de propriedade dos colonos e seus descendentes; pequenas indústrias artesanais.⁶⁵

O começo da importância da orizicultura na cidade remonta a 1887, quando João Frederico Pohlmann criou o primeiro engenho de arroz movido a vapor na Rua 7 de Setembro. Mas foi principalmente a partir do início dos anos 1890 (quando da Revolução Federalista), que o cultivo do arroz tornou-se a principal atividade econômica do município.

Em 1902, o jornal *Correio do Povo*, da capital, já destacava a animadora produção agrícola do arroz no município, citando entre os principais fazendeiros e agricultores Antônio Pessolano (que foi tesoureiro da União Operária em 1904 e 1905) ⁶⁶.

Mesmo que o setor agrícola, principalmente do arroz, tenha sido a principal atividade econômica de Cachoeira, foram os estabelecimentos comerciais e industriais relacionados à produção agrícola os principais responsáveis pela construção de um “mundo do trabalho” urbano do

⁶⁵ SELBACH, Jeferson. op. cit., p. 119 e 123.

⁶⁶ ROHDE, Geraldo Mario. *Cachoeira do Sul: uma perspectiva ambiental*. Canoas (RS): Ed. da Ulbra, 1998, p. 119-20.

qual se originaram os membros das associações operárias. Muitos dos imigrantes alemães e italianos e de seus descendentes participaram ativamente das diretorias das duas associações pesquisadas, tanto trabalhadores quanto aqueles donos de estabelecimentos comerciais ou de fábricas de pequeno ou médio porte.

Continuando, Jeferson Selbach afirma que:

A sede do município acabou concentrando parte do lucro gerado pelos excedentes agrícolas de seus territórios, principalmente os da zona colonial, por ser passagem natural para embarcar a produção agrícola, entre elas a de arroz. Além disso, o maior direcionamento dos rendimentos do capital colonial para a sede do município deu-se por conta dos investimentos diretos dos descendentes de alemães e italianos, principalmente através da abertura de casas comerciais, oficinas, moinhos, construção de residências, organização de clubes, etc., acarretando excepcional crescimento da zona urbana.⁶⁷

Este crescimento da zona urbana e a constituição de um mercado de trabalho relacionados à criação de estabelecimentos comerciais e pequenas fábricas dependentes do setor agrícola parece ter sido não só característica de Cachoeira, mas também de todo o Rio Grande do Sul, como concluiu Ronaldo Herrlein Jr.:

A constituição do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul pode ser então caracterizada como um processo lento e progressivo, essencialmente dependente de elementos endógenos à estrutura social em transformação. Foi preciso que o desenvolvimento comercial dos subsistemas agrícola e pecuário estabelecesse as condições para o surgimento da indústria (capitais e mercado), simultaneamente à urbanização, para que, como parte integrante dessa mesma transformação, o trabalho assalariado emergisse em escala social, dando início à formação de um mercado de trabalho para o capital” (p. 247-48). [...] No Rio Grande do Sul, os pequenos estabelecimentos desempenhavam um papel mais significativo quanto à ocupação total de operários [...] Os dados revelam uma maior repartição da propriedade dos estabelecimentos industriais no Rio Grande do Sul, bem como um maior envolvimento de

⁶⁷ SELBACH, op. cit., p. 125.

proprietários com o trabalho realizado nos estabelecimentos.⁶⁸
(p. 251)

Importante ressaltar também que, durante o século XIX, existiu um considerável contingente de escravos na cidade utilizado principalmente nas atividades agropecuárias.⁶⁹ Na segunda metade daquele século, concomitante ao processo de abolição da escravatura, iniciou o desenvolvimento e a consolidação das relações de trabalho livre, estabelecidas principalmente nos engenhos, nas casas de comércio e nas fábricas da cidade. Mesmo podendo concluir, a partir do passado escravista recente de Cachoeira na época, que uma quantidade considerável de trabalhadores assalariados na cidade no final do século XIX era de origem escrava, a grande maioria dos membros das mutuais operárias, principalmente se pensarmos na composição das diretorias, eram descendentes de imigrantes alemães e italianos e não dos chamados luso-brasileiros ou "caboclos".

Do ponto de vista político, durante a Primeira República, foi de extrema relevância a presença hegemônica do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na cidade. Loiva Otero Félix, em seu importante estudo sobre o "borgismo" no Rio Grande do Sul, afirmou que Cachoeira (como um dos municípios do vale do Jacuí) pertencia à zona litorânea do caudilhismo no estado, uma das 4 regiões que a autora formulou para explicar o desenvolvimento econômico e sociopolítico daquela tradição política. Segundo Loiva:

A região litorânea [...] apresentava um desenvolvimento histórico que, politicamente, a vinculava mais à capital do estado. Desde a Revolução Farroupilha (que foi o primeiro conflito intra-elites) ficou evidente que os municípios litorâneos não acompanhavam os demais, mesmo porque sua base

⁶⁸ HERRLEIN JR., Ronaldo. Mercado de trabalho urbano-industrial no Rio Grande do Sul. In: HEINZ, Flávio; Idem (org.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz (RS): EDUNISC, 2003, p. 247-248 e 251.

⁶⁹ Sobre alguns dados da escravidão em Cachoeira ver MONTI, Verônica. *O abolicionismo: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul-1884*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985 e BAKOS, Margareth M. *RS: escravidão e abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. Por exemplo, segundo dados deste último livro (p. 22 e 23), Cachoeira possuía a maior população de cativos do estado em 1814 (2.622) e a sétima maior em 1859, declinando consideravelmente o número de escravos apenas nos anos próximos à Abolição.

mercantil – embora voltada também para a atividade agrícola – os distanciava dos interesses e do espírito conservador dos estancieiros⁷⁰.

A liderança do PRR na cidade consolidou-se com a administração de David Soares de Barcellos (intendente entre 1893 e 1904) e, posteriormente, aprofundou-se por obra da família Neves da Fontoura, primeiramente com Isidoro e depois com João. Em seu livro de memórias, João Neves (intendente do município entre 1925 e 1928), relatou as funções políticas de seu pai Isidoro Neves da Fontoura:

Dirigir o Partido em uma localidade não era fácil tarefa. Meu Pai consagrava seu dia aos encargos da administração municipal e da direção política. O povo ainda não se achava suficientemente compenetrado de que o interesse público deveria primar sobre o partidário. Era preciso convencer um por um, doutrinar os mais empedernidos, dar exemplos de dedicação. A proximidade das eleições levava-o a percorrer o município inteiro⁷¹.

Esta caracterização das atividades de Isidoro coaduna-se com a explicação de Loiva Félix sobre os elementos gerais que definiram o coronelismo no estado:

a admissão do coronel como “benfeitor social” no distrito ou município; de aceitação incontestada de sua autoridade, pelo consenso de seus dependentes e prescindindo de delegação oficial; o papel de intermediário que oferecia ao governo estadual, no aliciamento eleitoral, em troca de reconhecimento social. [...] A valorização da lealdade, sobretudo ao chefe, ao “coronel”, como um dado preexistente no universo cultural gaúcho, quando da instalação da República, o castilhismo-borgismo soube canalizar para o partido-Estado [...]⁷².

⁷⁰ FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2.ed. ver. ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996, p. 58-59.

⁷¹ FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Vol 1. (Borges de Medeiros e seu Tempo). Porto Alegre: Globo, 1969, p. 167-8.

⁷² FÉLIX, op. cit., p. 191-2.

Estas relações de lealdade, próprias de sociedades baseadas na pecuária, uma das principais atividades econômicas do município, foram uma das marcas mais relevantes das relações políticas republicanas da Cachoeira da passagem do século XIX para o XX. Assim, aquele contato político direto, que parece ser uma qualidade pessoal de Isidoro (pela ótica de seu filho), era um dos cernes do coronelismo da república castilhistaborgista no Rio Grande do Sul. O coronel como “benfeitor social” também será uma imagem incorporada e reproduzida pelas sociedades mutualistas, cujo intendente Isidoro era sócio benemérito. De alguma maneira, o jogo de relações políticas da república em consolidação poderia ser utilizado de alguma forma pelas associações operárias que, como abordaremos no próximo capítulo, recorriam a determinados apadrinhamentos políticos e financeiros para garantirem sua sobrevivência, legitimidade e destaque perante a sociedade da época.

1.1. Contexto associativo e industrial

No contexto de desenvolvimento urbano do município, de aumento da diversificação social e de consolidação de novas relações de trabalho entre o final do século XIX e início do século XX, inúmeras associações foram fundadas com diversos objetivos, atendendo às demandas de sociabilidade dos indivíduos integrantes de diferentes grupos sociais.

Deste modo, sociedades teatrais, beneficentes, étnicas, recreativas, sociedades de tiro, entre outras, formaram um rico quadro associativo do qual participariam muitos dos sócios e membros das diretorias da Liga e da União Operária. Além desta pluralidade de agremiações, foi uma característica recorrente nesse contexto a participação de um mesmo indivíduo em diversas associações. Nos quadros de sócios das sociedades operárias pesquisadas isso era

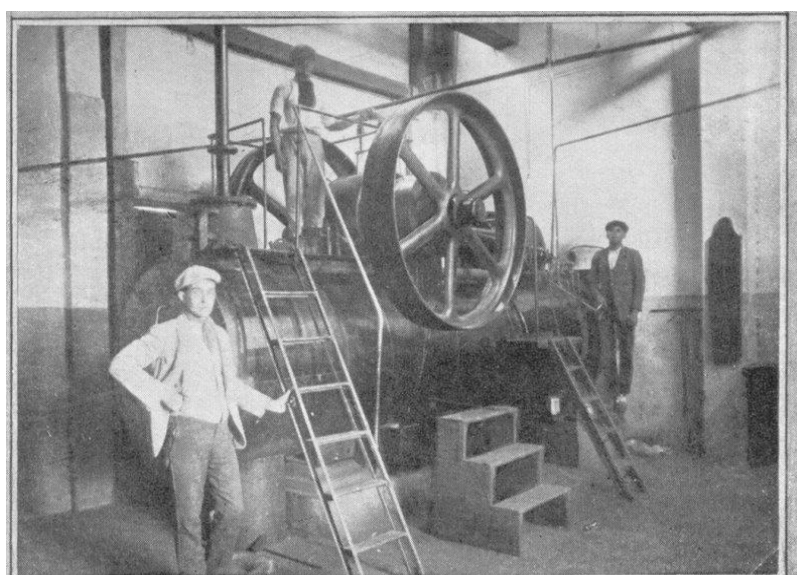
frequente: indivíduos que participavam de diretorias de outras sociedades, como as recreativas, teatrais e as de cunho étnico, como a Sociedade Italiana Príncipe Umberto. Abaixo, uma tabela que exemplifica esse argumento:

Nome	Descrição	Participação em outras sociedades
Roberto Francisco da Silva	Sapateiro e fundador da Liga Operária Internacional Cachoeirense	Diretor de cena da Sociedade Dramática Instrução Recreativa e regente da banda Estrella Cachoeirense em 1904
Emiliano Alves da Silva	Tipógrafo e orador da Liga Operária entre 1900 e 1904	Membro da Sociedade Dramática Instrução Recreativa
Antonio José Ribeiro da Silva	Músico, fundador, 1º secretário e vice-presidente da União Operária; fundador, 2º secretário e diretor da Liga Operária	Fundador da Sociedade Dramática Particular Filhos D'Arte; Vice-presidente do Grêmio Dramático Arthur Azevedo (1902); Presidente do Grêmio Dramático Amor a Arte (1904)
Francisco Porto	Profissão desconhecida, secretário da União Operária	Tesoureiro do Grêmio Dramático Arthur Azevedo (1902)

A partir desses exemplos, podemos perceber que alguns sócios da Liga e da União não só participavam de outras agremiações (nos casos citados principalmente aquelas de cunho dramático), mas que também um único indivíduo poderia participar ativamente da diretoria de ambas as mutuais operárias, como fica evidente no caso de Antonio José Ribeiro da Silva. Além do caráter plural do contexto associativo cachoeirense, podemos inferir que, muitas vezes, existia uma forte relação de proximidade entre as diversas associações a partir dos

integrantes dos seus quadros sociais. No entanto, a caracterização mais detalhada dessa proximidade e da influência desta na relação entre operários e patrões será efetuada no último capítulo desta dissertação.

Mas não era apenas nas associações cachoeirenses que os integrantes das mutuais Liga e União se encontravam. Evidentemente, trabalhadores (tanto operários quanto artesãos) e patrões relacionavam-se cotidianamente nos locais de trabalho, principalmente nos engenhos, casas de comércio e diversos estabelecimentos industriais.



(Figura 2: Operários em um engenho. In: CAMOZATO, Benjamin C. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira, 1922)

Como já foi salientado, existia uma relação muito estreita entre a produção agropecuária e o desenvolvimento das atividades comerciais e industriais na cidade. A modernização do plantio do arroz, que era a principal atividade econômica agrícola do município, tornou Cachoeira uma das principais cidades produtoras e exportadoras do cereal no Brasil e ensejou a criação de diversos engenhos na cidade.

Entre os principais engenhos estavam: o primeiro movido a vapor, de propriedade de João Frederico Pohlmann, fundado em 1887 e o

engenho hidráulico criado em 1888 por Guilherme Franke. Além destes, outros dois engenhos fundados em 1907 foram muito importantes para a economia local: o Engenho Danzmann, de propriedade de Roberto Danzmann e que, além de exportar arroz para o centro do país, também era importador de máquinas na cidade e o Grande Engenho Central, cujo sócio-proprietário era o já citado intendente de Cachoeira Isidoro Neves da Fontoura.⁷³

Apesar de não ter encontrado indícios da participação de trabalhadores de engenhos no quadro associativo da Liga e da União, em relação aos proprietários e seus familiares a condição era diferente. O intendente Isidoro era sócio benemérito das duas mutuais, assim como seu filho João seria presença confirmada nas festividades de 1º de maio do município na década de 1920, inclusive sendo orador em uma das ocasiões (como abordaremos no último capítulo).

Da família Pohlmann, proprietária do primeiro engenho citado, Tristan Joseph Pohlmann era pequeno agricultor e ferreiro, além de dono de um estabelecimento que mesclava comércio e ferragem na Rua Saldanha Marinho, uma das principais da cidade e local também da sede da Liga Operária. O filho de Tristan, Balduino Pohlmann, seguiu a profissão de ferreiro do pai e foi diretor da Liga Operária em 1905.⁷⁴ Do setor agrícola, como já mencionamos, o destacado produtor agrícola de arroz Antonio Vicente Pessolano também integrou uma das mutuais, sendo tesoureiro por dois anos da União Operária.

Mas era principalmente do setor comercial e industrial que se originavam os sócios não operários das mutuais cachoeirenses. Além do destaque nacional em relação à plantação do arroz, Cachoeira era um dos principais entrepostos comerciais do estado do Rio Grande do Sul. Como destacou Sandra Pesavento, a cidade era responsável por um

⁷³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Os industriais da República*. Porto Alegre: IEL, 1991, p. 51.

⁷⁴ *100 Anos de Concórdia: a história da Sociedade Rio Branco, 1896-1996*. Cachoeira do Sul: Gráfica Jacuí, 1996, p. 34.

“comércio intermediário” entre as zonas de produção agropecuária do interior e o grande comércio da capital Porto Alegre.⁷⁵

Entre as principais casas comerciais da cidade destacava-se a de José Müller e Irmão, fundada em 1894, que também realizava transações bancárias. O irmão de José, sócio neste estabelecimento comercial, era Ernst Müller (1873-1950), que foi sócio-fundador da Liga Operária e da Sociedade de Tiro Concórdia (Shützen-Verein Eintracht) e, na década de 1920, conselheiro municipal.⁷⁶

Também desempenharam papel relevante no comércio e no fomento da industrialização no município as casas importadoras de máquinas, como a filial cachoeirense da Casa Importadora de Máquinas Bromberg que, ao lado de fabricantes de máquinas como Germano Treptow, e com a ajuda de recursos do Banco da Província, promoveu a instalação de indústrias e engenhos na cidade, como a destacada fábrica de Otto Mernak, em 1912, responsável pela fundição de ferro e bronze, fabricação de bombas centrífugas para irrigação e caldeiras a vapor. Em 1919, a fábrica empregava 22 operários.⁷⁷

Abordando especificamente os estabelecimentos industriais de Cachoeira, devemos reforçar a idéia da origem da indústria na cidade, assim como foi no Rio Grande do Sul, em geral, como tributária do capital comercial e dos produtos originados no setor agropecuário.

O argumento de que a acumulação de capital por parte dos comerciantes foi a responsável pelos primeiros empreendimentos industriais questiona, segundo Pesavento, a idéia disseminada pelos primeiros industriais de que a origem de seus empreendimentos estaria ligada ao “trabalho árduo e incansável” desenvolvido ao longo de anos e que proporcionou as riquezas necessárias para a instalação das

⁷⁵ PESAVENTO, op. cit., 1991, p. 36. Outras cidades representativas do “comércio intermediário” seriam: Caxias do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Cruz, São Sebastião do Caí e Montenegro.

⁷⁶ *100 Anos de Concórdia*, op. cit., p. 27.

⁷⁷ *Ibid*, p. 37, 39-40. LEVANTAMENTO histórico da industrialização em Cachoeira do Sul. Cachoeira do Sul: Prefeitura Municipal de Cachoeira do Sul/Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, 1993. Para o número de operários ver: *O Commercio*, 25/06/1919, p. 3.

indústrias. Assim, não estaria no trabalho, mas sim no capital comercial a origem do processo de industrialização do Rio Grande do Sul, em geral, e de Cachoeira, em particular.⁷⁸

Um dos mais antigos e principais estabelecimentos industriais de Cachoeira na época era a Charqueada do Paredão, fundada em 1870, e que, a partir de 1887, ficou sob a administração da empresa inglesa *Brazilian Extract of Meat & Hide Factory Limited*, cujo diretor era Henrique Pearson. Sua produção consistia na elaboração de carnes, línguas em conserva, charque, extrato de carne e graxa refinada. Exportava através de caixas de madeira produzidas na carpintaria da fábrica para os estados de Amazonas, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Abatia em média 20 mil reses por ano, chegando a 40 mil, em 1891. Empregava 250 trabalhadores, chegando a 500 nas épocas de produção intensa. Em 1920, sua administração foi transferida para o médico e ex-intendente Balthazar de Bem. Até ser extinta, no início da década de 1930, passou por outras três administrações.⁷⁹

Um dos principais fabricantes da cidade, Otto Büchler (1840-1917), trabalhou na Charqueada cachoeirense, assim como fazia em Pelotas no estabelecimento de Fraeb e Cia. Na Alemanha, Otto trabalhou como mecânico e montador e, depois de trabalhar alguns anos nas charqueadas em Pelotas e Cachoeira, fundou em 1912 seu estabelecimento industrial (uma fábrica de sabão) que, mais tarde, passou para a propriedade de seu genro Engelberto Gottwald.

Além da Charqueada do Paredão e da fábrica de Otto Büchler, um conjunto diversificado de estabelecimentos industriais participava ativamente da economia do município na passagem do século XIX para o século XX: fábricas de massas alimentícias (Grimaldi & Salzano, fundada em 1900), de caramelos (Paulo Breuer e Guilherme Spohr, fundada em 1917), de torrefação de café (Antonio Domingues Gomes e Cia.), de sabão (Willy Tesch & Cia., fundada em 1907) e de cerveja

⁷⁸ PESAVENTO, op. cit., p. 25-36.

⁷⁹ LEVANTAMENTO... op. cit. e *O Commercio*, 01/01/1906, p. 1-2.

(Cervejaria Moderna de Augusto Trommer).⁸⁰ Além destes, inúmeras outras oficinas e fábricas integravam o setor industrial da cidade: olarias, fábricas de sacos de aniagem, fábricas de fumos, de banha, sapatarias, alfaiatarias, fábricas de implementos agrícolas, entre outras.⁸¹ Para uma visualização melhor destes aspectos, elaborei um quadro que reúne informações cruzadas de três fontes: um levantamento histórico sobre a industrialização da cidade, os anúncios dos estabelecimentos comerciais, artesanais e industriais no jornal *O Commercio* e as atas das associações com os cargos administrativos. Assim, confira abaixo a relação das principais fábricas e oficinas da cidade, seus respectivos proprietários e a eventual participação dos mesmos nas diretorias da Liga e da União Operária.

Tipos de estabelecimento	Proprietários
Alfaiataria	Luiz Pedro Gaspar Pedro Husek Vitorio Livi Arthur Fetter (diretor da União Operária em 1905) Francisco Prätzel
Sapataria	Augusto Zimmer Carlos Zinn (diretor e secretário da União Operária, 1904 e 1905) Carlos Wolff (diretor e vice-presidente da Liga Operária, 1902 e 1905) João Schmidt (tesoureiro da Liga em 1905) Raphael Cetraro
Carpintaria	Miguel Paiva Augusto Wilhelm (vice-presidente da União Operária em 1905) Frederico Wilhelm

⁸⁰ LEVANTAMENTO... op. cit.

⁸¹ Ibid.

	<p>Acácio Joaquim de Castro Benedicto Dikelhuber Christovão Zinn Filho Crescencio da Silva Santos João Bastos</p>
Ferraria	<p>Balduino Pohlmann (diretor da Liga em 1904) João Rosa (presidente da Liga em 1904) Narciso Affonso de Almeida Pedro Nielsen</p>
Ourivesaria	<p>Antonio Pereira Fortes Garibaldino Soares</p>
Funilaria	<p>José Calderaro Carlos Koch Nicolau Roos</p>
Padaria	<p>Antonio dos Santos Rosa José Pinos</p>
Tamancarias/chinelarias	<p>Cetraro e Cetraro Henrique Lauer Jeronymo Brandes (sócio da União Operária) João Brum</p>
Chapelaria	<p>Oscar Willecke</p>
Caldeiras	<p>José Calderaro</p>
Máquinas	<p>Albino Pohlmann Schultz e Hentschke</p>
Carros	<p>Benedicto Dikelhuber Tristão José Pohlmann</p>
Fumo	<p>Henrique Manoel da Silva Barros José Soares Netto Leopoldo Pauli Nicolau Salzano (diretor da Liga em 1904)</p>
Bebidas	<p>Rodolfo Homrich (diretor da Liga em 1904) Augusto Trommer Franz Rother</p>

	Homrich & Baptista
Massas	Grimaldi & Salzano (Nicolau Salzano foi diretor da Liga em 1904) Domingos Salzano e Filho
Café	Antonio Domingues Gomes José Propicio da Fontoura
Sabão	Otto Büchler Engberto Gottwald

Entre os fabricantes de destaque estava o proprietário da Cervejaria Homrich, Rodolfo Homrich, que foi diretor da Liga Operária e contribuía com os produtos de suas fábricas de bebidas nas festividades promovidas pela associação. Além da cervejaria que foi fundada em 1883 com o sócio Pedro Port, Homrich participou como sócio de uma fábrica de licores, com Pedro Fortunato Baptista e da fábrica de sabão de Otto Büchler.

A partir desse pequeno panorama sobre as atividades industriais e comerciais da cidade podemos inferir como vários dos principais envolvidos com estes setores tinham relações com as sociedades operárias, seja na fundação das mesmas (Ernst Müller) ou na participação posterior à fundação nas diretorias e em cargos específicos (Rodolfo Homrich, Balduino Pohlmann) como secretários, tesoureiros ou mesmo bibliotecários, como foi o caso de Nicolau Salzano, sócio de uma fábrica de massas e de uma fábrica de cigarros na cidade e como os outros listados no quadro anterior.

A partir desses dados é forçoso afirmar, a julgar pelos sobrenomes dos indivíduos, a predominância incontestada dos imigrantes ou descendentes de alemães no processo de industrialização de Cachoeira, cujos primeiros representantes chegaram à cidade em 1858⁸². Portanto, estes imigrantes tiveram papel crucial na urbanização

⁸² PORTO, op. cit., p. 12.

do município, tanto no que diz respeito às iniciativas comerciais e industriais quanto à fundação de clubes e diferentes associações.

Mesmo assim, não podemos atribuir apenas a estes imigrantes o papel de protagonistas no mundo associativo cachoeirense da época. Presidentes da Liga Operária como Roberto Francisco da Silva (sapateiro) e João da Silva Rosa (ferreiro) são só dois exemplos da contribuição fundamental de outras etnias de trabalhadores e patrões que construíram o diversificado espaço associativo da cidade.

Uma outra característica importante, já destacada anteriormente, que essa relação de estabelecimentos fabris explicita é a hegemonia das fábricas de médio e pequeno porte vinculados aos produtos agropecuários. Sandra Pesavento destacou justamente essas indústrias de cerveja, banha e fumo como as principais representantes dessa tendência no estado.⁸³

Mesmo que na cidade de Cachoeira não tenha existido uma concentração industrial aos moldes dos centros mais dinâmicos da economia sul-rio-grandense da época, como Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, o setor industrial pareceu ser grande e diversificado o suficiente para engendrar experiências no mundo do trabalho que fomentassem a fundação de associações mutualistas.

O que vou aprofundar no capítulo seguinte, quanto abordar a estrutura interna das mutuais é que a presença de trabalhadores operários é quase inexistente nos indícios que restaram dessas associações, sendo predominante até aqui, como deve ter ficado evidente, a participação quase exclusiva de proprietários de fábricas e oficinas artesanais como sócios destacados das sociedades de socorros mútuos, pois são estes que aparecem nas listas das diretorias e nas principais atividades das mutuais.

Antes de dedicar mais atenção ao surgimento da Liga e da União Operária e às suas características, vamos abordar dois temas

⁸³ PESAVENTO, op. cit., 1983.

importantes para a compreensão deste contexto histórico de fundação das sociedades operárias: a experiência mutualista do Club Caixeiral Cachoeirense e as características do principal jornal de Cachoeira na época, que é uma das fontes fundamentais desta pesquisa, o jornal *O Commercio*.

1.2. A experiência associativa caixeiral

A experiência associativa mais significativa anterior à fundação das associações operárias, já que era também mutualista, foi a do Clube Caixeiral. Experiência que parece ter sido marcante na cidade, apesar de sua irregularidade.

Mesmo que os quadros associativos do Caixeiral e das mutuais operárias não possuíssem integrantes em comum (pelo menos nas fontes consultadas) e a análise da experiência associativa dos caixeiros não contribua diretamente para elucidarmos algumas características da Liga e da União, especialmente a peculiaridade da escassa participação de sócios operários na documentação consultada, esse empreendimento mutualista dos caixeiros (que iniciou aproximadamente uma década antes da fundação da Liga) contribui para um detalhamento maior do contexto associativo de Cachoeira quando da fundação das sociedades operárias e também para identificar algumas possibilidades de relações entre patrões e empregados naquela época.

Encontrei três datas para a fundação do Clube Caixeiral: 1887, 1896 e 1900, demonstrando o esforço contínuo de organização dos empregados do comércio e a provável dificuldade da manutenção da continuidade da agremiação. Os trabalhadores do comércio editaram pelo menos três jornais defendendo os interesses da "classe caixeiral": *O Pharol* (criado em 1883 e empastelado em 1884), *A Idea* (fundado

em 1887 e que durou pelo menos dois anos) e o *Sete de Janeiro* (criado em 1900).⁸⁴

Os três jornais veiculavam notícias sobre o Clube Caixeiral em particular e sobre a situação geral da categoria, principalmente defendendo o fechamento das portas do comércio aos domingos, reivindicação que acabou sendo parcialmente vitoriosa quando da promulgação de uma postura municipal em 1888 (que estipulava multas e outras penalidades para o comerciante que abrisse seu estabelecimento aos domingos à tarde).

Na interpretação dos redatores do jornal, a luta pelos direitos dos trabalhadores do comércio estava relacionada de forma intrínseca à contestação da Monarquia. Deste modo, como ficou explícito em outros lugares do Rio Grande do Sul e do Brasil, como nos casos estudados por Adhemar da Silva Jr. e Fabiane Popinigis, o associativismo dos caixeiros frutificou no contexto de ascensão das idéias republicanas e abolicionistas⁸⁵. Ou seja, o mutualismo dos trabalhadores do comércio costumava não só atender às necessidades materiais dos seus membros, mas também era um importante local de luta contra a exploração patronal e de defesa (em muitos casos) dos valores republicanos. Em trecho do jornal cachoeirense *A Idea*, pode-se perceber a vinculação estabelecida entre a luta específica pelo fechamento das portas aos domingos e o clamor pelo fim do regime monárquico.

No dia 5 do corrente começou a ser executada a postura da Câmara municipal sobre o fechamento das portas das casas comerciais desta cidade, aos domingos. [...]

⁸⁴ CARVALHO, Mirela Vieira da Cunha. *Às margens do Jacuí: literatura e imprensa em Cachoeira do Sul (1879-1930)*. Porto Alegre: PPGL-PUCRS, 1999, p. 46-47 e MARÇAL, João Batista. *A imprensa operária do Rio Grande do Sul (1873-1974)*. Porto Alegre, s/ed, 2004, p. 209

⁸⁵ SILVA Jr., op. cit., 2005, p. 500-10 e POPINIGIS, Fabiane. *“Operários de Casaca”?* Relações de trabalho e lazer no comércio carioca na virada dos séculos XIX e XX. Campinas: IFCH/Unicamp, 2003 (Tese de doutorado).

Não resta dúvida que a causa da ruína da nossa pátria é a instituição que nos rege.

É força pois destruí-la.

Sobre os escombros ainda palpitantes da monarquia derrocada, erga-se o templo augusto e majestoso da liberdade, embora cimentado pelo sangue revolucionário da geração que desponta. [...]

O fechamento das portas aos domingos, dilatando o espaço de tempo de que podemos dispor, veio facilitar a consecução do nosso intento, sem prejudicar os momentos de descanso tão necessários após uma semana de incessante labor.

Agora é necessário que os nossos companheiros de classe saibam aproveitar utilmente a imunidade que a ilustre edilidade nos faculta, concorrendo para o adiantamento do Club Caixeiral, onde incontestavelmente reside a nossa força.

À Câmara Municipal e especialmente ao seu distinto presidente, Sr. Francisco Gomes Porto, rendemos nestas linhas, que são o refletor fiel das nossas convicções, a homenagem do nosso profundo reconhecimento.⁸⁶

No que diz respeito à luta contra os donos de estabelecimentos comerciais, pelo fechamento das portas aos domingos, a mobilização constante era necessária, já que a efetivação deste direito era subordinada à aprovação jurídica em diversas etapas, como elucida abaixo Silva Jr.:

A despeito da semelhante denominação, há diferenças na forma adotada por cada uma dessas mutuais de caixeiros, e mesmo variações ao longo do tempo, diferenças que podem ser reduzidas a dois elementos. [...] O primeiro desses elementos é que, considerada a natureza da reivindicação, ela se realiza por meio do Estado, primeiro na forma de um texto legal e, depois, pela fiscalização do cumprimento da norma de fechamento de portas. Para o período imperial, os caixeiros deveriam obter o fechamento em três momentos sucessivos: o do acordo (fosse qual fosse a natureza da pressão) com os comerciantes; a incorporação do acordo no Código de Posturas municipal; a ratificação da alteração do Código de Posturas no legislativo provincial. Em qualquer desses três momentos, grupos contrários à reivindicação poderiam agir, e o descumprimento da norma devido à ausência de fiscalização também poderia sobrevir. Com isso, em qualquer desses três (ou quatro, contando com o momento da fiscalização) momentos, a existência de uma associação estável é instrumento importante para a realização do fechamento⁸⁷.

⁸⁶ *A Idea*, 15/02/1888, n. 17, p. 1.

⁸⁷ SILVA Jr., op. cit., 2005, p. 501.

Essa necessidade de vigilância constante da promulgação e aplicação do direito ao descanso nos domingos, portanto, reforçava a necessidade dos trabalhadores do comércio em ter uma associação e outros meios (como os jornais) que dessem conta das reivindicações. Em muitas cidades, o êxito dessa luta por direitos ficou comprometido em diversos momentos e, quando aconteceu, foi resultado de um caminho bem tortuoso (muito devido às condições expressas na citação anterior), como explicita o trecho abaixo:

Entre 1884 e 1888, 19 leis provinciais dispunham sobre o fechamento de portas, mas a distância entre o texto legal municipal e regional poderia variar de alguns meses – como foi em Porto Alegre que durou do final de 1883 a março de 1884 – a alguns anos – como foi em Pelotas, que durou de 1880 a 1886, com uma aprovação provisória pelo Presidente da Província, ou 1888, com a aprovação pela Assembléia Legislativa. Em São Gabriel, a derrota dos caixeiros em âmbito municipal não foi suficiente, porque obtiveram vitória em âmbito provincial, ao passo que em Cachoeira [do Sul], não houve aprovação provincial. Já relatei que os primeiros anos da República são politicamente tensos no Rio Grande do Sul, e, para algumas cidades onde teria havido o fechamento de portas, tal medida foi sendo revogada, a ponto dos caixeiros de Pelotas manterem a demanda sem, contudo, considerarem imprescindível o texto legal – que avaliavam difícil obter: bastava o costume⁸⁸.

Outra característica do associativismo oriundo dos trabalhadores do comércio é a dificuldade que estes enfrentavam em estabelecer os limites da categoria e, por conseguinte, os critérios de fechamento das mutuais, pois a relação entre empregados e empregadores oscilava sobremaneira:

Para ser mais preciso, os caixeiros têm dúvidas acerca da correta definição de si próprios, porque sua situação de classe, sobretudo quando em confronto com o patronato, não permite que se pensem facilmente como iguais àqueles que são

⁸⁸ SILVA Jr., op. cit., 2005, p. 501-502.

contrários ao fechamento de portas, mas a retórica freqüentemente adotada é a que indica como profissão o "comércio". Com essa definição estamental, "comércio", há sempre dúvidas sobre o que fazer com os comerciantes, se devem ser associados e se devem ter direitos políticos nas entidades. Essa é uma decisão mais grave ainda para caixeiros, cujas expectativas e possibilidades de ascensão social tendem a levá-los para a posição de comerciantes. [...] A restrição do acesso aos direitos políticos para certos membros se torna um instrumento para permitir o concerto de interesses. Não obstante, é patente que o concerto de interesses não é apenas um fenômeno interno à mutual, porque supõe esse concerto também com comerciantes [...] existem algumas pesquisas sobre esses trabalhadores, e todas coincidem na avaliação de que há um esforço por parte dos caixeiros de construir um discurso em que os casos de conflito com o patronato não se cobrem de tintas vermelhas, inclusive pelo esforço em demarcar a diferença dos comerciários para os operários. Esses últimos são os "outros", ao passo que o "nós" oscilava entre a incorporação ou não dos comerciantes⁸⁹.

O que podemos extrair dessa experiência mutualista dos caixeiros é que, se o caso cachoeirense aproxima-se desses argumentos apresentados por Silva Jr., temos aí uma experiência associativa que integra trabalhadores urbanos em torno de interesses materiais e políticos (sendo o principal a luta pelo fechamento das portas aos domingos) e que tem dificuldades em estabelecer fronteiras nítidas entre empregadores e empregados quando não está em jogo a luta direta entre eles, mas sim a preocupação com a ascensão no meio profissional e, a partir disso, a elevação do status social.

Comparando com as mutuais operárias que abordaremos em seguida, parece que essa dificuldade dos caixeiros em distinguir um público específico para sócios do Club Caixeiral quando a luta pelo fechamento das portas não era o principal objetivo, também foi partilhada, de forma diferente, pelos integrantes da Liga e da União, cujos principais representantes (membros das diretorias) eram proprietários ou de fábricas ou de oficinas artesanais. Nesse sentido, se o significado do que era ser "caixeiro" oscilava de acordo com os objetivos da associação, assim parece ter sido também com o ser

⁸⁹ Ibid, p. 502-504.

“operário” que, como tentaremos demonstrar mais adiante, referia-se (no caso das sociedades beneficentes) mais a um trabalhador que constrói o progresso (e nesse caso patrões e artesãos poderiam se sentir contemplados na definição) do que o indivíduo explorado pela burguesia e que, para melhorar suas condições, necessitava da luta contra o patrão.

1.3. O jornal *O Commercio*

Antes ainda de concentrar a análise exclusivamente nas associações operárias, abordarei rapidamente alguns aspectos do jornal *O Commercio* (para além daquelas características já citadas na página 38), especialmente no que se refere a um tipo de discurso veiculado pelo jornal que, na minha hipótese, vincula-se diretamente ao caráter da composição do quadro social das diretorias das mutuais: a valorização do trabalhador como um sujeito indispensável para o progresso social. Assim, as tintas do jornal costumavam destacar mais os aspectos positivos do “operariado”, suas “potencialidades” do que disseminar uma visão calcada nas adversidades da vida daqueles indivíduos explorados nos locais de trabalho da cidade.

Para isso, vou retomar rapidamente as principais características do periódico e analisar, como exemplo, um dos textos do jornal referente a uma das comemorações do 1º de Maio na cidade.

O Comércio “orgam commercial, noticioso e litterario” era publicado às terças-feiras, embora trouxesse no frontispício a data de quarta. “Era o único jornal do mundo publicado na véspera”, observa Paulo de Gouvêa. Era propriedade de Henrique Möller Filho e defendia ardorosamente os ideais republicanos.⁹⁰

⁹⁰ AZEVEDO, Tupinambá Pinto de. *Cachoeira do Sul, comarca: 150 anos de história*. 2. ed. ver. aum.. Cachoeira do Sul: Museu Municipal de Cachoeira do Sul, 1994, p. 33.

Criado em 1900, o jornal *O Commercio* foi editado em português e alemão até 1905, sendo extinto apenas na década de 1960. Portanto, cobre quase todo o período da pesquisa. Seus fundadores foram Henrique Möller Filho e Guilherme Antônio Möller. Ainda no decorrer dos anos, João Antônio Möller assumiu a redação do jornal.

Foi um dos primeiros jornais comerciais de Cachoeira, apesar da vinculação existente com os ideais do PRR, já que seus diretores eram ligados ao partido. Veiculava diversas notícias da cidade, inclusive das associações operárias. Nesse caso, devem ter sido imprescindíveis as colaborações de Emiliano Alves da Silva, tipógrafo do jornal e membro da Liga Operária, sendo por meia década (entre 1900 e 1905) orador da mesma. Mas as relações do jornal com as sociedades operárias não paravam por aí, pois Guilherme Antônio Möller foi secretário e membro da União Operária e João Antônio Möller membro da Liga. Além disso, apoiadores do jornal, como Augusto Brandão (advogado e promotor público do município) também eram sócios desta sociedade.

João Neves da Fontoura, em suas memórias, destacou a importância do periódico e também do jornal *Rio Grande*:

Quando voltei para Cachoeira, depois de formado [1909], já ali existiam dois hebdomadários: "O Comércio" e o "Rio Grande". O primeiro era o mais antigo [...]. Seu fundador, Henrique Möller Filho, viera de São Leopoldo nos últimos anos do século passado. Homem de iniciativa e de luta chegou à minha cidade com poucos recursos e uma pequena oficina tipográfica. [...] Foi em "O Comércio" que perpetrei meus primeiros delitos literários. O "Rio Grande" surgiu como órgão do Partido Republicano. Redigiu-o, de início, e durante alguns anos, Antunes Araújo, deputado estadual. Nele colaborei muito tempo e mais tarde assumi sua direção⁹¹.

Mesmo não sendo um jornal partidário, como o *Rio Grande*, *O Commercio* defendia de forma explícita a ordem republicana no estado e no município. A maioria de suas interpretações sobre a realidade política, social e econômica de Cachoeira seguia a leitura castilhistas-

⁹¹ FONTOURA, op. cit., p. 178-80.

borgista. No caso específico do mundo do trabalho, defendia a harmonia entre os grupos sociais e a valorização do trabalhador como parte integrante do “progresso social”.

A partir dessas informações, devemos destacar algumas influências da linha editorial do jornal nas notícias veiculadas sobre as associações. Além das informações recorrentes sobre as eleições das diretorias da Liga e da União (o que pode denotar tanto a importância das atividades das duas associações na cidade quanto o interesse dos membros do jornal sobre o assunto, já que participavam do processo), eram comuns notícias principalmente sobre as exposições públicas das mutuais, como nas comemorações de 1º de Maio, e sobre demais temas relacionados ao “trabalho” e aos “trabalhadores”. Um exemplo pode ser a citação abaixo que, apesar de extensa, reproduzo na íntegra pela quantidade de idéias importantes que expressa:

É incontestável que o sistema ou forma de governo republicano presidencialista, em nossa pátria, apesar de muitos óbices, tem-na feito progredir sob a amplitude da liberdade, que a todos faculta garantidamente a sua Carta Constitucional.

Impulsionadas por este direito, as classes operárias, que outrora viviam oprimidas pelos preconceitos dos magnatas, rebaixadas do nível social pelo desdém dos parvos e pretensiosos autocratas, levantam o pando vôo da esperança, qual bando alado ruflando serenamente as nítidas asas, sem medir horizontes...

O cidadão desclassificado de ontem, mas hoje equiparado legalmente àqueles de mais elevada categoria e que talvez não pudessem passear a sua vaidade se não fora o afanoso concurso material do modesto e laborioso artista, do rústico operário tostado pelas canículas – também tem sede de saber, algo mais além do ofício onde canta o malho sobre a bigorna, o martelo na pedra bruta das ruas, ou a picareta desbravando rochas; tem desejos de sociabilidade para tomar parte ativa no concerto universal que dignifica o homem pelo trabalho honesto; tem almejos de justa representação nos congressos desta pátria republicana que ele também ama e saberá defender nas ocasiões precisas, porque em todos os tempos tem sido um poderoso elemento progressista por meio do trabalho em todas as suas modalidades, concorrendo indubitavelmente para a grandeza, prosperidade e independência das nações.

Tendo, pois, o sol da Liberdade projetado a Igualdade de sua tonificante luz sobre o Operariado, ele procura devidamente congregar-se e envida esforços para que, de fato, haja

Fraternidade entre todas as classes sociais, sem distinção de cores, que nada influenciam no caráter ou predicado moral do indivíduo, nem sobre a inteligência, talento e sentimento afetivo, pois que tudo isto depende mais da educação, da instrução e dos bons exemplos, que não constituem privilégio de ninguém; ele expande-se hoje pela sábia e fecunda trilogia da República Brasileira.

Os operários, no Rio Grande do Sul, que é a terra da liberdade por excelência, norteados pelos decisivos exemplos de centros mais adiantados, vão criando sociedades úteis em todas as localidades, agitam-se entusiasticamente por toda parte, preparando-se para os cometimentos pacíficos, para as lutas dignificadoras no campo das idéias nobres e liberais.

E como tais aspirações tendem a generalizar-se e formar um corpo homogêneo e, sendo certo que as festividades são um poderoso e agradável estímulo, um meio direto de conagração e confraternização, um bom condutor de propaganda para os fins que se tem em vista, eles sintetizaram seus ideais na aurora de um dia de popularidade quase universal, o - 1º de Maio - consagrando-o à comemoração do Trabalho Livre, futuroso [sic] produto da Revolução Francesa.

Essa memorável data ainda há de fulgurar, num ato de justiça, ao lado daquelas decretadas como de festa nacional.⁹²

Essa citação evidencia a preocupação do jornal *O Commercio* e de seus editores em esclarecer o sentido e as razões do 1º de Maio, vinculando os significados atribuídos a esta data às visões de mundo e de sociedade típicas dos agentes sociais envolvidos com o governo republicano gaúcho na Primeira República.

Nos argumentos do texto são evidenciadas a confiança no governo republicano sul-rio-grandense ("terra da liberdade"), a defesa dos ideais da Revolução Francesa e o desejo da data ser considerada "festa nacional", ou seja, um feriado.

Quanto ao primeiro item, foi comum no Rio Grande do Sul, nos discursos dos borgistas e do empresariado, a negação de que no estado haveria uma "questão social", pois nesta unidade da federação reinaria a liberdade e a consecução quase perfeita dos ideais republicanos.⁹³ Já em relação aos ideais da Revolução Francesa, esses receberam uma combinação e conotações peculiares. A liberdade republicana implicava

⁹² *O Commercio*. 03/05/1905, p.1.

⁹³ BILHÃO, Isabel. *Rivalidades e solidariedades no movimento operário* (Porto alegre, 1906-1911). Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. Ver, como exemplo, o texto de Bilhão sobre o 1º de maio de 1906 em Porto Alegre. p. 36-42.

necessariamente uma igualdade entre as classes que deveriam conviver na fraternidade (“harmonia social”).

Também é importante no texto a defesa dos “desejos de sociabilidade” das “classes laboriosas” para tomar parte na dinâmica da sociedade, indicando a legitimidade e mesmo o estímulo que as idéias defendidas pelo jornal davam às agremiações de trabalhadores que existiam em Cachoeira.

Nesse sentido, diferentemente da decepção em relação à República por parcelas da sociedade e do movimento operário, o jornal supracitado acreditava nas potencialidades do regime republicano instalado no Brasil e no Rio Grande do Sul e, pelo tom do texto, desejava estender essa percepção positiva da República para os trabalhadores e suas associações. Nesta forma de governo, os operários poderiam ser protagonistas do progresso social, em harmonia com outras “classes” e tendo sua importância reconhecida por um possível feriado em alusão à sua atividade social, o trabalho.

Portanto, como podemos perceber por esse trecho e como ficará evidente no próximo capítulo a partir de outras notícias veiculadas pelo jornal, a convivência entre patrões e operários nas mutuais cachoeirenses era vista de forma positiva pelo periódico e, nesse sentido, a possível harmonia entre esses grupos poderia ser um aspecto valorizado em demasia pelos editores, inclusive podendo ocultar possíveis divergências dentro das associações.

A partir da análise específica desse texto sobre o 1º de Maio quero deixar explícito o que na minha hipótese é o interesse *político* (menos do que laboral) dos proprietários do jornal *O Commercio* em investir na elaboração e reprodução de um conceito de operário afeito aos objetivos de ordem e progresso social da república castilhistaborgista do Rio Grande do Sul. Na citação acima, a condição precária da vida do operariado é remetida ao período monárquico, onde as distinções de viés aristocrático delegavam ao trabalhador um papel

miserável e estigmatizado na sociedade. Já na república, o operário teria a liberdade de optar por servir ao progresso da nação com o seu trabalho (o que seria motivo de honra e não mais de vergonha) e contaria com a fraternidade de seus companheiros e de outros cidadãos para executar as tarefas de engrandecimento da sociedade e da pátria.

Assim, nos próximos dois capítulos, tentaremos conectar essa postura política do jornal com a situação peculiar da aparente identificação de proprietários de fábricas e oficinas com essa identidade “operária” que abriga todos aqueles que trabalham para o “progresso social”.

1.4. A fundação das associações mutualistas operárias

Pensando no diversificado contexto associativo de Cachoeira no final do século XIX, a adoção de um modelo organizativo mutualista por parte do operariado cachoeirense, como já observado, foi uma escolha que conviveu com outros tipos de organizações, mesmo que essas não tenham tido um caráter explicitamente político de representação de interesses.

As fundações das sociedades beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio foram, respectivamente, em 01/11/1897 e em 25/02/1900. Infelizmente, não conseguimos encontrar indícios que viabilizem uma interpretação sobre o motivo de existir duas associações operárias de mesmo objetivo. Uma hipótese mais óbvia de que a origem da União Operária pode ter sido motivada por divergências internas no quadro associativo da Liga Operária pode ser plausível, ainda que, como será mostrado no decorrer do próximo capítulo, na documentação pesquisada não se perceba nenhum atrito entre sócios de ambas associações e nenhuma diferença importante entre os mesmos e/ou entre as características das respectivas sociedades. Pelo contrário, em diversos momentos existiu

mesmo uma cooperação entre os membros e as iniciativas das duas mutuais.

Não foram encontrados indícios da fundação de um Club 1º de Maio em 1897, nem de uma Liga Operária em 01/05/1899 além daqueles indicados pelo estudo de Silvia Petersen sobre as organizações operárias no Rio Grande do Sul.⁹⁴ Assim, reafirmamos que, apesar da possível existência de outras organizações operárias em Cachoeira, a Liga de 1897 e a União de 1900 são certamente as que mais perduraram e mais influências tiveram na história do município, como demonstram as referências a elas na documentação para todo o período pesquisado.

Segundo uma periodização construída por Beatriz Loner, as associações de Cachoeira foram criadas numa segunda fase de organização do operariado sul-rio-grandense, inaugurada após os conflitos entre federalistas e castilhistas, entre 1893-1895. A primeira fase teria sido caracterizada pelas associações advindas da luta abolicionista e dos primeiros descontentamentos com os rumos do regime republicano. Já a segunda, identificou-se pela disseminação de entidades de classe para outras cidades do estado além de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.⁹⁵

Uma dificuldade no estudo dessas associações é a quase inexistência de indícios sobre o contexto precedente ao das fundações (tais como possíveis tentativas de fundação de outras associações), problema que já foi apontado por Silva Jr. em sua tese.⁹⁶ No entanto, o autor tentou estabelecer alguns requisitos, a partir dos quais seriam fundadas associações de socorro mútuo. Além da necessidade dos espaços de interação social, seriam eles: "a) a existência de uma população economicamente ativa com capacidade de poupança, b)

⁹⁴ PETERSEN, op. cit., 2001, p. 110 e 116.

⁹⁵ LONER, op. cit., 2007, p. 508.

⁹⁶ SILVA JR., op. cit., 2004, p. 117-118.

relativamente concentrada, c) temerosa dos riscos de descenso social e d) conhecedora de sociedades de socorros mútuos".⁹⁷

Com a deficiência de dados sobre o item a), no momento, podemos tomar emprestada a conclusão do autor que verifica a plausibilidade desse requisito no Rio Grande do Sul, em geral, sendo aceitável, portanto, também no caso específico de Cachoeira.

Em relação à concentração populacional, a cidade possuía, como já afirmamos, em 1900, 32.510 habitantes, sendo a terceira cidade do estado em número de habitantes, atrás apenas de Porto Alegre e Pelotas.⁹⁸ No entanto, é importante lembrar que, para Silva Jr., não devemos confundir urbanização com concentração populacional, já que existiram mutuais no meio rural. Mesmo assim, a relação da urbanização com o fenômeno do mutualismo é corroborada pelo autor, já que as cidades "enseja[m] a percepção de diferenças e a pretensão de status a elas relacionadas".⁹⁹

O temor de perder as condições da subsistência e o conhecimento de sociedades de socorros mútuos podem se relacionar, já que um seria o problema e o outro a forma de solucioná-lo. Isso fica ainda mais patente em relação ao passado recente da escravidão para esse período (e o caráter depreciativo atribuído ao trabalho braçal) no qual a necessidade de afirmar o caráter positivo do trabalho poderia passar pela organização e ajuda mútua entre os trabalhadores. Quanto ao conhecimento de sociedades de socorros mútuos, no caso da União Operária é mais evidente, pois quando de sua fundação a Liga já existia. Em relação a esta, inúmeras sociedades no estado a precederam, com nome semelhante como a Liga Operária Internacional de Porto Alegre (1895) e a Sociedade Beneficente Protetora das Classes Laboriosas de Rio Grande (1890), para citar apenas dois exemplos.¹⁰⁰

⁹⁷ Ibid, p. 95.

⁹⁸ FEE. *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul: censos do RS 1803-1950*, 2. ed. Porto Alegre: FEE, 1986, p. 109.

⁹⁹ Ibid, p. 103-105. A citação está na página 105.

¹⁰⁰ PETERSEN, op. cit., 2001, p. 41 e 96.

Outra influência pode ter sido mesmo o conhecimento por parte de imigrantes de experiências mutualistas na Europa, já que vários imigrantes ou descendentes eram sócios das mutuais em Cachoeira.

A participação da Liga Operária no Congresso Operário (1898) de caráter estadual, em Porto Alegre, também pode ser um indício de filiação da entidade (pelo menos nos seus primórdios) ao contexto de fundação de ligas operárias de tendência política social-democrata, como destacou Silvia Petersen¹⁰¹. Mesmo assim, as informações posteriores sobre este aspecto são insuficientes para afirmar peremptoriamente o caráter socialista da entidade (mesmo em seu início), como destacou Silva Jr.:

Sobre essa última [Liga Operária de Cachoeira], é mais difícil afirmar que tinha algo de socialista, se foi fundada com os mesmos objetivos das demais e assim se manteve, porque a Confederação Socialista Brasileira contaria com associados em 1902 nas cidades de Porto Alegre e São Leopoldo, e se esperavam associações em Pelotas, Rio Grande, Bagé e Alegrete, mas nada se fala de Cachoeira. Ainda em 1905, um jornal socialista noticiava que o Partido Operário Rio-grandense se faria conhecer naquela cidade, onde pretendia fundar um "centro em que se agridem em comum, para a defesa de todos os seus direitos, o elemento operário cachoeirense"¹⁰².

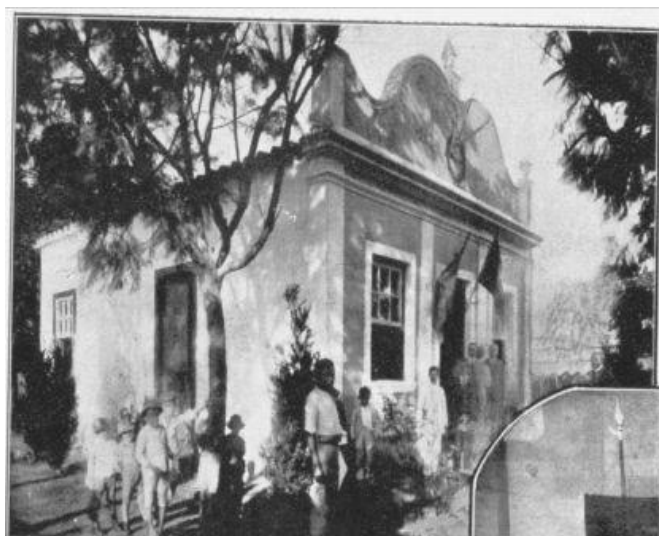
Após a criação de uma sociedade, era importante saber em que lugar se reunir para tomar as decisões atinentes aos objetivos da mesma. Muitas das associações operárias do período, tanto no Brasil como no Rio Grande do Sul, não possuíam sede própria e se reuniam em sedes de outras sociedades ou mesmo na casa de sócios.

Assim, os casos da Liga e da União são atípicos, pois pouco tempo depois de fundadas construíram suas sedes próprias, localizadas nos mesmos lugares ainda hoje. Provavelmente, pelas doações feitas pelos sócios beneméritos, essa aquisição de patrimônio pelas associações era viabilizada justamente pela participação dos patrões nas entidades.

¹⁰¹ Ibid, p. 110-111.

¹⁰² SILVA Jr., op. cit., 2005, p. 419.

A sede da Liga foi inaugurada em 08 de junho de 1902, com uma festa animada pela banda de música regida por Venâncio Erico da Trindade e recheada de discursos alusivos à importância da data e das atividades do operariado no município. Além dos membros da Liga, com destaque para o orador Emiliano Alves da Silva, estiveram presentes na inauguração membros de outras sociedades locais, como David Barcellos Filho, presidente do Clube Caixeiral.¹⁰³



(Figura 3: Sede da Liga Operária Internacional Cachoeirense. In: CAMOZATO, Benjamin C. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira, 1922)

Já a União, provavelmente, inaugurou sua sede definitiva nas proximidades da Praça do Mercado (hoje José Bonifácio), em 1906, mesmo ano no qual adquiriu, em julho, um terreno para esse fim.¹⁰⁴ Como a propriedade de uma sede associativa não era uma característica geral, como afirmado anteriormente, era comum o empréstimo das sedes pelas mutuais a outros grupos organizados, como aconteceu no caso da União com a maçonaria e com a sociedade teosófica.¹⁰⁵

¹⁰³ *O Commercio*, 11/06/1902, p. 2.

¹⁰⁴ *O Commercio*, 11/07/1906, p. 2.

¹⁰⁵ *O Commercio*, 12/05/1920, p. 3 e 23/11/1921, p. 3.

Destarte, e essa pode ser uma das causas da longevidade das associações, desde suas fundações as mutuais contaram com sedes para reuniões regulares, nos primeiros anos alugadas e depois já de suas propriedades. Essa condição deve ter proporcionado estabilidade para as primeiras tarefas das associações de angariar as mensalidades e construir uma estrutura apropriada para o oferecimento de socorros, tema a ser abordado no próximo capítulo.

Para exemplificar um dos momentos de fundação, reproduzimos um trecho da ata de criação da Liga Operária:

Foi pelo presidente aberta a sessão, afim de efetuar-se a instalação da mesma liga. Foi pelo secretário lidos os estatutos para que todos os sócios ficassem perfeitamente assimentados [sic] de suas leituras cujos sócios ficarão de acordo com o seu conteúdo [...].

O presidente declara aos senhores sócios que tomam parte da diretoria que usem de toda a energia para que a sua administração não se afaste do disposto aos artigos 4º, 7º e 9º de seus estatutos [...].¹⁰⁶

Nessa citação, percebemos a preocupação que era recorrente nas sociedades fundadas, de que os sócios se esforçassem na efetivação dos objetivos das associações e participassem assiduamente da vida da sociedade. No caso das mutuais, essa é uma ressalva importante, já que a longevidade da sociedade dependia do pagamento das mensalidades e do esforço da diretoria em organizar a distribuição dos socorros.

1.5. Conclusão parcial

Neste capítulo, foi feita uma abordagem do contexto histórico de Cachoeira quando da fundação das mutuais operárias Liga e União. Dentro das possibilidades de abordar esse contexto, optamos por

¹⁰⁶ LIVRO de Atas da Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense, 1897, folha 1.

destacar algumas características do ambiente associativo da cidade e dos seus principais estabelecimentos comerciais e industriais. Além disso, destacamos a importância da experiência associativa caixeiral e do jornal *O Commercio* para o entendimento, respectivamente, da experiência do mutualismo no município e dos conceitos de “trabalhador” e de “operário” que setores ligados às sociedades beneficentes (como os proprietários do jornal) buscavam divulgar naquele contexto.

Algumas conclusões parciais sobre o tema seriam as seguintes: a continuidade da convivência entre patrões e operários nas mutuais pode estar relacionada ao caráter pouco diferenciado ainda destes grupos sociais, já que vários dos sócios eram donos de pequenas oficinas e estabelecimentos, como sapatarias, ferrarias, marcenarias.

Além disso, o sustento das mutuais e das suas atividades de socorros poderia ser intimamente vinculada a investimentos dos patrões, que teriam mais condições para isso, o que pode ser evidenciado pela construção das sedes das associações, que dificilmente conseguiriam ter um espaço exclusivo de reunião e administração dos seus interesses se dependesse apenas das mensalidades dos sócios trabalhadores.

Por sua vez, os donos de estabelecimentos comerciais poderiam usufruir de certa legitimidade e visão positiva por parte dos trabalhadores ao contribuir com as mutuais, além de garantir a partir delas a construção de uma noção de trabalho ordeira e de participação “harmônica” do operariado na sociedade industrial que se consolidava, identidade que, de certa forma, compartilhavam.

Por tudo isso, seria impróprio pensar nessas experiências mutualistas como integrantes estritamente de um “movimento operário”, identificando nelas uma hierarquia do ponto de vista do maior ou menor embate com patrões. Podemos pensar, portanto, que esse tipo de organizações mutualistas estava relacionado com a

necessidade de organização e defesa de interesses por parte de grupos de trabalhadores que, naquele momento, não consideravam algo plausível dispensar a ajuda dos patrões nesse processo de consolidação da ajuda mútua. Os referenciais para a construção de uma consciência de classe absolutamente autônoma e diferenciada em relação aos donos de oficinas e fábricas pareciam não estar muito nítidos naquele momento ou, se estavam, não parecia ser a melhor alternativa para pautar a construção de uma rede de solidariedade entre alguns membros da classe trabalhadora. Além disso, como já salientamos, os próprios proprietários de fábricas e oficinas teriam interesse em promover determinada identidade operária ordeira, a qual eles mesmos tomariam parte.

Como tentaremos mostrar no capítulo 3, talvez as referências mais nítidas de classe social e a construção de uma identidade e/ou consciência exclusivamente operária fossem testadas em outros ambientes associativos, como os clubes recreativos e sociedades dramáticas e não nestas organizações mutualistas onde a ajuda dos patrões poderia ser imprescindível para garantir a continuidade de algumas garantias para os operários frente aos infortúnios de sua condição.

2- AS ASSOCIAÇÕES POR DENTRO: ORGANIZAÇÃO E SOCORROS

A proposta deste segundo capítulo é detalhar as características do ambiente associativo da Liga e da União, como a composição do quadro social, a formação das diretorias e o cotidiano explicitado nos livros de atas, na administração das associações e na prestação ou recebimento de socorros.

Antes de dar seqüência ao objetivo de investigar as razões da presença significativa de padrões nas diretorias e quais os desdobramentos dessa situação para a vida associativa das mutuais e mesmo para a relação entre os grupos sociais no contexto histórico de Cachoeira na passagem do século XIX para o XX, primeiro é necessário destacar rapidamente algumas características gerais do mutualismo no Brasil, principalmente no que concerne à relação das mutuais com o Estado e com os padrões.

A criação de sociedades de socorros mútuos no Brasil teve um significativo crescimento durante o século XIX, mesmo antes da explosão associativa no final daquele século quando da emergência de uma “nova questão social”.

No entanto, a regulação estatal sobre sociedades de socorros mútuos só se tornou explícita na Lei 1.083 de 22/08/1860, durante o Segundo Reinado, que estipulou algumas regras para a fundação das mutuais.

Os estatutos deveriam ser enviados à autoridade competente especificando o nome da entidade, a sua sede, os seus fins, a duração prevista, o valor da contribuição mensal, a forma como se pretendia empregar os fundos sociais, os serviços prestados, as atribuições dos administradores e da assembléia geral, o modo de administração, as condições para nomeação e elegibilidade dos membros e finalmente os critérios para admissão e eliminação dos sócios, bem como o número destes. À vista das informações, o chefe do Poder Executivo expedia uma carta com o seu veredicto – favorável ou não – ao funcionamento da instituição.¹⁰⁷

¹⁰⁷ LUCA, op. cit., 13-14.

Ao longo dos anos, com a disseminação das sociedades mutualistas, a legislação foi sendo modificada. O Decreto nº 5.112 de 17/10/1872 revogou o direito do poder público de indicar o dirigente das mutuais. Já pela Lei nº 3.150 de 04/11/1882 foi estipulada a autorização prévia apenas para as entidades anônimas.

Por fim, o Decreto nº 173 de 10/09/1893 garantiu o direito de personalidade jurídica através dos registros dos estatutos mediante a publicação de pelo menos parte deles no Diário Oficial do Estado. Assim, mesmo que a partir da segunda metade do século XIX o Estado imperial tenha se preocupado em regular a fundação e as características das sociedades de socorros mútuos, estas se disseminaram, em grande parte, à margem da interferência estatal. Uma estratégia para evitar a regulação era nomear a associação como beneficente, evitando assim a fiscalização dos estatutos.

No caso cachoeirense, não encontrei muitos indícios de interferência estatal na vida das associações além de uma isenção de imposto da prefeitura em relação ao carro fúnebre da Liga Operária (em 1913) e o patrocínio de uma professora para a União Operária (em 1922).

Como destacamos na introdução, a relação dos patrões com o mutualismo, apesar de não ter sido abordada de forma tão extensa pela historiografia do movimento operário, foi destacada na maioria dos estudos sobre o fenômeno, principalmente quando os industriais patrocinaram caixas de socorros e outras formas de auxílio aos operários. Sobre a dupla faceta da dominação patronal nos locais de trabalho e em alguns ambientes associativos, Tânia Regina de Luca afirmou que

Os patrões, apoiando-se nos regulamentos internos por eles criados, descontavam parcelas significativas dos trabalhadores por atrasos, conversas, pequenos erros ou sob o pretexto de contribuição para as sociedades de socorros mútuos. [...] as entidades patrocinadas pelos empresários representavam um

importante grupo no universo das mutuais e tinham por principal objetivo impedir a livre organização dos trabalhadores, além de representarem mais uma forma de extorquir parte dos salários em troca de serviços de eficiência muitas vezes discutível.¹⁰⁸

Uma das principais formas que os trabalhadores encontraram de evitar essa influência patronal foi estabelecer critérios de fechamento nas associações que permitiam apenas operários como membros do quadro social. No entanto, muitas sociedades mutualistas não eram nem exclusivamente operárias nem patrocinadas diretamente pelos patrões. Tânia de Luca classificou essas sociedades como abertas ou mesmo como “mutualismo sem fronteiras”

[...] nas associações ditas abertas, não havia qualquer tipo de restrição para o ingresso nos quadros sociais, bastava que o interessado pagasse a mensalidade e respeitasse os estatutos, daí o termo mutualismo sem fronteiras. [...] A ausência de critérios de recrutamento *diretamente vinculados* ao exercício profissional não justifica a suposição de que as beneficentes abertas – assim como as de etnias e bairros – possuísem natureza muito diversa das sociedades organizadas em empresas, categorias profissionais ou órgãos públicos, uma vez que todas tinham por referência primeira os assalariados urbanos.¹⁰⁹

Segundo o argumento da autora, portanto, mesmo quando o conjunto dos sócios era heterogêneo, a referência essencial das associações mutualistas recaía sobre os trabalhadores assalariados urbanos.

A partir desse panorama, podemos inferir que, se nas sociedades mutualistas criadas por patrões parece ter sido evidente a tentativa de instrumentalização dos socorros para estender a dominação da fábrica para o ambiente associativo, em associações autointituladas operárias e

¹⁰⁸ LUCA, op. cit., p. 25.

¹⁰⁹ LUCA, op. cit., p. 160-61.

sem critérios de fechamento, como é o caso da Liga e da União, essa presença significativa dos industriais nas diretorias parece ter tido causas e desdobramentos mais complexos. Atentando para isso, analisaremos agora o modelo organizativo das mutuais cachoeirenses, bem como o conjunto de socorros prestados por essas associações.

2.1. Modelo organizativo

Numa coletânea de estudos sobre mutualismo, Marcel van der Linden definiu esse tipo de organização como: "associações formadas voluntariamente com o objetivo de prover auxílio financeiro a seus membros".¹¹⁰ No entanto, como observou Silva Jr., do qual é extraída a citação, essa definição, apesar de ser generalizável para inúmeras experiências mutualistas, não dá conta das especificidades dessas organizações nos sistemas capitalistas.

A maioria dos trabalhos concorda na aceção de que as sociedades de socorros mútuos desenvolveram-se ligadas ao surgimento de novas relações de trabalho que, diferente do paternalismo escravista, deixava o trabalhador livre em situação desesperadora quando da ocorrência de acidentes de trabalho, desemprego, doenças várias, problemas judiciais, entre outras dificuldades.

Esse argumento está presente, só para ficar em alguns casos, em Alexandre Fortes, o qual denomina, inspirado em Mike Savage,¹¹¹ a situação desse trabalhador livre como "insegurança estrutural"; em Silvia Petersen, que remonta a origem das mutuais à construção de "novos mecanismos de proteção e novos laços de solidariedade", em

¹¹⁰ LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social security mutualism. The comparative history of Mutual Benefit Societies*. Bern: Lang, 1996, p. 13-14 *apud* SILVA JR., op. cit., 2004, p. 11.

¹¹¹ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004, p. 25-48.

Adhemar Lourenço da Silva Júnior, que destaca a estratégia privada das mutuais em proteger os indivíduos dos riscos de descenso social e, em José de Souza Martins, que afirma como central nesse processo de fundação e desenvolvimento de associações de socorro mútuo a presença constante da doença e da morte entre o operariado.¹¹²

A partir dessas interpretações podemos concordar com a tentativa de Silva Jr. em generalizar para a origem e caracterização das sociedades de socorros mútuos as estratégias privadas de seus membros na securitização contra o descenso social. Mesmo assim, como salientou o autor, nos diversos estudos empíricos já realizados sobre esse fenômeno associativo, ficou clara também a adoção pela maioria das sociedades mutualistas de estratégias públicas em relação aos seus membros e na relação com outros grupos sociais, como, por exemplo, a promoção e defesa de uma identidade de classe.¹¹³

Além dos socorros que caracterizariam as sociedades mutualistas, as associações de Cachoeira possuíam na sua nomenclatura a palavra Beneficente; no entanto, a beneficência era entre os sócios e não, como em outros casos, instituições de “caridade” aos desfavorecidos de fora das associações. Essa noção pode ser apreendida pela notícia abaixo, de 1912, sobre a União Operária:

[esta] útil e próspera sociedade que resumido grupo de homens vem dirigindo com proficiência e honestidade.
É deveras admirável a força desse pugilo de bravos que, lutando com o ceticismo da época, vem desassombadamente,

¹¹² SILVA JR., op. cit., 2004, p. 27; PETERSEN, Silvia, op. cit., 2001, p. 34; FORTES, Alexandre. Da solidariedade à assistência. In: *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Ed da UCS, Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 241 e MARTINS, José de Souza. O mútuo socorro no nascimento da classe trabalhadora. In: *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002, p. 183.

¹¹³ SILVA JR., op. cit., 2004, principalmente o capítulo “O mutualismo tal como dado”, p. 17-68. O argumento também está presente em outros textos do autor, tais como: Idem, op. cit., 2005; Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXV, n.2, 1999, p.147-174 e Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. In: *História-Unisinos*, v. 6, n. 6, 2002, p. 185-218. Uma abordagem diferenciada, mas que guarda certas semelhanças com a citada está em RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). In: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: Unicamp/IFCH, v. 6, n. 10/11, 1999, p. 13-40.

numa longa marcha de 12 anos, espalhando o Bem, levando o conforto ao lar dos necessitados.

Cumpridores fiéis dos ditames da Humanidade, sabem, num quase viver anônimo, impor-se ao respeito e à consideração dos que batalham em prol da Beneficência.

Com a módica mensalidade de 1\$000, uma receita anual de 1:734\$000, despendeu com socorros a sócios enfermos, médicos, diárias e farmácia, 1:418\$870.¹¹⁴

Mas só afirmar que a Liga e a União eram sociedades mutualistas não diz muita coisa, pois devemos estabelecer que tipo de mutuais elas eram. Segundo Tânia de Luca, a diversidade de formas do mutualismo comporta as de caráter étnico, classista, de bairros, de empresas, de órgãos públicos, entre outras.¹¹⁵

Nessa perspectiva, podemos excluir o caráter étnico, já que as mutuais operárias não faziam restrição quanto à etnia do sócio, isso provado pela diversidade dos seus integrantes. Até mesmo porque a fundação de uma mutual étnica como a Sociedade Italiana Príncipe Umberto, em 1912, deve ter advindo da percepção de uma lacuna que as sociedades operárias devem ter deixado nesse tipo de representação de interesses.

Assim, como as mutuais pesquisadas não teriam origem em órgãos públicos, nem em empresas e não se restringiam a nenhum bairro, já que eram de dimensão municipal, sobraria a caracterização de "classista".

No entanto, neste caso, apesar da nomenclatura "operária" identificar essas mutuais, essa conclusão não é tão automática assim, pois como temos observado também eram sócios das mutuais diversos industrialistas, comerciantes e profissionais liberais da cidade. E, mais do que isso, essas categorias compunham a maior parte das diretorias das associações. Situação que, para alguns autores como Tânia de Luca, dilui o caráter classista e atesta o caráter "aberto" desse tipo de

¹¹⁴ *O Commercio*, 06/03/1912, p. 2.

¹¹⁵ LUCA, op. cit.

associação, como se fosse, assim como já salientamos, um “mutualismo sem fronteiras”.¹¹⁶

Aqui, no entanto, ainda serão problematizados alguns dos indícios de um provável caráter classista das sociedades no âmbito do movimento operário, já que Liga e União, em certos momentos, participaram de atividades típicas das associações operárias de resistência no Rio Grande do Sul, como o Congresso Operário de 1898 e a colaboração com a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS).¹¹⁷ Essa tarefa será indispensável para não tomarmos as fontes que quase exclusivamente destacam a ação patronal como um reflexo da história das associações.

Apesar disso, não se percebe, por parte das mutuais, um caráter de enfrentamento em relação aos patrões, conclusão não só por causa da presença de industriais como sócios, mas também porque não são encontrados indícios, na cidade, do apoio das mesmas a manifestações grevistas e reivindicatórias em geral. Logo, se a orientação inicial da Liga pode ter sido social-democrata, como afirma Petersen (pela participação no referido Congresso Operário), não parece ter sido essa uma orientação adotada por muito tempo, já que vários objetivos das atividades da mutual, como se verá no próximo capítulo, não se coadunam com aqueles propugnados pelas associações que comungavam da referida orientação teórico-política no Rio Grande do Sul e no Brasil.¹¹⁸

Levando em conta os argumentos de Beatriz Loner, a orientação teórico-política da Liga e da União podia ser conceituada como difusa e reformista, como salientou a autora para a maioria das lideranças operárias na Primeira República. A seguinte passagem é esclarecedora:

Muitas das lideranças associativas, tanto da capital quanto do interior, não tinham ideologia definida, talvez sendo mais fácil

¹¹⁶ Ibid, p. 160-161.

¹¹⁷ Para esses dados ver PETERSEN, op. cit., 2001, p. 112 e 308.

¹¹⁸ Ibid, p. 51.

dizer que, de modo geral, eram reformistas, ou seja, apostavam em melhoramentos para a classe dentro do sistema econômico atual, estando distante de seu horizonte a perspectiva de uma revolução social.¹¹⁹

Essa é uma característica que pode ser ainda mais acentuada nas mutuals, já que sua origem e longevidade dependiam da manutenção do sistema de salários. Assim, quem defendesse a beneficência mutualista como fim, não poderia, à primeira vista, propor a superação do *status quo*.¹²⁰ No entanto, essa é uma afirmação que deve ser pensada mais criticamente, já que negar as mutuals como sendo um espaço importante da luta de classes e da superação das relações de trabalho capitalistas redundaria na repetição do argumento de que para a luta dos trabalhadores a única representação legítima seriam os sindicatos de resistência, idéia que por muito tempo limitou as interpretações sobre as sociedades de socorros mútuos.

Por um bom tempo, uma historiografia que compartilhava referências e valores da militância “revolucionária”, desconsiderou a contribuição das associações de caráter reformista, inclusive esquecendo muitas vezes de mencionar que estas eram em grande número. Jean-Pierre Rioux, ao problematizar o estudo de associações na política, comentou essa característica de parte da produção historiográfica que, portanto, não ficou restrita ao caso brasileiro.

[...] a história do “movimento operário”, tão freqüentemente aferrada a uma representatividade mais social que política, e fragmentando seu objetivo entre o exame de um messianismo revolucionário aleatório e o de conflitos internos catalogados com uma minúcia bastante monográfica, para citar apenas um exemplo, terá sempre conseguido mostrar a contribuição cívica, institucional, e sem dúvida mais “reformista” do que se crê, desse sindicalismo para a vida da Cidade?¹²¹

¹¹⁹ LONER, op. cit., 2007, p. 512.

¹²⁰ SILVA JR., op. cit., 2004, p. 74.

¹²¹ RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 106.

O que talvez possamos interpretar desta citação para esta pesquisa é que nem sempre as preocupações mais consagradas sobre determinado tema (aqui no caso as disputas políticas dentro do movimento operário) são o caminho adequado para auxiliar em uma abordagem mais matizada sobre o fenômeno. Isto é, em certos momentos, tentar apenas classificar uma associação dentro de uma orientação política definida pode ocultar determinados detalhes que foram construídos no processo histórico de relação entre os sócios e nas relações entre as associações e outros setores sociais.

No caso das mutuais cachoeirenses, essa questão da classificação política tem uma importância destacada porque, no meu entender, as fontes das quais disponho mostram uma postura das diretorias compostas por patrões e profissionais liberais que está mais vinculada a uma interpretação castilhistaborgista do papel do trabalho e do trabalhador na sociedade. Assim, até mesmo as críticas embutidas nas orientações reformistas são amenizadas para focar a interpretação da realidade social na ordem e na harmonia entre os grupos sociais.

Dessa maneira, desconsiderar essas múltiplas possibilidades de leitura sobre as orientações políticas de associações operárias e construir definições acabadas sobre uma pluralidade de orientações teóricas e práticas políticas pode acabar produzindo respostas fáceis, porém, de pouca aderência ao processo histórico e suas contradições.

Um dos exemplos dessa pluralidade de leituras sobre determinada postura política das associações é justamente sobre a adoção ou não do caráter mutualista e a sobreposição dele em relação às atividades de conscientização e resistência dos trabalhadores.

Como afirmou Silva Jr.: “[...] praticamente ninguém condenava as sociedades de socorros mútuos, e muitos a[s] apoiavam ou ainda o fazem, sendo difícil vincular as entidades a alguma posição política em particular”.¹²² Porém, segundo Alexandre Fortes, algumas tendências do

¹²² Ibid, p. 349.

movimento operário, como o anarquismo, não apreciavam muito as práticas mutualistas, entendidas em alguns momentos como “manipuladoras” em relação aos interesse principal da classe operária que era a revolução social.¹²³

Não obstante, o aspecto difuso das orientações teórico-políticas das mutuais cachoeirenses não parece ter sido conseqüência do desconhecimento de outras vertentes do movimento operário. Tratarei disso mais detidamente no último capítulo, mas me refiro ao fato de que, além da participação no Congresso de 1898 e do apoio à Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS, fundada durante a greve geral de 1906 em Porto Alegre) o que já indicaria um conhecimento da social-democracia e do anarquismo, o jornal *O Commercio* veiculava inúmeras notícias sobre o movimento operário do Rio Grande do Sul e até de outros estados.

Uma das principais causas, portanto, para a orientação “reformista”¹²⁴ou “castilhistaborgista” das associações operárias de Cachoeira deve ter sido realmente a convivência de patrões e operários no interior das mesmas.

A partir dos dados disponíveis, parece que a presença dos patrões não foi desde o início da fundação, pelo menos no caso da Liga. Seria uma hipótese a ser verificada se a União teria sido criada justamente sobre influência patronal para concorrer com a Liga. Não obstante, já no início do século XX, as duas mutuais congregavam patrões e operários e não pareciam ter um relacionamento conflituoso, pelo contrário.

Como industriais e comerciantes integrantes dessas associações pode-se identificar, como já vimos: Rodolpho Homrich (proprietário de fábricas de bebidas, Liga), João Carlos Brandes (União), Jeronymo Brandes (União), Frederico Wilhöft (Liga), Manoel Gomes Pereira (construtor, União), Augusto Wilhelm (proprietário de marcenaria, União), Balthazar de Bem (médico, charqueador, intendente e

¹²³ FORTES, op. cit., p. 245-254.

¹²⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre o termo “reformismo”, ver SILVA JR., op. cit., p. 454-473.

deputado, União), Germano Treptow (fabricante de máquinas, União), Isidoro Neves da Fontoura (intendente, industrial, proprietário de engenho, União), Braz Patta (Liga), Augusto Brandão (advogado, Liga) entre outros.¹²⁵

Já entre os trabalhadores, encontramos¹²⁶ tipógrafos, alfaiates, músicos, carpinteiros, entre outros, sendo que na designação de operários para muitos não constava a especificação profissional. Mesmo assim, podemos afirmar que as profissões que predominavam eram as identificadas com um trabalho artesanal, do “artista”, e não do operário tipicamente fabril.

Característica recorrente entre as mutuais e que Liga e União não se furtaram era a ausência de mulheres. Nas notícias em relação às sociedades, raríssimas vezes elas apareceram e quando isso aconteceu era por pertencerem às famílias dos sócios, já que os socorros eram extensivos a elas.

O cotidiano das associações foi marcado principalmente pelas assembléias gerais de eleição das diretorias, ocorridas uma vez por ano. Além desse tema, as assembléias versavam sobre possíveis reformas estatutárias, sessões solenes em datas comemorativas, como o 1º de Maio, entre outros assuntos. As convocações eram veiculadas com freqüência no jornal *O Commercio* e sempre reivindicando a presença de todos os sócios e dos membros da diretoria. Estes inclusive poderiam pagar multas ou serem exonerados dos cargos caso faltassem muitas reuniões.

As diretorias eram compostas, em ambas as sociedades, por presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro e diretores, estes sem número definido. Em alguns anos também foram eleitos oradores, bibliotecários e procuradores. A maioria das informações sobre sócios das mutuais referem-se justamente às diretorias e não ao

¹²⁵ *O Commercio*, 02/07/1904, p. 1 e 07/11/1917, p. 3; LISTA de Sócios da Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio – 1908 e 1912.

¹²⁶ Dados extraídos do cruzamento entre listas de diretorias, livros de atas e notícias do jornal *O Commercio*.

quadro social como um todo. Por exemplo, dos 186 sócios que a Liga possuía em 1904, conhecemos apenas 16 através da lista dos membros da diretoria. O que minimizou essa lacuna foram as listas de sócios, principalmente no caso da União Operária que, em 1912, contava com 159 intergantes.¹²⁷

Por essa característica das fontes, de serem majoritariamente relacionadas às diretorias, há de ficar claro aqui que as interpretações sobre as associações na maior parte das vezes também será em referência a essa parcela do quadro associativo.

Além disso, como destacou Silva Jr., a pouca rotatividade dos membros da diretoria denota que, apesar das associações proporcionarem a representação de interesses de sujeitos muitas vezes alijados da política partidária, no plano interno, elas não seriam um exemplo sólido de democracia. Característica de “oligarquização” que poderia justamente viabilizar a produção de discursos de interesses específicos pelas associações.¹²⁸ Isto é, a pluralidade de membros na diretoria de uma associação poderia dificultar a construção e a reprodução de uma imagem específica sobre a mesma, dada a presumida diversidade de interesses. Neste caso, a presença constante de proprietários de fábricas e oficinas nas diretorias da Liga e da União teria produzido as condições necessárias para a veiculação de uma imagem específica e duradoura das mutuais cachoeirenses, relacionada à valorização do mundo do trabalho como meio fundamental para o progresso da sociedade e de como os “operários” reunidos e solidários entre si seriam um dos principais agentes desse processo.

Voltando às características institucionais das associações, ainda existia a atribuição de títulos específicos aos sócios: fundadores, no caso de haver participado da fundação da sociedade, benemérito, não-sócio que prestou serviços destacados à associação e honorário, cujo tempo de dedicação à mutual lhe garantia honrarias e destaque. Um

¹²⁷ *O Commercio*, 01/01/1904, p. 3 e LISTA de Sócios da Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio.

¹²⁸ SILVA JR., op. cit., 2005.

dado importante: os portadores desses títulos eram remidos da mensalidade.¹²⁹

Como ficou nítido pelo caráter sintético dos parágrafos anteriores, a descrição sobre as atividades dos sócios das mutuais não é muito freqüente (e quando acontece são pouco detalhadas) na documentação preservada (atas e listas de sócios) das associações. Por isso, uma aproximação sobre qual seria a concepção das mutuais sobre o que era ser patrão ou ser trabalhador acontece aqui ou de forma impressionista ou a partir das notícias veiculadas no jornal *O Commercio* e eventuais discursos nas comemorações do 1º de Maio.

No exemplo abaixo, na notícia do falecimento de um dos sócios-fundadores da União Operária, o mesmo é identificado como operário e negociante, demonstrando, talvez (se esse não for uma exceção), as fronteiras ainda pouco nítidas (pelo menos no discurso) entre as atividades supracitadas.

Passamento: no dia 5 do corrente faleceu nesta cidade vitimado por cruel enfermidade rebelde aos recursos da medicina, o sr. Vicente José dos Santos, operário e negociante. O inditoso extinto contava 32 anos de idade e deixa viúva e 5 filhos menores em extrema orfandade. Era um cidadão laborioso, honrado, bom chefe de família e amigo dedicado. A caritativa sociedade beneficente União Operária 1º de Maio, de que ele era sócio-fundador, prestou-lhe as devidas homenagens. À sua desolada família, enviamos nossas condolências.¹³⁰

Na notícia, também está presente a valorização do falecido sócio a partir da honra e do seu caráter de cidadão laborioso, expressando uma vinculação recorrente, quando se tratava das mutuais, entre cidadania e trabalho.

¹²⁹ *O Commercio*, 01/01/1904, p. 3.

¹³⁰ *O Commercio*, 10/02/1904, p. 3.

A seguir, para concluir essa abordagem sobre o modelo organizativo das mutuais, analiso dois exemplos: um é a citação sobre a posse da diretoria da Liga Operária em 1904 e o outro são os balancetes da Liga e da União Operária.

Liga Operária: festivamente, teve lugar domingo 6, a posse da nova diretoria da conceituada agremiação beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense, eleita no dia 1º do corrente.

Às 11 horas do dia, presente avultado número de sócios e uma banda de música, foi aberta a sessão pelo presidente.

Depois de lido o relatório e ata da sessão anterior pelo 2º secretário, sr. Antonio José Ribeiro da Silva, o orador da sociedade, sr. Emiliano Alves agradeceu em nome da diretoria que terminava o mandato, o concurso dispensado por todos os sócios e população àquela benfazeja associação e finaliza saudando a diretoria sucessora.

Feita a posse, pede a palavra o sr. Ernesto Barros, que proferiu um brilhante discurso, apreciando a vida da Liga Operária e seus humanitários fins; frisou o papel saliente que os filhos do Trabalho representam, elevando o crédito do país nos certames, como acaba de acontecer na recente exposição de São Luiz, onde o Rio Grande do Sul tem alcançado os melhores prêmios. Destacando entre os esforçados trabalhadores da Liga o nome de Antonio Marques Ribeiro, que acabava de deixar a presidência, lugar que ocupou dignamente, por espaço de 3 anos consecutivos, pede o orador que a assembléia geral o aclame presidente honorário, como homenagem aos seus relevantes serviços.

Uma estrepitosa salva de palmas interrompeu a última frase do orador, sendo aclamado presidente honorário o sr. Antonio Marques Ribeiro.

O sr. João da Silva Rosa usando da palavra agradece a confiança da assembléia elegendo-o ao primeiro cargo e promete corresponder, procurando seguir a trajetória dos seus antecessores. Enaltece os serviços médicos prestados com desinteresse pelo ilustrado e humanitário clínico sr. dr. Candido Alves Machado de Freitas, à sociedade e pede à assembléia geral que confira a s. s. o título de sócio benemérito, o que foi, unanimemente, aceito.

Encerrada a sessão, os sócios precedidos da banda musical Estrella Cachoeirense, dirigiram-se incorporados para a vivenda do sr. Antonio Ribeiro. Aí esperava-os em extensa mesa em forma de L arrumada debaixo do laranjal, suculentos assados com e sem couro, peixe, conservas, etc.

Por essa ocasião trocaram-se inúmeros e entusiásticos brindes, entre os representantes de todas as classes sociais ali reunidos em alegre convívio. Deixamos de mencionar nomes dos muitos cidadãos que discursaram para não cometermos a falta de omitir algum.

À tarde regressaram todos à sede da associação, donde logo após seguiu uma numerosa comissão, precedida da banda de música e com o respectivo estandarte, fazer entrega do diploma ao sr. dr. Candido de Freitas e cumprimentar os srs. drs. Viriato Vianna e Amedeu Masson, também sócios beneméritos, saudando-os em nome da sociedade o sr. Lusiano Motta.¹³¹

Neste resumo feito pelo jornal sobre a posse da associação destaca-se o entrecruzamento de diversos aspectos da vida da mutual, como a delegação de status a sócios destacados (seja pelos serviços prestados no cotidiano administrativo ou através da assistência à saúde), a importância da recreação como forma de interação e integração dos sócios e o costumeiro discurso sobre o valor dos “filhos do Trabalho” e sua importância no desenvolvimento da nação.

Abaixo reproduzo dois balancetes que demonstram as receitas e as despesas da União Operária entre fevereiro de 1903 e fevereiro de 1904 e da Liga Operária entre outubro de 1904 e outubro de 1905.¹³²

RECEITA		DESPESA	
Saldo de 1902	901\$000	Pago aluguéis de casa	135\$000
Importância recebida até hoje de mensalidades e jóias	1:154\$000	Pago utensílios	124\$900
Dinheiro recebido de ofertas	46\$000	Pago despesas gerais	227\$730
Juros vencidos	90\$000	Pago a typographia	22\$000
Importância na caixa de socorros	16\$400	Pago serviços médicos	57\$000
		Pago a pharmacia	125\$000
		Pago diárias, serviços fúnebres	100\$000
		Pago porcentagem ao cobrador	115\$000
Total	2:207\$400	Saldo a este ano	1:300\$270

(Quadro 3- Balancete da União Operária 1º de Maio, 1903-1904)

¹³¹ *O Commercio*, 09/11/1904, p. 2.

¹³² Respectivamente: *O Commercio*, 10/02/1904, p. 3 e *O Commercio*, 04/11/1905, p. 3

RECEITA		DESPESA	
Saldo do exercício de 1904	2:309\$050	Honorários médicos	699\$000
Outubro 1904 - Jóias e mensalidades	227\$000	Farmácia	507\$300
Diplomas e emblemas	7\$500	Diária a sócios enfermos	207\$300
Novembro-jóias e mensalidades	253\$000	Comissão de 10% a cobrador	312\$150
Diplomas	8\$000	Transporte a sócios enf.	100\$000
Dezembro-jóias e mensalidades	292\$000	Devolvido a Braz Patta [referente a excesso de diplomas]	39\$000
Diplomas e emblemas	14\$500	Vinte e nove emblemas	34\$800
Janeiro-jóias e mensalidades	139\$000	Décima urbana do prédio próprio	29\$000
Diplomas	5\$000	Impressão de 400 estatutos	80\$000
Fevereiro-jóias e mensalidades	331\$000	Vencimentos do procurador	55\$000
Março- jóias e mensalidades	180\$000	Publicações e circulares	30\$000
Multa disposta no art. 15	25\$000	Dois quadros para diplomas	14\$000
Donativo de Otto Büchler	5\$000	Vencimento ao professor (2 meses)	20\$000
Abril-jóia de remissão	100\$000	Um caixão fúnebre	30\$000
Jóias e mensalidades	204\$000	Encomendação fúnebre	12\$000
Maió-jóia de remissão	100\$000	Expediente	13\$050
Jóias e mensalidades	200\$000	Melhoramentos materiais	14\$200
Junho- jóias e mensalidades	223\$000	Importância devolvida a José Dini	6\$000
Julho- jóias e mensalidades	150\$000	Despesas gerais	16\$400
Um emblema	1\$500	Saldo que passa ao exercício vindouro	182\$250
Agosto-jóias e mensalidades	261\$000	Depositado na Caixa Econômica	3:029\$000
Um emblema	1\$500	Soma	5:430\$550
Setembro-jóias e mensalidades	132\$000		
Outubro-jóias e mensalidades	257\$000		
Três medalhas	4\$500		
Soma	5:430\$550		

(Quadro 4 - Balancete da Liga Operária Internacional Cachoeirense)

Esses balancetes da Liga e da União possuem características em comum e um padrão que merece ser detalhado.

Nas duas associações, a receita advinha principalmente do pagamento das jóias e mensalidades dos sócios, ao passo que as despesas concentravam-se basicamente no custeio dos auxílios da área da saúde, como médicos, farmácias e diárias a sócios enfermos. Ainda encontram-se outras despesas, como melhoramentos materiais da associação e o pagamento de um professor (no caso da Liga).

A partir desses dados, pode-se concluir que as atividades administrativas e financeiras das mutuais atendiam às características básicas de associações de socorros mútuos: o pagamento de mensalidades e, com a receita adquirida a partir delas, o oferecimento de amparos aos membros necessitados, especialmente aqueles relacionados às enfermidades.

Esta “prestação de contas” das mutuais costumava vir acompanhada da assinatura de uma comissão que fiscalizava as contas da entidade, como evidenciam os textos que seguem aos balancetes citados da Liga e da União Operária.

S. Beneficente União Operária 1º de Maio
Balancete de fevereiro de 1903 a fevereiro de 1904.

Cachoeira, fevereiro 1904
O tesoureiro
Antonio Vicente Pessolano

Srs. Diretores

A comissão nomeada por V. Mcs. para o exame de contas, tem a dizer-vos que acha tudo na melhor ordem, sendo a escrita lançada nos respectivos livros com exatidão e asseio, o que mostra o escrúpulo do seu tesoureiro no desempenho de seus deveres, o qual merece um voto de louvor pelos relevantes serviços prestados à sociedade.

A comissão
José Soares Netto
Alfredo Souto
Antonio José Ribeiro Silva¹³³

S. B. Liga Operária

¹³³ *O Commercio*, 10/02/1904, p. 3.

Aviso

De ordem do sr. Vice-presidente em exercício, levo ao conhecimento dos srs. sócios, que em sessão da diretoria, realizada em 2 do corrente, o 1º tesoureiro sr. Frederico Willhöft, tendo de retirar-se da cidade, passou ao 2º tesoureiro eleito, sr. Braz Patta as funções de seu cargo, apresentando balancete do exercício de Outubro a Fevereiro, cuja receita, neste período, foi de 1.277\$000 e despesa 535\$800.

Outrossim, fez entrega ao substituto, na mesma ocasião, de todos os documentos que achavam-se em seu poder, inclusive uma caderneta da Caixa Econômica, com o depósito de dois contos setecentos mil réis.

Cachoeira, 2 de Abril de 1905.

O 1º secretário.

Emiliano Alves da Silva¹³⁴.

Um aspecto interessante a ser destacado é que em ambas mutuais, o balancete tem um saldo positivo, sendo que, no caso da Liga, o pecúlio que sobrou ainda é depositado na Caixa Econômica, o que acontecia também na União¹³⁵.

À primeira vista esse parece ser um sinal de “sucesso econômico” das entidades, situação incomum no mutualismo brasileiro e sul-rio-grandense, formado principalmente por sociedades de socorros mútuos que sobreviviam com muitas dificuldades.¹³⁶

Essa situação, no entanto, não pode passar a idéia equivocada de que essa suposta estabilidade financeira das associações tenha sido conquistada de forma fácil. Prova das dificuldades de garantir a receita das mutuais podem ser a presença constante de um cobrador nas despesas dos balancetes, que era figura recorrente na diretoria das associações e os diversos avisos veiculados pelos secretários e tesoureiros das mutuais lembrando das mensalidades em atraso e também de que a inadimplência acarretaria a perda dos direitos do sócio, tanto aqueles políticos (participação nas assembléias e eleições das diretorias) quanto aqueles relacionados aos auxílios prestados pela entidade. Sobre esse aspecto, as citações abaixo são elucidativas:

¹³⁴ *O Commercio*, 05/04/1905, p. 3.

¹³⁵ Cf. LIVRO-CAIXA da Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio - Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

¹³⁶ SILVA Jr., op. cit., 2005, p. 230.

S. B. União Operária 1º de Maio: cumprindo as disposições do artigo 12, parágrafo 1º de nossos estatutos ficará exonerado do lugar de sócio todo aquele que no fim do mês corrente não vier saldar seus débitos.

O tesoureiro.

Abelino Porto¹³⁷.

S. B. Liga Operária Internacional

Sessão de Assembléia Geral

De ordem do sr. Presidente convido a todos os sócios desta sociedade, a comparecerem no dia 1º de novembro do corrente ano, às 12 horas do dia, na sede desta associação, afim de proceder-se a eleição de sua nova diretoria.

Outrossim faz ciente que em virtude dos nossos estatutos não terão direitos de votar ou ser votados todos os sócios que até aquele dia estiverem em atraso com a tesouraria da sociedade.

Cachoeira, 22 de outubro de 1901.

O secretário.

Leonel Odorico de Almeida¹³⁸.

Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional: de ordem do sr. Presidente desta sociedade faço público que em sessão de diretoria ficou resolvido de comum acordo, chamar todos os sócios em atraso com a tesouraria dessa sociedade a virem dentro do prazo de 90 dias saldarem seus compromissos, sob pena de serem eliminados, ou aliás são convidados a comparecerem a todas as sessões que para esse fim serão efetuadas na sede da mesma, no primeiro domingo de cada mês, afim de darem explicações satisfatórias que possam reabilitarem-se de seus direitos, a contar do dia 1º de fevereiro.

Cachoeira, 3 de fevereiro de 1901.

O secretário

Leonel Odorico de Almeida¹³⁹

Esta última citação introduz uma punição inusitada aos inadimplentes, além daquelas referidas anteriormente, que é a obrigação do sócio em explicar sua situação em assembléia, justificando o atraso do pagamento da mensalidade. Mas outro ônus para os inadimplentes eram as multas, cujo valor é explicitado no aviso citado abaixo

Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense

¹³⁷ *O Commercio*, 19/06/1901, p. 3.

¹³⁸ *O Commercio*, 23/10/1901, p. 3.

¹³⁹ *O Commercio*, 13/02/1901, p. 3.

Sessão de Assembléia Geral

De ordem do sr. Presidente Honorário, Antonio Marques Ribeiro, que presidiu a sessão de assembléia geral extraordinária realizada no dia 5 do corrente, às 7 horas da noite, por 3ª convocação, faço público aos srs. sócios que a referida assembléia em número legal, discutiu e aprovou por maioria de votos a emenda no art. 15 de nossos estatutos, elevando a 100\$000 a multa de 25\$000, consignada no referido artigo, começando a vigorar da presente data em diante. Sala das Sessões da Liga Operária, Cachoeira, 5 de Julho de 1905¹⁴⁰.

Portanto, se as contas das associações demonstravam saúde financeira, provavelmente essa característica foi construída com uma fiscalização significativa dos sócios inadimplentes.

Por outro lado, o saldo positivo dos balancetes das mutuais provavelmente tem sua principal causa relacionada à preocupação central deste trabalho, que é a presença significativa dos patrões no quadro associativo. Estes, provavelmente, teriam sido os responsáveis pela continuidade das mutuais cachoeirenses e pela garantia da estabilidade financeira das mesmas, o que viabilizava o oferecimento dos socorros e demais serviços aos sócios, principal interesse material de um associado de entidades de socorro mútuo. E são justamente esses auxílios o assunto principal do próximo item.

2.2. Socorros

Em texto de 30 de junho de 1911, o *Correio do Povo*, de Porto Alegre, publicava uma crítica à atuação das associações operárias da capital gaúcha, comparando-as com suas congêneres européias.

Hebert Spencer, referindo-se a certos grêmios operários, disse em um artigo de seus livros: "Não há um só vestígio de espírito altruísta em cujo nome o socialismo deveria propagar-se..."E assim pensamos nós, também, há dias, refletindo sobre o que,

¹⁴⁰ *O Commercio*, 12/07/1905, p. 3.

em Porto Alegre, se chama propaganda pelo bem-estar e pela emancipação do proletariado.

Depois desta introdução, a reportagem descreveu a situação precária do trabalho feminino e infantil nas fábricas da cidade e a falta de amparo que mulheres e crianças sofriam no cotidiano árduo do labor nas fábricas. A partir disso, o texto conclui que:

Há, em Porto Alegre, umas quantas associações operárias que funcionam, segundo seus estatutos, para tratar dos interesses gerais da classe. E por que motivo deixam ao desamparo os interesses das pobres mulheres e crianças operárias? A verdade é flagrante, neste ponto estas sofrem muito mais do que os homens operários. Qual a causa do desamparo em que os homens obreiros deixam aquela porção mais fraca da sua classe? Esquecimento ou egoísmo masculino? Seja qual for a causa, a realidade é que, à vista das condições em que se encontram as mulheres e crianças operárias, o observador imparcial que julgar a ação dos operários associados porto-alegrenses bem pode crer que a censura irrogada pelo famoso filósofo inglês não cabe apenas às "trade-unions" da terra britânica¹⁴¹.

A despeito da tentativa de imputar às associações operárias a culpa pela situação precária das mulheres e crianças trabalhadoras (aparentemente isentando os industriais deste problema), o argumento do texto do *Correio do Povo* ilustra uma das possíveis abordagens sobre a questão da assistência promovida pelas sociedades de socorro mútuo operárias.

Se os socorros prestados pelas mutuais não atingiam a maioria dos trabalhadores urbanos no Rio Grande do Sul, até porque a maioria deles não participava do mundo associativo e, portanto, a assistência era exclusiva dos sócios das mutuais, incluindo mulheres e crianças quando estas pertenciam à família do associado, o que pensar de

¹⁴¹ CRÔNICA OPERÁRIA (*Correio do Povo*, Porto Alegre, 30 jun. 1911). In: FAGUNDES, Ligia Ketzer; KUMMER, Lizete; STEPHANOU, Maria; PESAVENTO, Sandra Jathay. *Memória da indústria gaúcha* (1889-1930). Porto Alegre: Ed. da UFRGS/FEE, 1987, p. 121-24.

sociedades mutualistas administradas principalmente por patrões, como é o caso das entidades cachoeirenses?

É importante retomar, nesta discussão, os argumentos desenvolvidos por Alexandre Fortes, quando estudou o debate entre assistência e resistência no movimento operário da Primeira República. Se, por um lado, os socorros prestados eram uma alternativa legítima dos operários para lidar com a situação adversa das relações de trabalho capitalistas, por outro, muitas lideranças do meio operário criticavam quando os esforços associativos concentravam-se exclusiva ou majoritariamente na assistência, preterindo a tarefa de resistência e luta contra a exploração patronal¹⁴².

Desse modo, as sociedades mutualistas, se não eram uma unanimidade dentro das perspectivas dos militantes operários, a abrangência dos socorros prestados por elas também foi motivo de críticas.

Para exemplificar uma das características da relação entre os socorros prestados pelas mutuais operárias e o cotidiano do trabalho de alguns operários em Cachoeira, comento abaixo dois acidentes de trabalho ocorridos, em 1913, em fábricas de foguetes da cidade que dão uma idéia da insalubridade do local de trabalho, como acontecia também em outras cidades do estado.¹⁴³

Na fábrica de foguetes e fogos de artifício do sr. Alfredo Vollmer localizada [...] no 1º distrito municipal, deu-se, pelas 4 horas da tarde de sábado, 28, uma explosão de funestas conseqüências. O proprietário da referida fábrica retirara-se, um pouco antes, para a casa de um vizinho, deixando ocupados no trabalho seus empregados Athanzio Mira, indiático, de 17 anos de idade [...] e Antonio Araújo, pardo, de 19 anos [...]. Subitamente, um fortíssimo estampido, partindo da fábrica, atrozou os ares, espalhando o pavor pelo visindário [...]. Acudiram logo os srs. Alfredo Vollmer e João Campos Pereira, que acharam deitado ao solo, gravemente contundido e queimado em quase todo o corpo, inclusive cabeça e rosto, o

¹⁴² FORTES, op. cit., p. 223-25.

¹⁴³ Para alguns relatos das condições de trabalho em fábricas do Rio Grande do Sul, ver: PESAVENTO, op. cit., 1988, p. 21-56 e PETERSEN, op. cit., 2001, p. 270-275.

trabalhador Antonio Araújo, que estava ocupado em socar uma grande quantidade de pólvora num pilão de madeira. Seu companheiro Athanzio, o qual estava colocado de costas contra o primeiro, também trabalhando, recebeu ferimentos e queimaduras menos graves. [...] O dr. Scopel declarou logo perdido o caso de Antonio Araújo, o qual veio a falecer a uma hora da madrugada de segunda-feira, 30 do passado.

O estado de Athanzio Mira, ao que nos informam, não deixa de inspirar cuidados. Há, entretanto, esperanças de salvá-lo.

A tarde de sábado foi de forte calor. Os empregados não relataram com clareza a causa da explosão; entretanto, presume-se que, com a ausência do patrão, tivessem aproveitado a oportunidade para fumar, desejo cuja satisfação tão caro lhes custou.¹⁴⁴

Pela notícia, percebem-se as condições precárias do trabalho dos operários na fábrica de foguetes, sendo um deles menor de idade, demonstrando, nessa época, a freqüência da exploração do trabalho de menores. Além disso, é constante a referência à cor da pele no jornal, representada aí pelo "indiático" e pelo "pardo". É interessante ver também que a causa dos acidentes era, de forma recorrente, atribuída aos próprios operários e a pretensas atitudes indevidas dos mesmos no local de trabalho.

Outro caso semelhante aconteceu na fábrica de foguetes de Alberto Falkenbach, que vitimou um "preto" de 18 anos e um menor de 15. É evidente na notícia a insalubridade da fábrica, pois os materiais inflamáveis eram manipulados sem nenhuma proteção. Também nesse caso a culpa pelo acidente recaiu nos operários:

O sr. Falkenbach, que teve um prejuízo de 1:300\$000 réis, aproximadamente, disse que havia ponderado aos operários a inconveniência do trabalho noturno, mas que estes insistiram em trabalhar à noite, afim de aumentar os ganhos de que tiravam para a sua subsistência.¹⁴⁵

Esse acidente é igualmente significativo por uma situação peculiar: o dono da fábrica era sócio e membro da diretoria da Liga

¹⁴⁴ *O Commercio*, 01/01/1913, p. 3.

¹⁴⁵ *O Commercio*, 29/10/1913, p. 2.

Operária (foi 1º secretário em 1901), enquanto que os operários acidentados, por não constar nas listas de sócios, não pertenciam a nenhuma mutual operária da cidade.

Se há indícios que atestam o oferecimento e as despesas das associações com os socorros, o caso é diferente se quisermos mapear quem recebia os auxílios oferecidos, lacuna que seria importante de ser preenchida quando pensamos na predominância da presença de patrões nas fontes das quais dispomos.

Dentro da diversidade de auxílios proporcionados pelas mutuais em diferentes lugares e contextos, Liga e União prestavam aqueles mais comuns, quais sejam: ajuda médica, farmácia, auxílio judiciário, enterros, escola, biblioteca e lazer.

A prestação de auxílio médico estava ligada justamente à falta de políticas públicas do Estado em relação à saúde, principalmente no caso do Rio Grande do Sul, com a doutrina positivista do castilhismo-borgismo que preconizava a liberdade profissional.¹⁴⁶ Apesar desta, muitas mutuais recomendavam e apenas conferiam o direito de auxílio efetuado por médicos diplomados, como no caso das associações de Cachoeira que, além de contratar médicos especificamente para atender aos socorros da entidade, emitiam um cartão de consulta de apresentação obrigatória para o sócio que quisesse desfrutar desse direito à assistência. Essa característica, portanto, pode ser uma das motivações da presença de médicos no quadro social destas mutuais. Como segue abaixo:

S. B. Liga Operária
Aviso

De ordem do Sr. Presidente, aviso aos Srs. Sócios desta associação beneficente, que, conforme preceitua o [parágrafo] 13 do artigo 31 de nossos estatutos, foram designados pela diretoria para prestarem seus serviços médicos aos sócios da mesma, durante o corrente ano, os ilustrados facultativos e

¹⁴⁶ Sobre o assunto ver WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Ed. da UFSM/Bauru: EDUSC, 1999, p. 41-50.

dignos consócios srs. Drs. Viriato Vianna, Max Lubke, Balthazar de Bem e Walter Castilho.

Outrossim, a sociedade não se responsabiliza por consultas, chamados médicos, aviamento de receitas, sem o prévio cartão, artigo 16 [parágrafo] único.¹⁴⁷

No entanto, também em outros países a relação de mutuais com os médicos era constante, chegando até a situações de atrito, como as “greves” dos médicos contra as mutuais na Irlanda e na Hungria no final do século XIX.¹⁴⁸

Em 1898, a Liga dirigiu à junta médica da cidade e aos “cidadãos farmacêuticos” um ofício pedindo auxílio para a prestação dos socorros através de “uma verba razoável”.¹⁴⁹

Os artigos 32, 33 e 34 dos estatutos garantiam ao sócio em dia com a sociedade (o atraso em 3 meses no pagamento cancelava os benefícios), respectivamente, médico e botica; enterro e missa de 7º dia e presença dos sócios nas exéquias.¹⁵⁰

Em relação aos enterros, esses mobilizavam os sócios no apoio à família do falecido e na prestação de homenagens aos companheiros de associação, quase sempre com o estandarte da respectiva mutual. Também os sócios de uma entidade vinham prestar homenagens ao falecido da outra, como fica claro na notícia abaixo:

S. Beneficente União Operária 1º de Maio
Agradecimento e missa

A sociedade acima em cumprimento de um dever, vem publicamente patentear o seu eterno reconhecimento às sociedades Liga Operária Internacional, Instrução Recreativa, às bandas de música União dos Artistas, Estrella Cachoeirense e à todas as pessoas que dignamente se prestaram a acompanhar os restos mortais de seu desventurado consócio.¹⁵¹

¹⁴⁷ *O Commercio*, 15/01/1913, p. 3.

¹⁴⁸ SILVA JR., op. cit., 2004, p. 155.

¹⁴⁹ LIVRO de Atas da Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense, 28/08/1898, folha 4.

¹⁵⁰ LIVRO de Atas da Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense, 30/01/1900, folha 15.

¹⁵¹ *O Commercio*, 19/03/1902, p. 3.

Em relação ao mesmo socorro, a Liga Operária mandou construir, em 1912, um carro fúnebre para a associação, que custou 2:500\$000 réis. Em 1913, a prefeitura isentou a mutual de pagar o tributo fiscal sobre o carro, destacando a lacuna do serviço na cidade. Corrobora essa afirmação o fato de que no biênio 1919-1920, a Liga recebeu como pagamento 630\$000 réis pelo aluguel do respectivo carro fúnebre.¹⁵²

Sobre assistência jurídica apenas foi encontrado um indício, no qual a União Operária concedeu título de sócio benemérito ao advogado e jornalista José Mariano Porto, por ter ido ao tribunal pedir justiça ao assassinato de um operário.¹⁵³

Em 1898, a Liga declarou inaugurada uma aula na associação, pagando para o professor a quantia de 15\$000 réis, devendo funcionar três vezes por semana. Essa resolução pode ter sido decidida após a participação da mutual no Congresso Operário de 1898, já que uma das resoluções do evento foi a "criação de escolas nas sedes sociais".¹⁵⁴

Já a União só efetivou uma escola na sua sede em 1922 (não temos indícios de por que isso aconteceu apenas muitos anos depois do que na Liga), com o auxílio da prefeitura que pagou 70\$000 para a professora responsável, Graciana Garcia Mendoza, como demonstra a seguinte informação: "o ensino é gratuito, sendo recebidos não só filhos de sócios da União, como também outras crianças que queiram aprender".¹⁵⁵

¹⁵² *O Commercio*, 13/03/1912, p. 2; 03/12/1913, p. 1 e 20/04/1921, p. 3.

¹⁵³ *O Commercio*, 27/08/1902, p. 3.

¹⁵⁴ PETERSEN, op. cit., 2001, p. 114 e LIVRO de Atas..., op. cit., 04/07/1898, folha 3 e 14/08/1898, folha 3.

¹⁵⁵ *O Commercio*, 08/03/1922, p. 2.



(Figura 4: Sede, fundadores e diretoria da União Operária em 1922. In: CAMOZATO, Benjamin C. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira, 1922)

Em 1901, o sócio da Liga Francisco Pedrazani propôs a criação de uma biblioteca. Na União, encontra-se indício da existência de uma biblioteca em 1913.¹⁵⁶

Assim como em muitas associações operárias do Brasil e do Rio Grande do Sul, existia alguma preocupação pedagógica dos sócios das mutuais principalmente com as crianças das famílias dos associados¹⁵⁷.

Para ter acesso aos socorros, nas duas mutuais, era necessário pagar a mensalidade assiduamente, pois, antes de qualquer coisa, era preciso manter e ampliar os recursos das associações para prestar os auxílios com eficiência. Na Liga, em 1900, a jóia para integrar a sociedade custava 5\$000 e a mensalidade 1\$000.¹⁵⁸ Em 1905, a sociedade elevava uma multa que estava prevista no artigo 15 dos

¹⁵⁶ LIVRO de Atas ... op. cit., 02/06/1901, folha 4 e *O Commercio*, 30/07/1913, p. 3.

¹⁵⁷ Sobre a relação entre educação e movimento operário na Primeira República ver: GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação e Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1987 e ARAVANIS, Evangelia. *A Educação Formal implementada pelos operários no Rio Grande do Sul do Início da 1ª República (1889-1920)*. In: Idem; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz (org.). *Cultura Operária: trabalho e resistências*. Brasília: Ex-Libris, 2010.

¹⁵⁸ LIVRO de Atas ... op. cit., 06/03/1900, folha 17.

estatutos de 25\$000 para 100\$000.¹⁵⁹ A inadimplência era um problema recorrente para as sociedades. Um aviso da Liga asseverava, em 1906: “o sócio quando enfermo, que vier sanar o seu débito, só poderá perceber os benefícios concedidos pelo estatuto depois de 3 meses decorridos ao pagamento”.¹⁶⁰ Em 1921, a União elevou a mensalidade de 1\$000 para 1\$500.

Todas essas modificações foram acompanhadas de adendos ou reformas dos estatutos, o que pode indicar uma mudança freqüente no quadro social das mutuais e na estrutura da prestação dos socorros que exigia mudanças periódicas nos parâmetros organizativos das sociedades.

Um quesito fundamental para o possível sucesso das mutuais no oferecimento dos auxílios era a estrutura proporcionada pelas sedes próprias que ambas associações possuíam. Sobre a importância das sedes, Silva Jr. afirmou que:

De resto, é fácil constatar que uma das representações mais comuns das sociedades de socorros mútuos sejam suas sedes, como se elas condensassem os sentidos de uma mutual. De certo modo, condensam, sim, por normalmente resultarem de um esforço coletivo de poupança, empreendido por muitos anos; esse resultado não é um tesouro, mas um instrumento que realimenta a sociabilidade [...] Há motivos para crer que, quanto menor a localidade onde se encontra, maior é a probabilidade da mutual se converter em espaço importante de sociabilidade que transcende eventuais critérios de fechamento, tal como também ocorria na Irlanda¹⁶¹.

Reproduzo a seguir o excerto de uma notícia sobre a inauguração da sede da Liga Operária em 1902, erguida apenas 5 anos após a fundação da mutual:

¹⁵⁹ *O Commercio*, 12/07/1905, p. 2.

¹⁶⁰ *O Commercio*, 18/07/1906, p. 3.

¹⁶¹ SILVA Jr., op. cit., p. 219-20.

A festa da inauguração do edifício social da Liga Operária realizada domingo, 8 do corrente, de caráter essencialmente progressista, foi um belo padrão de glórias do inteligente esforço do operariado desta cidade.

A classe operária que é uma das mais consideradas pelo impulso vigoroso que imprime a todas as dependências do vasto arsenal do Trabalho, bem merece o acatamento com que são distinguidos os obreiros da transformação das energias da matéria, sob o olhar vigilante da ciência.

E não julgueis, ó trabalhadores incansáveis, que o suor com que lubrificais os bronzes das usinas do trabalho, seja menos produtivo, seja menos respeitado do que o evoluir da ciência, fecundando os alicerces do porvir.

Não, porque o operário de hoje está nivelado pela solidariedade universal – ao artista, ao sábio, ao cientista, porque ele é o executor das conquistas da inteligência em todas as ramificações da arte.¹⁶²

Mais uma vez, os redatores do jornal não perderam a oportunidade de associar o êxito do empreendimento da sede da Liga à imagem reproduzida outras vezes por eles do papel da classe operária na sociedade moderna. O operário, nesse caso, é considerado tão importante quanto o cientista, já que pelas suas mãos passa a transformação da matéria bruta e a concretização do progresso material da sociedade.

2.3 Conclusão parcial

Como adiantamos na introdução, a composição do quadro associativo das mutuais, especialmente as diretorias, formadas majoritariamente por patrões não me parece ter sido (pelo menos não centralmente) conseqüência de uma atitude “manipuladora” por parte dos proprietários de fábricas e oficinas ou mesmo de uma suposta fragilidade da “consciência de classe” dos trabalhadores cachoeirenses.

Na hipótese que defendo aqui, foi a configuração específica do contexto histórico do final do século XIX e início do século XX em

¹⁶² *O Commercio*, 11/06/1902, p. 3.

Cachoeira que possibilitou a criação e o desenvolvimento de sociedades de socorro mútuo operárias cujas diretorias eram lideradas pelo patrões. Pequenos e médios proprietários, ao lado de trabalhadores artesãos, teriam investido na promoção de uma imagem do que seria o operário coadunada com a confiança no progresso e na harmonia entre os agentes sociais para atingir o desenvolvimento da sociedade.

Mesmo que pareça óbvia demais essa vinculação entre contexto histórico e características de uma associação, reforçá-la é tarefa indispensável já que por muito tempo estas características foram interpretadas mais do ponto de vista político (principalmente na disputa dentro da militância), incluindo-as dentro de uma grade de leitura determinista, do que pensando nas condições históricas que tornavam possíveis e mais viáveis esta ou aquela configuração associativa.

Apesar de extensa, vale a pena citar aqui um modelo de análise desenvolvido por Geneviève Poujol para pensar essas relações entre contexto histórico e fenômeno associativo:

1. a reunião de pessoas é primordial, porque esses voluntários são impelidos pela "necessidade de estabelecer um novo tipo de controle social que determine seu lugar na sociedade", tanto quanto pela promoção da idéia geradora ou pelo respeito ao fundador de seu agrupamento;
2. a associação ao nascer procura agir sobre uma instituição já estabelecida, a "instituição-alvo"; recebe então a cooperação de uma "instituição-apoio" que também visa o mesmo alvo: *toda associação se posiciona portanto desde a origem entre poderes organizados e já em relação.*
3. "É nos conflitos que a opõem à instituição-alvo que a associação encontra sua coerência"; e , acrescentaríamos nós, o primeiro segredo de sua longevidade;
4. ao se desenvolver, a associação transforma-se em instituição, multiplica as materializações de sua ação e se torna um órgão de seleção de elites, "uma escola de quadros sociais";
5. a associação enfrenta sempre com dificuldade as etapas de renovação de seu recrutamento e de seus dirigentes, que chegam até ela graças a seu próprio impulso de mobilidade social. Poderíamos especificar que essa dificuldade de perpetuar a idéia fundadora com novos voluntários é causa freqüente de enfraquecimento ou de desaparecimento de associações. Assim [...] "essas associações surgem onde se produz um vazio de controle social ou um vazio de poder, porque os poderes organizados ainda não tiveram tempo de se apoderar dele. A

forma desse lugar social é delimitada pelo conjunto de estruturas organizadas que o cercam". [...] Este modelo, sem dúvida, reduz demasiadamente o papel do ideal fundador e valoriza o da vizinhança institucional na vida e morte do voluntariado.¹⁶³

Pensando nos pressupostos deste modelo desenvolvido por Poujol, poderia afirmar que é fundamental para elucidar as características das associações voluntárias (que é o caso das mutuais) identificar a "vizinhança institucional" e "os poderes em relação" que fazem parte do contexto de origem e desenvolvimento das sociedades de socorros mútuos estudadas.

A presença ativa dos padrões neste contexto de fundação das mutuais cachoeirenses pode ser a expressão de uma tendência mais geral da participação dos grupos dominantes na criação de associações, como identificou Pablo Vagliente para o contexto argentino:

En esta construcción simultánea de múltiples estructuras (la de la Nación, la de la esfera pública, la de la sociedad civil moderna, la del capitalismo liberal, la del pacto oligárquico, la de una Iglesia Católica nacional...), los agentes en los grupos dominantes en el Estado provincial son muchas veces los mismos agentes que crean asociaciones. Lo que hace más difícil el dilucidar si éstas fueron promovidas "desde arriba" o respondieron a um estímulo específico de la sociedad civil¹⁶⁴.

A dúvida que conclui este trecho pode ser traduzida para o problema desta pesquisa da seguinte forma: se a participação majoritária dos padrões nas diretorias das mutuais cachoeirenses é uma consequência da configuração social da cidade na transição entre os séculos XIX e XX (que propiciou a aproximação de padrões e operários pela noção do trabalho como fator de progresso), esta situação teria

¹⁶³ RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 312.

¹⁶⁴ VAGLIENTE, Pablo. El asociativismo comparado: Buenos Aires y Córdoba en la etapa de la explosión asociativa (1850-1890). In: *Anais*. Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (disponível em CD-ROM), p. 6-7.

sido gerada por uma combinação fortuita de interesses da sociedade civil e dos grupos sociais envolvidos ou foi construída a partir de interesses bem definidos por parte destes últimos. Infelizmente, esta é uma dúvida que permanece mesmo ao final desta dissertação.

3 – OUTROS CAMINHOS: PATRÕES E TRABALHADORES ALÉM DAS MUTUAIS OPERÁRIAS

Neste terceiro capítulo, o objetivo é analisar as atividades dos operários e patrões sócios da Liga e da União que extrapolaram o ambiente associativo dessas duas sociedades, seja na comemoração do 1º de Maio, que partia das mutuals mas tomava uma proporção maior que elas e a atuação daqueles em outras associações, tentando identificar características que possam auxiliar no entendimento dessa presença marcante dos patrões e não dos operários nas sociedades mutualistas estudadas.

Apesar das interpretações que privilegiam a análise do caráter oligárquico excludente do contexto político da Primeira República, alguns estudos, incluindo aqueles vinculados à história do movimento operário, têm demonstrado outras facetas deste período histórico. Tais estudos demonstraram como muitas experiências associativas foram criadas no período não só com objetivos previdenciários, como seria o caso, à primeira vista, das mutuals, mas também com a intenção da representação de interesses. Logo, mesmo que nas relações políticas relacionadas ao Estado o “liberalismo excludente” limitasse a participação da maioria dos indivíduos, muitos destes organizaram-se em associações no sentido de interferir e pressionar nas decisões tomadas nas esferas da vida política às quais não tinham acesso direto. Como bem lembrou Beatriz Loner:

Os anos de 1880 marcaram o momento inicial da organização classista no Rio Grande do Sul, no qual várias categorias tornaram-se entidades mutualistas [sic], onde a questão da representação de interesses já disputava espaço com a questão previdenciária. Isso fez parte de um movimento associativo muito maior, abrangendo vários setores da sociedade, o qual via na organização de interesses um caminho para o progresso, a modernização e a inserção do Brasil entre as sociedades

adiantadas do mundo, cujo referencial, naquele momento, era a Europa.¹⁶⁵

Ao longo da Primeira República, associações com diferentes objetivos foram fundadas em Cachoeira. Muitas delas se relacionaram intrinsecamente com as sociedades beneficentes operárias, sendo inclusive criadas por seus membros.

Uma característica fundamental desse contexto associativo, que perdurou durante todo esse período pesquisado, foi a pluralidade de experiências organizativas, incluindo as mutuais operárias, as sociedades étnicas, os clubes de recreação, as sociedades musicais, as sociedades dramáticas, entre outras.

3.1. O 1º de Maio

As comemorações do 1º de Maio no Brasil iniciaram, segundo Silvia Petersen, um ano depois das atividades marcadas para o 1º de Maio de 1890 pela Segunda Internacional. Estas últimas, inclusive, foram noticiadas no Brasil pelo jornal *O Estado de São Paulo*. Em 1891, os jornais *Diário Popular*, de São Paulo, e *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, noticiaram os festejos operários nas duas maiores cidades brasileiras.¹⁶⁶

Já no Rio Grande do Sul, o 1º de Maio foi “comemorado [...] desde 1892, primeiro em Porto Alegre e logo em todas as cidades em que o movimento operário tinha alguma expressão”. Os eventos foram

¹⁶⁵ LONER, Beatriz Ana. O movimento operário. In: HEINZ, Flávio; AXT, Gunter (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República Velha (1889-1930). V. 3. Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 499.

¹⁶⁶ PETERSEN, Silvia. Proletários e subversivos. In: *Nossa História*, n. 7. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, maio 2004. No entanto, Dioge Konrad indica que no Brasil, em 1891 apenas houve a circulação de um jornal chamado *1º de Maio*, enquanto que apenas em abril de 1894, na II Conferência dos Socialistas Brasileiros, foram aprovadas as resoluções do Congresso de Paris e a comemoração do próximo 1º de Maio. Cita também, na p. 194, o artigo de Vicente Salles, no qual o autor, entretanto, fala que no Pará, foi chamado um 1º de Maio para 1892, abortado pela polícia. Por sua vez, em 1º de Maio de 1895, em recinto fechado, o Centro Socialista de Santos – SP, comemorou pela primeira vez a data no Brasil. Para isso, ver: KONRAD, Diorge Alceno. História dos trabalhadores brasileiros e o 1º de Maio. In: Idem; WEBER, Beatriz Teixeira (org.). *Visões do mundo contemporâneo: caminhos, mitos e muros*. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2007, p. 187-196.

noticiados por *A Federação*, órgão oficial do PRR e pelo *Diário Popular*, em Pelotas. Ambos os jornais ressaltaram o caráter pacífico das atividades, exemplificando, desde as primeiras comemorações, o sentido que a imprensa não-operária procurava atribuir às manifestações do 1º de Maio.¹⁶⁷

No tipo de comemoração mais freqüente realizada no estado:

as associações saíam em desfile, portando seus estandartes e fazendo saudações operárias nas sedes das co-irmãs, diante das quais o préstito passava. Também era comum que a manifestação encerrasse com um comício, seguido de um piquenique ou outra festividade que congregava os operários e suas famílias.¹⁶⁸

Ao longo da Primeira República, as manifestações de 1º de Maio no Rio Grande do Sul foram, em sua maioria, organizadas pelas inúmeras associações operárias fundadas em diversos municípios do estado. O associativismo operário teve origem na segunda metade do século XIX e expressou-se de diversas maneiras, desde sociedades beneficentes (ou de socorro-mútuo) até sociedades de inspiração socialista e anarquista. Foram essas associações que, representando os operários alijados da política oligárquica então vigente e, também, da relativa prosperidade econômica das atividades rurais e urbanas, construíram os parâmetros identitários para parcelas da classe operária e as representaram politicamente.

Essa identidade operária era construída tanto em oposição aos patrões, o que não parece ser o caso de Cachoeira, quanto em relação ao que se denominava na época de "classes perigosas".¹⁶⁹ Nesse sentido, as manifestações de 1º de Maio ocuparam lugar privilegiado, pois foram os momentos nos quais, na maioria das vezes, reunia-se o

¹⁶⁷ PETERSEN, Sílvia R. F.; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, v. 1, p. 239.

¹⁶⁸ Idem, *ibid.*

¹⁶⁹ BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGH-UFRGS, 2005.

maior número de operários para tratar da situação de classe e pensar sua participação na sociedade em geral. Como as atividades sociais baseadas na idéia de “classe operária” era quase monopólio dos operários envolvidos com o associativismo, era comum que as comemorações do 1º de Maio fossem realizadas pelas ligas e uniões. Estas, dentro das sedes ou nas ruas das cidades, promoviam sessões solenes e atos públicos em alusão à data consagrada ao trabalhador.

Na cidade de Cachoeira não foi diferente. As duas associações criadas durante a Primeira República, a Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense e a Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio promoveram diversas atividades em alusão ao 1º de Maio. A primeira referência da comemoração da data na cidade é de 1899, ano em que a Liga Operária, em seu livro de atas, instituiu a comemoração do referido dia, já entendida como “festividade” e, provavelmente comemorada com brindes, já que foi explicitado no documento que a copa deveria ser paga pelos sócios.

Com relação à União, é interessante notar que em seu nome consta “1º de Maio”, demonstrando como essa data representava, já em 1900, uma referência identitária para o trabalhador cachoeirense, sendo criada uma associação com esse nome.

Em 1900, o jornal *O Commercio*, fundado no mesmo ano, já noticiava as comemorações do 1º de Maio: “não passou despercebido à digna classe operária desta cidade o tradicional 1º de Maio; eles comemoraram-no entusiasticamente com muita música, foguetes, passeata cívica, etc. etc.”.¹⁷⁰ Note-se que a palavra “tradicional” explicita certa aceitação das comemorações pelos editores do jornal e indica a incidência de comemorações anteriores da data, como a de 1899 pode comprovar. Também é importante destacar a forma da comemoração, com música, foguetes e passeata, bem ao estilo da compreensão do 1º de Maio como “festividade”.

¹⁷⁰ *O Commercio*, 02/05/1900, p. 2.

Em 1901, o mesmo jornal referiu-se novamente à data:

Não passará despercebido entre nós o dia de hoje, o popular 1º de maio, consagrado por todos os operários do mundo civilizado à glorificação do trabalho.

As dignas sociedades "Liga Operária Internacional Cachoeirense e Beneficente União Operária 1º de Maio" festejá-lo-ão devidamente, bem como a laboriosa classe operária desta cidade.¹⁷¹

Novamente, a partir do adjetivo "popular" é destacado o caráter de aceitação da data entre a sociedade cachoeirense além de, com ele, retirar o caráter classista do dia. Corroborando também essa noção, está a expressão que afirma ser o 1º de Maio "consagrado [...] à glorificação do trabalho", atribuindo-se a este uma sacralidade, afastando-se da realidade histórico-social de exploração. Além disso, os adjetivos "civilizado" e "dignas" e o advérbio "devidamente" representam os horizontes de conduta a serem seguidos pelos operários. A palavra "devidamente" provavelmente indica a comemoração como festa e não como protesto, como acontecia em outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil nesses anos, ou seja, quem não comemorasse a data devidamente não era integrante do "mundo civilizado". Também a expressão classe operária é adjetivada como "laboriosa", podendo indicar que existissem, dentro da compreensão do jornal, operários que não trabalhassem ou que, provavelmente, fossem desordeiros. Mesmo assim, aparentemente, no enunciado do jornal, há uma separação entre as associações operárias e a "classe operária", provavelmente indicando que aquelas não eram reconhecidas como representante parcial ou total desta classe.

Não obstante, mais ilustrativa ainda para caracterizarmos as manifestações de 1º de Maio em Cachoeira é a notícia de 1904 que, apesar de extensa, é importante para nossa análise:

¹⁷¹ *O Commercio*, 01/05/1901, p.3.

O operariado desta cidade comemorou a data de 1^o de Maio com diversas manifestações de regozijo.

Nas sedes das associações operárias se fizeram sessões e outras demonstrações de fraternal solidariedade entre os filhos do trabalho.

A associação B. União Operária 1^o de Maio solenizou a grande data com uma sessão magna, às 5 horas da tarde, à qual compareceu grande número de operários e cidadãos de todas as classes sociais.

A sessão, que foi presidida pelo nosso patrício e ilustrado advogado deste foro, sr. José M. Porto, sócio benemérito da 1^o de Maio, a convite de seu presidente, o sr. Venancio Erico da Trindade, teve o máximo brilhantismo. [...]

Usaram da palavra também os srs. João Porto em nome do Club Caixeiral, Joaquim Ribeiro Filho e Antonio Ribeiro.

Na cerimônia do batismo do novo estandarte da "B. União Operária 1^o de Maio" serviram de paraninfos a convite da diretoria os srs. João Porto e Antonio Marques Ribeiro. Depois de uma oração brilhante e toda cheia de ensinamentos de alto valor o sr. J. Mariano Porto encerrou a sessão.

Em seguida, foi servido a todos um copo de cerveja trocando-se ainda vários brindes à imprensa, às associações, etc. A comissão do Club Caixeiral era composta dos srs. Achyles Vieira, João Porto, Christovam Zinn e João Lucio; a da Liga Operária compunha-se dos srs. Antonio Ribeiro, Miguel Peixoto e Damásio José da Silva.

Esta redação também fez-se representar.

A frente do edifício estava galhardamente enfeitada, sendo também erguido um coreto, onde tocou, durante a sessão, a banda Lyra Cachoeirense.

A sessão da sociedade dramática Instrução Recreativa, composta de operários, teve lugar a 1 hora da tarde, falando diversos consócios.

A fachada da sede desta sociedade amanheceu toda embandeirada.

Os festejos aí se prolongaram até à meia-noite, sendo cumprimentada pelas bandas Lyra Cachoeirense e União dos Artistas.

O Club Caixeiral e esta redação também conservaram hasteados, durante o dia, os seus pavilhões, em homenagem ao trabalho.

A Liga Operária realizou a sua sessão comemorativa às 3 horas da tarde, falando o orador oficial sr. Emiliano Alves.

À noite a União Operária promoveu uma entusiástica *marche aux flambeaux*, a que se associaram o Club Carnavalesco Diabo a 4 e a Instrução Recreativa.

Na frente do edifício desta sociedade parou o préstito, e em nome da União saudou- a em breves e entusiásticas palavras o sr. Honorato Soares. Respondeu, agradecendo e manifestando a solidariedade da Instrução, o seu presidente, sr. João Teixeira Pinto.

Dirigiu-se o préstito para a sede da Liga Operária, onde entre membros das sociedades co-irmãs trocaram-se as mais amistosas saudações.

Aí falaram, pronunciando fervorosos discursos, os srs.: Antonio Ribeiro da Silva, pela União; Joaquim Ribeiro Filho, pelo Diabo a 4 e Emiliano Alves, pela Liga.

De regresso à sede da União, a massa popular estacou em frente à residência do provector advogado, nosso amigo Mariano Porto, e em nome da classe operária, saudou-o o sr. Honorato Soares.

Aquele cidadão, em breves palavras agradeceu, com seu proverbial cavalheirismo, a prova de apreço que lhe tributavam os filhos do trabalho, pondo à disposição, mais uma vez, os seus serviços em defesa da classe.

O préstito dissolveu-se na sede da União Operária entre ruidosas aclamações.

Durante o dia, foram queimadas nas sedes das diversas sociedades dezenas de foguetes e dinamites.¹⁷²

Essa descrição dá uma idéia da dinâmica e das características das manifestações do 1º de Maio em Cachoeira. São relevantes diversos aspectos: a participação de “todas as classes” na comemoração da data; a participação de outras associações, como a do Clube Caixeiral e de um clube carnavalesco; a presença da redação do jornal que noticiou o evento; somam-se a isso o “batismo” de um estandarte, os brindes, a participação de uma banda de música, as sessões solenes, os fogos de artifício e os discursos de profissionais liberais, como o advogado que prestava serviço para as associações operárias e era também sócio benemérito de uma delas.

A partir desses elementos podemos delinear algumas interpretações. Ambas as sociedades operárias, de caráter beneficente, possuíam como membros não só operários, mas também profissionais liberais, como advogados e médicos, militares, pequenos proprietários e até mesmo empresários industriais da cidade. Essa heterogeneidade na composição das associações, cujos sócios também integravam outras sociedades, como a Sociedade Instrução Recreativa, o Clube Carnavalesco Diabo a 4 e, mais tarde, a Sociedade Italiana Príncipe Umberto (fundada em 1912), imprimiam nelas um caráter de “harmonia social”. Pois, operários, patrões e outros grupos sociais conviviam

¹⁷² *O Commercio*, 04/05/1904, p. 3.

amistosamente e, inclusive, comemoravam juntos a data consagrada ao trabalho, todos considerando, aparentemente, a importância do trabalhador, desde que esse fosse digno e laborioso, na incipiente sociedade urbana que se desenvolvia.

Outra característica comum a diversas manifestações de 1º de maio relatada na notícia foram as sessões solenes nas entidades operárias que, para Hobsbawm, junto com as bandeiras vermelhas e as comemorações de 1º de maio fazem parte dos principais rituais operários.¹⁷³ Nessas sessões destacavam-se as homenagens a alguns sócios ou a indivíduos que prestavam serviço às entidades, como foi o caso do advogado Mariano Porto em 1904.

A participação das bandas de música Lyra Cachoeirense, União dos Artistas e Estrella Cachoeirense (em outros anos), compostas de operários foi freqüente ao longo das comemorações de 1º de maio durante a Primeira República. Também participou diversas vezes a sociedade dramática Instrução Recreativa, como ressaltado no item 1.4 desse texto.

Para não esquecermos o caráter festivo, salientamos novamente os brindes e os foguetes na comemoração da data.

Ainda em 1905, a comemoração do 1º de Maio seguiu o exemplo de anos anteriores:

Como nos anos anteriores não passou despercebido no seio da laboriosa classe operária desta cidade, o dia 1º de maio, data consagrada à evolução social do operariado, universalmente comemorada.

O tempo não permitiu que os festejos projetados fossem completos, pelo que deixou de efetuar-se à noite, a manifestação popular.

A União Operária 1º de Maio comemorou o dia 1º com uma sessão magna, que teve lugar às 6 horas da tarde, assistida por crescido número de sócios e visitantes.

A convite do presidente da sociedade, sr. João Carlos Brandes, presidiu a assembléia o sr. Tenente-coronel João Alberto de Souza, orando o sr. Antonio Ribeiro da Silva, que produziu uma entusiástica alocução.

Terminada a sessão foi oferecido um profuso copo de cerveja.

¹⁷³ Idem, *ibid.*

A frente do edifício desta sociedade estava toda embandeirada e à noite iluminada.

A sociedade musical Estrella Cachoeirense também festejou a passagem do dia 1º de maio, reunindo em sua sede, às 4 horas da tarde, diversos operários e visitantes. Usaram da palavra vários cidadãos, sendo servido aos presentes, doces e cerveja.

A Instrução Recreativa deu em sua sede um espetáculo de gala, em homenagem ao operariado cachoeirense.

O salão desta sociedade estava caprichosamente ornamentado. Também os clubes Caixeiral, General Portinho e Comercial e a redação desta folha hastearam pavilhões.

[...] Em comemoração ao dia 1º de Maio, consagrado universalmente à reivindicação da classe operária, a Sociedade dramática Instrução Recreativa levou à cena anteontem o magnífico drama intitulado Os Filhos da Canalha, em 4 atos e o chistoso monólogo Viva o fado!

A platéia do pequeno palco-salão ficou literalmente cheia.

Tomaram parte na representação do drama os amadores João Teixeira Pinto, Roberto Silva, o menino Euclides Rosa, Alfredo Ferreira, Avelino Trindade e o menino Antonio Ferreira, que se conduziram satisfatoriamente, recebendo fortes aplausos do auditório.

O amador João Ferreira dos Santos fechou o agradável sarau dramático com o monólogo referido, cuja interpretação satisfez também.

O espetáculo foi abrihantado gentilmente pela banda Estrella Cachoeirense.¹⁷⁴

Notamos novamente, nesse ano, o caráter festivo da comemoração, com teatro, música, doces e cerveja e a presença de setores não-operários nas manifestações e sessões solenes, como um tenente-coronel e representantes de outras associações, como os clubes Caixeiral e Comercial.

Em 1906 é a primeira vez que aparece a expressão “reivindicação de direitos” associada ao 1º de maio, porém, o restante da notícia não difere das comemorações anteriores:

Primeiro de maio: não passou despercebido, nesta cidade, o dia de ontem, data que assinala o início de reivindicação de direitos que reclama o operariado universal.

A conceituada sociedade União Operária 1º de Maio, como de costume, comemorou condignamente a gloriosa data, realizando à noite uma concorrida sessão magna.

Por essa ocasião foi oferecido pela diretoria ao sr. Jeronymo Brandes, presidente da associação, o seu retrato a crayon [sic], trabalho do inteligente amador, sr. Antonio Ribeiro da Silva.

¹⁷⁴ *O Commercio*. 03/05/1905, p. 2.

Falou em nome dos ofertantes o 2º secretário sr. Joaquim Ribeiro Filho, que enalteceu as qualidades morais do digno presidente da União Operária.

O sr. Jeronymo Brandes, em breves palavras, agradeceu a homenagem que lhe tributavam os seus companheiros de diretoria.

Fizeram ainda uso da palavra outros oradores, pronunciando entusiásticos discursos análogos ao grande dia do Trabalho.

Em seguida os sócios e mais pessoas presentes foram levar à sua residência o sr. Jeronymo Brandes, que a todos cumulou de gentilezas.

Durante o dia foi muito visitada a sede da sociedade e queimada grande quantidade de foguetes.¹⁷⁵

Em 1913, as comemorações também são semelhantes aos anos anteriores:

O dia consagrado à comemoração do trabalho, o 1º de Maio, não passou deslembrado pela classe operária desta cidade.

As sociedades locais Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio, ambas beneficentes, festejaram essa simpática data.

Ao soar da meia noite, anunciando que findava o último dia de abril e despontava o radioso maio, inúmeros foguetes de dinamite subiram atroando nos ares, e a banda musical Estrella Cachoeirense, composta exclusivamente de artistas operários, sob a regência do maestrino José Agostinho Ferreira, fez-se ouvir até ao alvorecer do dia e percorreu algumas ruas da cidade, despertando com seus acordes aos apologistas [sic] de Morpheu.

Os prédios das associações ditas amanheceram profusamente adornados, interna e externamente, bem como suas adjacências, com variegados galhardetes [sic], folhagens, etc.

Em regozijo à grandiosa data comemorativa da festa do trabalho houve, à tarde, sessões magnas efetuadas nas sedes sociais do operariado cachoeirense.

Na sede da União Operária houve uma sessão magna às 6 horas da tarde, orando os srs. Antonio José Ribeiro e Manoel Gomes Pereira.

Por proposta dos consócios Jeronymo Brandes e Francisco Alves Duarte, propostas que foram acolhidas com uma entusiástica salva de palmas, foram concedidos os títulos de sócios benfeitores aos srs. Antonio José Ribeiro da Silva, Manoel Gomes Pereira e João Carlos Brandes, antigos e esforçados batalhadores da União Operária 1º de Maio, aos quais enviamos nossas felicitações pela justa distinção de que foram alvo.

Na Liga, por ocasião da sessão, depois de seu presidente Antonio Simões haver explicado os motivos da concorrida e festiva reunião, fez uma alocação referente ao objetivo que se

¹⁷⁵ *O Commercio*. 02/05/1906, p. 2.

tinha em vista, o consócio e orador nosso amigo Augusto Brandão, advogado deste foro.

Na respectiva ata, lavrada pelo secretário tenente Damásio José da Silva, consta a deliberação do presidente, nomeando uma comissão composta dos membros da diretoria, para cumprimentar à União, que nesse dia festejava mais um aniversário de sua fundação. Quando, porém, a comissão aprestava-se para o desempenho da missão que lhe fora confiada, a Liga foi agradavelmente surpreendida com a visita da diretoria da sua co-irmã, a União, também representada por seu presidente José Branco Alvares, acompanhados de outros consócios e pela banda musical Estrella Cachoeirense, que durante o dia concorreu para realçar os festejos, tocando, ora em uma, ora em outra das sociedades operárias.

A União, visitante, teve por seu intérprete o seu orador Antonio José Ribeiro da Silva, que foi secundado pelo popular orador Manoel Gomes Pereira, reputado operário e ardoroso membro dos dois grêmios. Os oradores foram aplaudidos.

À gentileza da União, agradeceu, penhoradamente, a Liga, pelo seu legítimo órgão; e, por esse motivo, ainda fez uso da palavra o orador da União.

Os presentes foram obsequiados com alguns copos de boa cerveja e cálices de vinho do Porto, reinando harmonia entre todos os convivas.

Após amistosa palestra, os confrades da Liga foram acompanhar os da União à sua sede social, tendo-se, assim, formado um numeroso préstito, puxado pela banda musical, no qual se viam tremular os estandartes e bandeiras desfraldados, à luz de lanternas variegadas, etc.

Lá chegado, também foi servida boa cerveja a todos, mantendo-se animada e cordial palestra, até a hora em que se aproximava a função cinematográfica do Colyseu Cachoeirense. [...]

Causou ótima impressão a confraternização observada entre as classes laboriosas, fatores de progresso e levantamento do nível social e moral do operariado.

Para o vindouro 1º de maio de 1914 e dos que lhe forem sucedendo, será muito conveniente que a Liga e a União se congreguem, afim de que possam com mais vigor, entusiasmo e brilhantismo festejar a memorável data, que ocupa o primeiro lugar no calendário operário, a exemplo do que se pratica em Porto Alegre e outras cidades do nosso estado.

São estes os nossos votos.¹⁷⁶

Nesse ano, percebemos uma pequena mudança na comemoração da data, a partir dele, as sessões de cinema no “Colyseu Cachoeirense” substituem os espetáculos teatrais da “Instrução Recreativa”, que não é mais noticiada e as razões para tal não são bem conhecidas.

¹⁷⁶ *O Commércio*. 07/05/1913, p. 2.



(Figura 5: Rua 7 de Setembro em 1927, com o Banco da Província ao fundo e, à esquerda, uma parte do prédio do Colyseu Cachoeirense. Acervo do Museu Municipal de Cachoeira do Sul)

Continua nesse ano a parceria das associações na comemoração, com integrantes das mesmas visitando as sedes da Liga e da União. Foram recorrentes ainda a concessão de títulos de sócios beneméritos e as presenças de uma banda musical e de “oradores populares”, ou seja, existiam indivíduos especializados em discursar sobre a data e lhe atribuir o sentido que lhes parecesse mais verdadeiro. Note-se também o estímulo que o redator do jornal dá à comemoração, desejando sua continuidade e a comemoração envolvendo a Liga e a União, além de se referir às comemorações em Porto Alegre e em outras cidades do estado. Isto evidencia que havia informações sobre as manifestações operárias em outros locais do Rio Grande do Sul, mesmo que estas fossem selecionadas pelo jornal, em função de muitas delas contrariar o sentido atribuído por seus editores ao papel a ser desempenhado pelo operário na sociedade.

Em 1919, um discurso interessante é proferido na comemoração de 1º de Maio pelo advogado e membro do PRR, Odon Cavalcanti,

convidado da União Operária para as festividades. Abaixo reproduzimos apenas um trecho do conteúdo do discurso como ilustração:

Neste ponto o orador demorou-se estudando o socialismo na Alemanha, de onde irradiou para toda a Europa o conjugado socialista: socialização dos meios de produção e circulação; posse individual somente dos objetos de uso. [...]

Em seguida o orador estudou as teorias expendidas por Carlos Marx em sua obra *O Capital*, que chama o foco de onde irradiou o socialismo para toda a Europa.

Relembrou a vida tumultuária desse herói, e a sua ação na Alemanha, França e Inglaterra, de onde dirigiu incognitamente a *Internacional*.

Em 87 e 88 já o movimento político socialista havia conquistado na pátria de Marx centenas de milhares de eleitores enviando ao parlamento 37 deputados. Relembrou ainda a ação de Bebel, o grande adversário de Bismarck, e a de Liebknecht, discípulo de Marx, que morreu septuagenário, com 20 anos de luta, 16 de exílio e 5 de prisão.

O socialismo alemão corporificou-se no congresso de Erfurt, de onde promanou [sic] um programa que foi adotado por todos os centros socialistas da Europa.

O orador estudou o desenvolvimento do socialismo na França, na Inglaterra, na Itália e na Espanha, e resumiu o seu programa com as idéias de Benoit Malon no *Le nouveau parti*, e na célebre obra de Jules Guedes *Colectivisme et revolution*.¹⁷⁷

Esse conhecimento sobre as obras de autores socialistas, incluindo Karl Marx, é raro na época e curioso ser proferido por um membro do PRR.

Por último, deve-se salientar a participação de João Neves da Fontoura (filho do antes referido Isidoro Neves da Fontoura, também intendente do município nos anos 1920 e posteriormente político importante nos governos de Getúlio Vargas) discursando no 1º de Maio de 1923, evidenciando mais uma vez a vinculação das práticas políticas do PRR com as associações mutualistas pesquisadas.

Nesse sentido, as comemorações do 1º de Maio em Cachoeira privilegiaram o caráter festivo da data em detrimento do caráter reivindicatório praticado em outras cidades do Rio Grande do Sul e do Brasil e em outras associações operárias.

¹⁷⁷ *O Commercio*, 07/05/1919, p. 1.

Como em outras atividades desenvolvidas pela Liga e pela União, incluindo aquelas relacionadas ao cotidiano de funcionamento das associações, também o 1º de maio teve importante presença dos patrões e de profissionais liberais da cidade, evidenciando que tanto na rotina das associações, quando nos momentos mais especiais, onde inclusive a defesa dos interesses “operários” poderiam ser explicitadas para toda a sociedade, quem estava na liderança, freqüentemente, eram os patrões.

3.2. As sociedades étnicas, dramáticas e recreativas

Entre as associações encontradas que foram criadas antes da Liga Operária (fundada em 1897), estavam as sociedades de tiro ao alvo dos imigrantes e descendentes de alemães: a Schützen-Verein Eintracht (“Sociedade de Atiradores Concórdia”, fundada em 1896) e a D. B. Schützen Club (fundada em 1897). As informações conseguidas sobre a primeira colocam entre seus fundadores Augusto Zimmer, Otto Büchler e Rodolpho Homrich, todos comerciantes e/ou industriais da cidade.

Lembrando as informações do primeiro capítulo, Augusto Zimmer era dono de uma sapataria, Otto Büchler fabricante de sabão e Homrich, além de dono de fábricas de bebidas, foi um dos diretores da Liga Operária em 1904.¹⁷⁸ Da Sociedade Concórdia também participava Otto Mernak, outro importante industrial da cidade e Arthur Fetter, alfaiate membro da diretoria da União Operária em 1905.

Outra associação étnica importante foi a Sociedade Recreativa e Beneficente Príncipe Umberto, dos imigrantes e descendentes de italianos, fundada em 1912. Na sua festa de inauguração, em 1913, fizeram-se presentes representantes da Liga e da União Operária. Além

¹⁷⁸ SCHUH, Ângela; CARLOS, Ione Sanmartin. *Cachoeira: em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, p. 155; *O Commercio*, 01/01/1904, p. 3 (contém uma lista de várias associações da cidade com data de fundação e outras informações, além da diretoria da Liga Operária eleita para aquele ano) e 02/07/1904, p. 1 (contém um manifesto de comerciantes e industrialistas da cidade a Borges de Medeiros a favor da eleição de David Barcellos para a intendência do município).

disso, pelo menos dois de seus membros, Francisco Pedrazzani e Braz Patta, integravam o quadro social da Liga Operária, sendo que o último foi presidente desta. Outro aspecto a ser considerado é que essa sociedade italiana, por seu caráter beneficente, também prestava serviços previdenciários como o Clube Caixeiral e as mutuais operárias.¹⁷⁹



(Figura 6: Sede da Sociedade Italiana Príncipe Umberto. In: CAMOZATO, Benjamin C. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira, 1922)

Em 1900, foi fundada a Sociedade Dramática Recreio dos Operários, posteriormente renomeada como Instrução Recreativa. Em 1904, na festa de comemoração do aniversário do Clube Caixeiral, estiveram presentes na festa membros da Instrução Recreativa e da Liga Operária, já que alguns sócios dessa última participaram da fundação ou do desenvolvimento posterior da referida sociedade dramática, como Emiliano Alves da Silva e Roberto Silva.¹⁸⁰

A Sociedade Dramática Particular Instrução Recreativa vinculou-se por vários anos às iniciativas da Liga Operária, promovendo espetáculos durante as comemorações de 1º de Maio, como em 1905, com a

¹⁷⁹ *O Commercio*, 07/08/1912, p. 3; 09/07/1913.

¹⁸⁰ *O Commercio*, 10/01/1900, p. 3 e 01/01/1904, p. 3.

encenação da peça *Filhos da canalha*, do artista fluminense Joaquim Nunes.¹⁸¹ Em outras oportunidades, também promoveu espetáculos em benefício da Liga, inclusive para angariar fundos para a construção da sede própria da mutual fundada em 1902. Como vemos a seguir:

S. D. P. Instrução Recreativa

Brevemente será levado à cena por esta sociedade dramática o magnífico drama *Vampiros Sociais*, de Antonio José de Araújo Pinheiro.

Consta-nos que este espetáculo será em benefício das obras do prédio que pretende levantar à rua Saldanha Marinho, a sociedade beneficente Liga Operária Internacional.¹⁸²

Outra sociedade dramática composta por membros da Liga e da União Operária, como Antonio Ribeiro da Silva e Guilherme Gaspary, foi o Grupo Dramático Amor a Arte, fundado em 24 de dezembro de 1900. Contudo, o jornal *O Commercio* desse ano intitulava a sociedade como “Filhos d’Arte” e não com o nome anterior, que consta no jornal de 1904. No entanto, não parece ter tido vida longa, já que, além de não se encontrar referências posteriores, em 1902 o mesmo Antonio Ribeiro da Silva e outros sócios da Liga fundaram o Grêmio Dramático Arthur Azevedo.¹⁸³

Desse grupo há algumas informações, como a encenação da peça *Convenções sociais*, do escritor cachoeirense Arthur Soares que, segundo a notícia, seria inspirada no livro *Mensonges conventionales* de Max Nordau, pensador francês que foi uma das fontes de interpretação do socialismo e do positivismo no Rio Grande do Sul.¹⁸⁴

¹⁸¹ *O Commercio*, 03/05/1905, p. 2.

¹⁸² *O Commercio*, 23/10/1901, p. 3.

¹⁸³ *O Commercio*, 01/01/1904, p. 3; 26/12/1900, p. 3 e 24/09/1902, p. 3. Na edição do jornal de 21/02/1906, p. 2, relata-se a fundação desta sociedade que deve ser, salvo engano, uma retomada de atividades.

¹⁸⁴ *O Commercio*, 25/04/1906, p. 2. Há uma edição de 1911 do livro de Nordau na Biblioteca Municipal de Cachoeira do Sul, intitulada *As mentiras convencionaes da nossa civilização*, editada pela Typographia de Francisco Luiz Gonçalves em Lisboa. Sobre alguns comentários da influência de Nordau no Rio Grande do Sul ver: SCHMIDT, Benito Bisso. *Em busca da terra da promessa: a história de dois líderes socialistas*. Porto Alegre: Palmarinca/FUMPROARTE, 2004 e BOEIRA, Nelson. *O Rio Grande de Augusto Comte*. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.) *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 34-59.

Após a primeira década do século XX não encontramos mais informações sobre essas sociedades dramáticas, sendo que as comemorações de 1º de Maio, a partir de 1912, não foram mais comemoradas com espetáculos teatrais, mas sim com sessões de cinema no Colyseu Cachoeirense.

Também nessa época foram importantes as sociedades e as bandas musicais, como a Estrella Cachoeirense, fundada em 1900, e que tinha como regente Roberto Francisco da Silva, sócio-fundador e primeiro presidente da Liga Operária. A banda participou de quase todas as manifestações públicas das mutuais operárias de Cachoeira, como 1º de Maio, aniversários de fundação, entre outras atividades. Essas associações musicais seguiam na época uma tendência nos meios urbanos de criação de sociedades musicais amadoras.¹⁸⁵

Existiram ainda sociedades recreativas fundadas por operários, como a Sociedade Recreio Democrata, fundada em 1906, e o Club Aliança dos Operários, criado em 1917, cujos fins eram “os de proporcionar bailes e reuniões dançantes aos seus associados”, com sócios também integrantes da Liga Operária. Também o Cachoeira Football Club, criado em 1914, teve como primeiro presidente Teobaldo Ruschel, posteriormente ocupando o mesmo cargo na União Operária.¹⁸⁶

Outros clubes recreativos foram: o Elite Cachoeirense, cujo nome já explicita a origem socioeconômica de seus membros e que, entre eles, estava Isidoro Neves da Fontoura, intendente do município, membro do PRR e proprietário de engenhos de arroz, e o clube Recreio Cachoeirense, que tinha como objetivo congregar, para festividades e recreação, a população negra de Cachoeira.

¹⁸⁵ *O Commercio*, 01/01/1904, p. 3; LIVRO de Atas da Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense, 1897, folha 1. Ver também: LUCAS, Maria Elizabeth. Classe dominante e cultura musical no RS: do amadorismo à profissionalização. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.) *RS: cultura & ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 150- 167.

¹⁸⁶ *O Commercio*, 19/09/1917, p. 3.

3.3. Conclusão parcial

Nos primeiro item abordado neste capítulo tentei demonstrar como as comemorações de 1º de Maio promovidas pela Liga e pela União Operária foram canais privilegiados para os membros das duas mutuais divulgar o valor positivo do papel do operário na sociedade moderna, como elemento indispensável do progresso social.

Já no segundo item, citei alguns outros ambientes associativos dos quais participaram diversos sócios da Liga e da União, incluindo patrões e trabalhadores, apenas para demonstrar que esses sujeitos poderiam desenvolver atividades diferenciadas daquelas realizadas nas mutuais, contestando ou reforçando as identidades valorizadas por eles dentro das sociedades de socorros mútuos.

Assim, nas sociedades dramáticas e recreativas operárias todos os membros que tive acesso pelas fontes eram trabalhadores, o que pode indicar a tentativa de alguma parcela do operariado cachoeirense de construir espaços de sociabilidade que não dependessem da interferência direta dos patrões. Enquanto isso, talvez por verem seus objetivos como patrões sendo realizados nas atividades que desenvolviam na Liga e na União, as outras entidades freqüentadas por boa parte dos proprietários eram aquelas de caráter étnico.

Por fim, a combinação das comemorações do 1º de Maio com a atitude dos redatores do jornal *O Commercio* de serem aparentemente “porta-vozes” da interpretação sobre a data, reforçou o que para mim era um dos principais objetivos da participação ativa dos patrões na direção das associações mutualistas: a elaboração, defesa e disseminação de uma visão harmônica da sociedade na qual o operário seria um dos personagens centrais do progresso, interpretação esta provavelmente muito influenciada pela orientação castilhistaborgista de muitos patrões e, principalmente, dos redatores do jornal que divulgava essa leitura da realidade social cachoeirense.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez o principal problema do processo de pesquisa dessa dissertação (como já mencionei na introdução deste texto) tenha sido a minha dificuldade inicial em fazer as perguntas adequadas às fontes das quais dispunha. Como bem lembrou Edward Thompson na formulação de sua “lógica histórica”, a combinação específica entre perguntas e evidências é de suma importância na construção do conhecimento histórico.

A evidência histórica tem determinadas propriedades. Embora lhe possam ser formuladas quaisquer perguntas, apenas algumas serão adequadas. Embora qualquer teoria do processo histórico possa ser proposta, são falsas todas as teorias que não estejam em conformidade com as determinações da evidência. É isto que constitui o tribunal de recursos disciplinar. Nesse sentido é certo [...] que embora o conhecimento histórico deva ficar sempre aquém da confirmação positiva (do tipo adequado à ciência experimental), o falso conhecimento histórico está, em geral, sujeito à desconfirmação¹⁸⁷.

Nesse sentido, as fontes que possuía, relacionadas majoritariamente à presença patronal dentro de associações mutualistas operárias, foram sendo interpretadas à luz da historiografia do movimento operário que, em geral, lidou com evidências diferentes, isto é, fontes que abordavam a participação dos trabalhadores no associativismo mutualista ou nos sindicatos.

Essa situação gerou, em diversos momentos, vários impasses entre as interpretações e as análises mais consagradas daquela produção historiográfica e a documentação coligida para esta pesquisa.

Um destes impasses foi justamente a dificuldade de visualizar um quadro associativo majoritariamente operário na Liga e na União e, por conseguinte, interpretá-las a partir das referências clássicas da história operária. A classificação das associações a partir da social-democracia,

¹⁸⁷ THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 58.

do sindicalismo revolucionário e até mesmo do reformismo perdeu sentido neste caso, já que a presença substancial de proprietários de fábricas e de oficinas nas diretorias das mutuais operárias teve como consequência a produção de uma documentação quase que exclusivamente voltada para a construção de uma noção de “operário” como um trabalhador que deve se integrar ao mundo moderno (no caso do Rio Grande do Sul especialmente após a proclamação da República) e contribuir para o progresso dentro da ordem social.

Como a maioria das minhas leituras concentrava-se em estudos sobre associações operárias que impediam a entrada de patrões e demais proprietários no quadro associativo, por muito tempo atrasei a necessidade de me debruçar sobre as fontes que possuía em busca de indícios que comprovassem a presença de operários nas atividades das mutuais cachoeirenses. Assim, dediquei-me por muito tempo em pensar sobre a *ausência* dos operários nas fontes que dispunha, esquecendo-me de investigar o porquê da *presença* patronal por demais significativa.

Em diversas ocasiões, elaborei hipóteses para tentar entender esta presença patronal ainda baseado nos referenciais dos estudos sobre o movimento operário mais clássico, engessando a explicação da participação de patrões na associação através daquelas noções nem sempre precisas de dominação e manipulação da burguesia sobre o operariado.

Outro impasse refere-se ao debate entre a militância operária, e que foi incorporado (apesar das nuances diferentes) pela historiografia, entre o caráter previdenciário ou de enfrentamento classista das associações. Como durante muito tempo insisti em considerar uma presença operária significativa (mesmo sem comprovação) nas mutuais Liga e União, essa preocupação com os objetivos de securitização ou de luta de classes dos trabalhadores associados, tirou o foco da minha atenção para os possíveis sentidos da participação de proprietários de

fábricas e oficinas em sociedades de socorros mútuos autointituladas operárias.

Em substituição a essa perspectiva, foi necessário redobrar a atenção nas possibilidades de leitura sobre a referida presença patronal, isto é, quais eram as vantagens dos patrões em participar desse tipo de associação e não em alguma dedicada exclusivamente a industriais e comerciantes. E também pensar que tipos de vantagem teriam os eventuais trabalhadores membros dos quadros associativos da Liga e da União ao serem parceiros nessa empreitada de um associativismo mutualista.

Pensar sobre essas vantagens, não significou aqui analisar a ação de patrões e trabalhadores do ponto de vista individual, caindo na tentação de uma abordagem utilitarista (característica de algumas tendências do individualismo metodológico), mas sim investigar as diferentes e por vezes aparentemente contraditórias motivações que os grupos sociais do mundo do trabalho em Cachoeira (na passagem do século XIX para o XX) tiveram para formular essas estratégias associativas.

Assim, minha principal hipótese é de que a presença majoritária de *não-operários* nas sociedades mutualistas *operárias* de Cachoeira denota a possibilidade de múltiplas apropriações do que a palavra *operário* poderia significar naquele contexto entre o final do século XIX e início do século XX.

A partir desse argumento, a participação majoritária de proprietários de fábricas e oficinas nas diretorias da Liga e da União Operária poderia ser explicada pela identificação e interesse dos mesmos pela imagem do operário como um artífice do progresso social no mundo moderno. Se explicasse essa situação através do argumento de que no contexto de consolidação das relações de trabalho livre no Brasil em geral e no Rio Grande do Sul em particular as classes sociais ainda não haviam sofrido um processo de separação com nitidez

provavelmente estaria no caminho certo e respaldado por outros historiadores.

No entanto, aceitando essa explicação, fica a dúvida de porque essa predominância dos patrões nas diretorias das sociedades beneficentes Liga e União perdurou para além das décadas iniciais da República. Nesta altura, o leitor poderia indagar se o motivo desta ocorrência não estaria ligado mesmo a um processo de dominação (talvez paternalista) eficaz dos patrões sobre os trabalhadores de Cachoeira. Contudo, apenas não assino embaixo dessa idéia porque me faltam meios de comprová-la e de detalhar, caso seja efetiva, suas principais características.

Apesar desses impasses e das hipóteses mal resolvidas, penso que em pelo menos três aspectos esta dissertação contribuiu de alguma maneira para a historiografia do mundo do trabalho no Rio Grande do Sul.

O primeiro deles refere-se à ampliação do universo empírico da pesquisa sobre o mundo do trabalho e as associações de trabalhadores no Rio Grande do Sul, já que Cachoeira aparecia apenas eventualmente na historiografia sobre o tema. Como é sabido em casos de estudos como esse, com raríssimas referências de pesquisas anteriores, apesar da vantagem de explorar fontes ainda desconhecidas, existem muitas dificuldades em levar em conta os principais aspectos de determinado contexto histórico cujas informações, no caso de Cachoeira, ainda estão muito dispersas.

Um segundo aspecto vincula-se à análise do fenômeno mutualista a partir de suas especificidades e não como apenas uma etapa do movimento operário, do qual seria uma expressão embrionária e fadada ao desaparecimento assim que os trabalhadores adquirissem uma “verdadeira” consciência de classe. Aliás, a problematização das tensões entre as sociedades de socorros mútuos e a história do movimento

operário ainda promete ser um campo fértil para novas pesquisas na área.

Em terceiro lugar, o que parece ser uma peculiaridade desta dissertação e que talvez seja algo positivo mais pelas perguntas que ficam do que pelas respostas que foram dadas é justamente a característica das fontes das mutuais Liga e União de sinalizarem a presença muito significativa de proprietários de fábricas e oficinas nas diretorias de duas associações autointituladas operárias.

O desafio para outros pesquisadores, de interpretar esse tipo de fonte, pode ser instigante tanto para provocar o debate e a contestação da abordagem que fiz aqui nesta dissertação quanto para destacar outras nuances deste tipo de composição de diretorias em associações operárias, investigando a possibilidade dessa característica estar presente em outras regiões e contextos históricos.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

O Commercio (1900-1930)- Museu Municipal de Cachoeira do Sul
 LIVRO de Atas da Sociedade Beneficente Liga Operária Internacional Cachoeirense
 LIVRO de Atas da Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio - Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul
 LIVRO-CAIXA da Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio - Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul
 LISTA de Sócios da Sociedade Beneficente União Operária 1º de Maio - Arquivo Histórico Municipal de Cachoeira do Sul

Bibliográficas

AGULHON, Maurice. *Le cercle dans la France bourgeoise (1810-1848): étude d'une mutation de sociabilité*. Paris: Armand Colin, 1977.

ARAVANIS, Evangelia; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz (org.). *Cultura Operária: trabalho e resistências*. Brasília: Ex-Libris, 2010.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil. In. FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto/USF, 1998.

----- . Vida associativa. In. *Anos 90*, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997.

----- . Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: *Cadernos do AEL*. Campinas, IFCH, Unicamp, v. 6, n. 10/11, 1999.

BILHÃO, Isabel. *Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)*. Londrina: Eduel, 2008.

BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe*. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920). Campinas: IFCH/Unicamp, 2002 (Tese de doutorado).

BITTENCOURT, Icaro. *O Mutualismo Operário em Cachoeira (1897-1923): o caso das Sociedades Beneficentes Liga Operária Internacional Cachoeirense e União Operária 1º de Maio*. Trabalho de Conclusão de Curso. Santa Maria: UFSM, 2008.

CAMOZATO, Benjamin C. *Grande álbum de Cachoeira no Centenário da Independência do Brasil*. Cachoeira do Sul: Município de Cachoeira, 1922.

CARVALHO, Mirela Vieira da Cunha. *Às margens do Jacuí: literatura e imprensa em Cachoeira do Sul (1879-1930)*. Porto Alegre: PPGL-PUCRS, 1999.

- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- CASTELLUCCI, Aldrin. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese de Doutorado. Salvador: UFBA, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- DAVIS, Natalie Zemon. Las formas de la historia social. In: *Historia social*, 10:177-182, primavera/verão 1991.
- EDWARDS, John Richard, CHANDLER, Roy. Contextualizing the process of accounting regulation: a study of nineteenth-century british friendly societies. *Abacus*. V. 37, n. 2, 2001, p. 188-216.
- ELSTER, Jon. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos. In: *Lua Nova.*, n.17, p. 163-1204, 1989.
- FAGUNDES, Ligia Ketzer; KUMMER, Lizete; STEPHANOU, Maria; PESAVENTO, Sandra Jathay. *Memória da indústria gaúcha (1889-1930)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/FEE, 1987.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. 2.ed. ver. ampl. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1996.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *RS: economia & conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- FONTES, Paulo. Classe e linguagem: notas sobre o debate em torno de *Languages of class* de Stedman Jones. In: *Revista de História*. FFLCH-USP, 140 (1999).
- FONTOURA, João Neves da. *Memórias*. Vol 1. (Borges de Medeiros e seu Tempo). Porto Alegre: Globo, 1969.
- FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação e Movimento Operário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1987.
- GLENN, Brian J. Fraternal rhetoric and the development of the U.S. Welfare State. *Studies in American Political Development*. V. 15 (Fall 2001), p. 220-233.
- . Postmodernism: the basis of insurance. *Risk Management and Insurance Review*. V.6, n. 2, 2003, p. 131-143.
- . The shifting rhetoric of insurance denial. *Law & Society Review*. V. 34, N. 3, 2000, p. 779-808.
- ISABELLE, Arsène. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.
- JESUS, Ronaldo Pereira de. *O povo e a monarquia: a apropriação da imagem do imperador e do regime monárquico entre a gente comum da corte (1870-1889)*. Tese de doutorado. PPGH-USP, 2001.
- . História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico (1860-1887). In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e Números: alternativas*

- metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006, p. 287-302.
- LINDEN, Marcel van der (ed.). *Social Security Mutualism: the comparative history of mutual benefit societies*. Bern: Peter Lang, 1996.
- LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Jan. *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999. Capturado em 11 set. 2007. Online. Disponível na Internet: <http://www.iisg.nl/research/prolehtml.html>.
- LONER, Beatriz Ana. O movimento operário. In: HEINZ, Flávio; AXT, Gunter (coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul*. República Velha (1889-1930). V. 3. Tomo I. Passo Fundo: Méritos, 2007.
- . Trabalhadores e cidadania: a recusa á segregação. In: *História: debates e tendências*. V. 4, n.1 (VI Encontro Estadual de História da Anpoh-RS), julho 2003, p. 55-64.
- . *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas (RS): UFPEL/Unitrabalho, 2001.
- LUCA, Tânia Regina de. *O sonho do futuro assegurado*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio: vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Unesp, 2002.
- MATTOS, Marcelo Badaró. *Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- NOMELINI, Paula Christina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1930)*. Campinas: IFCH/Unicamp, 2007 (Dissertação de mestrado).
- PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. "*Que a União Operária seja nossa pátria!*": história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: UFRGS, Santa Maria: UFSM, 2001.
- . Cruzando fronteiras. As pesquisas regionais e a história operária brasileira. In. ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, p. 85-103.
- . Ainda o movimento operário como objeto historiográfico. In. *Anos 90*, n. 8. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, dez. 1997.
- PETERSEN, Silvia; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In.: GRIJÓ, Luiz Alberto [et al.]. *Capítulos da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- POPINIGIS, Fabiane. "*Operários de Casaca*"? Relações de trabalho e lazer no comércio carioca na virada dos séculos XIX e XX. Campinas: IFCH/Unicamp, 2003 (Tese de doutorado).
- RALLE, Michel. A função da proteção mutualista na construção de uma identidade operária na Espanha (1870-1910). In: *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas; Unicamp/IFCH, v.6, n.10/11, 1999, p. 13-40.

- REMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1968.
- ROEMER, John E. O marxismo da escolha racional: algumas questões de método. In: *Lua Nova*. N. 19, 23-36, 1989.
- ROHDE, Geraldo Mario. *Cachoeira do Sul: uma perspectiva ambiental*. Canoas (RS): Ed. da Ulbra, 1998.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, p. 184-85.
- SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Unicamp, 2004.
- SCHUCH, Ângela Schumacher, CARLOS, Ione Maria San Martin. *Cachoeira do Sul em busca de sua história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991.
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. In: *Projeto História*, PUCSP, 16: 297-326, 1998.
- SELBACH, Jeferson. *Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945*. Cachoeira do Sul/RS: Ed. do Autor, 2007.
- SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas (estudo centrado no Rio Grande do Sul-Brasil, 1854-1940)*. Tese de doutorado. PPGH-PUCRS, Porto Alegre, 2005.
- . Contribuição a uma "história dos de baixo do sindicalismo". In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXI, nº 1, julho de 1995.
- . Anarco-sindicalismo no Brasil: notas sobre a produção de um mito histórico-historiográfico. In: D'ANGELO, Ana Lúcia Velinho (org.). *Histórias de Trabalho*. Porto Alegre: UE, 1995.
- . Etnia e classe no mutualismo do Rio Grande do Sul (1854-1889). In: *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXV, n.2, 1999, p.147-174.
- . Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. In: *História-Unisinos*, v.6, n.6, 2002, p. 185-21.
- . Democracia e dirigentes em sociedades de socorros mútuos (Rio Grande do Sul, 1854-1940). In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada. *Anais...* Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- . Estado e Mutualismo no Rio Grande do Sul (1854-1940). In: HEINZ, Flávio; HERRLEIN JR., Ronaldo (org.). *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz (RS): EDUNISC, 2003, p. 407-434.
- TOLEDO, Edilene. *Travessias revolucionárias*. Campinas: Unicamp, 2004.
- THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 58.

- VAGLIENTE, Pablo. El asociativismo comparado: Buenos Aires y Córdoba en la etapa de la explosión asociativa (1850-1890). In: *Anais. Segundas Jornadas de História Regional Comparada*. Porto Alegre: PUCRS, 2005 (disponível em CD-ROM).
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As Experiências Mutualistas de Minas Gerais: Um Ensaio Interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria de; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Org.). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: UFJF/Editora, 2006, p. 305-322.
- ; JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007 (As esquerdas no Brasil, vol. 1).
- WAUTIER, Anne Marie. *A construção identitária e o trabalho nas organizações associativas*. Ijuí (RS): Unijuí, 2001, p. 31.
- WEBER, Regina. *Os operários e a colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil*. Ijuí (RS): Unijuí, 2002.
- WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew; SOBER, Elliott. *Reconstruindo o marxismo: ensaios sobre a explicação e teoria da história*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.